

Adriano Martins

**CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUA E LITERATURA
ESTRANGEIRAS DA UFSC: HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA)**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Administração
Universitária da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção de título de
Mestre em Administração Universitária

Orientador: Prof. Dr. Cláudio José Amante

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martins, Adriano
CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUA E LITERATURA
ESTRANGEIRAS DA UFSC: HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA) /
Adriano Martins ; orientador, Cláudio José
Amante, 2018.
180 p.

Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Universidade
Federal de Santa Catarina. 3. Curso Extracurricular
de Línguas Estrangeiras. 4. Política de Ações
Afirmativas. I. Amante, Cláudio José . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Administração Universitária. III.
Titulo.

Adriano Martins

**CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUA E LITERATURA
ESTRANGEIRAS DA UFSC: HISTÓRIA E CONTRIBUIÇÕES NA
PERSPECTIVA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PAA)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Administração Universitária (área de concentração em Gestão Universitária) e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 19 de dezembro de 2017.

Prof.^a Dr.^a Alessandra de Linhares Jacobsen
Coordenadora – PPGAU/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio José Amante
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pedro Antônio de Melo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Viviane Heberle
Universidade Federal de Santa Catarina

*Este trabalho é dedicado
primeiramente a Deus, aos meus
amigos e, sobretudo aos meus pais, a
minha esposa Elaine, e aos meus filhos,
Bianca e Gustavo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me guiar e iluminar.

Agradeço ao orientador desta pesquisa, professor Cláudio José Amante, por todos os ensinamentos, e pela impecável condução deste trabalho.

À professora Viviane Heberle por suas preciosas contribuições na qualificação, sempre pronta a esclarecer minhas dúvidas neste meu caminhar.

Agradeço ao professor Pedro Antônio de Melo por suas importantes contribuições na qualificação.

Ao Mauricio, funcionário da PPGAU, obrigada pelas contribuições no trabalho e presteza no atendimento.

Agradeço a minha família. Obrigada por entenderem minhas ausências e momentos de afastamentos do convívio familiar.

A meus pais, Avenício e Ana por sempre me incentivarem ao longo da minha vida.

A minha esposa Elaine pelo companheirismo, dedicação e contribuições neste trabalho.

Aos meus filhos Bia e Gu, Obrigada por fazer parte da minha vida, vocês são meus grandes incentivadores.

*“A língua... é uma ponte que te permite
atravessar com segurança de um ado
para outro...”*

(Arnold Wesker).

RESUMO

O Estado com intuito de atender as demandas educacionais apresentadas pela sociedade, sobretudo na inclusão das classes populares nas Instituições de Ensino Superior, tem encontrado dificuldade em atender de forma totalitária. Desta forma o trabalho em parceria Estado e Universidades podem ser um diferencial nas solicitações apresentadas pela sociedade. Desta maneira as Universidades por meio de políticas de ações afirmativas buscam criar programas para garantir a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, permanência e qualificação, no período em que estiverem matriculados na instituição. Portanto, esta pesquisa busca qualificar os estudantes universitários de graduação, oriundos políticas de ações afirmativas, através do ensino de língua inglesa, utilizando os Cursos Extracurriculares de Língua Estrangeiras da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta pesquisa científica tem como principal objetivo analisar quais as contribuições oferecidas pelo Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras (CELE) aos alunos que integram a Política de Ações Afirmativas (PAA). Para tanto utilizamos abordagem qualitativa e aplicada, categorizada como descritiva, bibliográfica, documental e do tipo estudo de caso. Os participantes da pesquisa são 51 alunos de graduação na modalidade presencial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ingressos por meio do concurso do vestibular no semestre de 2017.1, campus Florianópolis, pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*, e tenham participado do Nivelamento do CELE 2017.2. Para a coleta de dados foi utilizado uma análise documental de material pertencente ao Departamento de Língua e Literatura Estrangeira (DLLE). Os resultados encontrados sinalizam que os participantes desse estudo, tem a língua inglesa como o idioma de maior interesse entre os participantes, a maioria desses estudantes não frequentou cursos particulares de LE em sua vida escolar e a grande maioria dos pesquisados tem como seu objetivo para aprendizado de uma LE, Leituras de textos acadêmicos, intercâmbio e trabalho, estes três itens foram os mais mencionados nesta pergunta, fato que não era esperado, visto que, com a internacionalização da IES, e por esse ser um assunto bem atual, acreditava-se que o intercâmbio seria o objetivo mais procurado. Outro aspecto que foi mostrado nesta pesquisa é que existe preferência por cursos *on-line*. No entanto, quando questionados sobre qual modalidade seria mais interessante para as aulas de LE aproximadamente 70% responderam que preferiam aulas na modalidade presencial. Por fim, no que tange a proficiência dos estudantes pesquisados verificou-se que estes chegam à UFSC com o nível de conhecimento em língua inglesa no nível básico, ainda que tenham o inglês como idioma de preferência.

Palavras chave: Universidade Federal de Santa Catarina; Internacionalização; Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras; Política de Ações Afirmativas.

ABSTRACT

The state aiming to attend the educational demands presented by the society, especially on the inclusion of the working class in the higher education institutions, has found difficulties to achieve its goals widely. In that matter the partnership between state and university could be the differential upon the requests presented by the society. By the aforesaid the universities, through affirmative action policies, seek to create programs to ensure students, in social economical vulnerability, permanence and qualification within the time of enrollment in the institution. Therefore, this research aims to qualify the undergraduate students, from the affirmative action policies, through the English language teaching, making use of the Extracurricular Courses in Foreign Language of the Federal University of Santa Catarina. This research aims to analyse the contributions offered by the Extracurricular Course of Foreign Languages (CELE) to the students enrolled in the programs of Affirmative Actions (PAA), pursuing the internationalization of the superior education. For this purpose the qualitative and applied approach is used, characterized as descriptive, bibliographical, documental and case study. The participants of the research are 51 undergraduate students from the presencial modality of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), enlisted through the vestibular tender in the semester of 2017.1, campus of Florianópolis. This research was narrowed to those students in the quality of monthly low-income families with gross income up to 1.5 minimum salaries per capita, and also have participated in the CELE levelling test of 2017.2. For the data collection documental analyses of the materials from the Foreign Language and Literature Department (DLLE) was used. The results found points that, the participants of this research reach UFSC with English Language proficiency at the basic level, although they have pre-selected English as the idiom of preference. The results found signaled that the participants of the study have the English language as the higher interest idiom, most of these students did not engage in private courses of foreign languages in their schooling period, and the majority of the students interviewed have as their FL learning objectives: Readings of academic texts, exchange programs and internships, these three items were the most mentioned, an unexpected outcome, since the internationalization of IES, and because this is a current issue, it was expected that the exchange programs would be the

most wanted. Another aspect that was shown in this research is that there is a preference for on-line courses. However when asked about which modality would be the most relevant for the FL classes, approximately 70% answered that preferred classes of the presential modality. Finally, concerning the proficiency of the interviewed students it was verified that they arrive to UFSC with the English Language knowledge at the basic level, even if having English as their preference idiom.

Keywords: Federal University of Santa Catarina, Internationalization, Extracurricular Course of Foreign Languages, Affirmative actions politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Projetos voltados para o ensino de LE na UFSC	47
Figura 2 - Organização da estrutura administrativa da UFSC.....	51
Figura 3 - Números de isenções nos semestres de 2003.1 a 2016.1.....	66
Figura 4 - Organização do CELE	80
Figura 5 - Quadro administrativo do CELE	82
Figura 6 - Estrutura do CELE.....	83
Figura 7 – Gráfico 1 - Idade dos participantes	92
Figura 8 - Gráfico 2 – Sexo dos participantes	93
Figura 9 - Gráfico 3 - Estado de origem dos participantes.....	93
Figura 10 - Nivelamento Extracurricular 2017.2	96
Figura 11 - Resumo da sequência utilizada para resultado do nivelamento do aluno.....	98
Figura 12 - Números de participantes dos instrumentos de coletas de dados.....	99
Figura 13 - Gráfico 4 – 1. Qual Língua Estrangeira (LE) você gostaria de estudar na UFSC?.....	101
Figura 14 - Gráfico 5 – 2. Já frequentou cursos particulares de Língua Estrangeira?	102
Figura 15 - Gráfico 6 – 3. Qual o seu objetivo em aprender uma Língua Estrangeira?	103
Figura 16 - Gráfico 7 – 4. Você gostaria de fazer uma Língua Estrangeira através de cursos on-line?	104
Figura 17 - Gráfico 8 – 5. Para você as aulas de Língua Estrangeira seriam mais interessantes se fossem?.....	105
Figura 18 - Gráfico 10 – 7. Você conhece alguma política para ensino de idiomas do governo federal?.....	106
Figura 19 - Gráfico 11 – Autoavaliação para o nível comunicativo em inglês.....	107
Figura 20 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento 2 a 8.....	108
Figura 21 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento de inglês – avançado.....	109

Figura 22 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento de inglês - conversação.	110
Figura 23 - Classificação no Teste de Nivelamento CELE 2017.2.....	111
Figura 24 - Gráfico 14 – Classificação dos participantes referente ao seu nível de proficiência em língua inglesa.	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AUGM – Asociación de Universidades Grupo Montevideo
CA – Colégio de Aplicação
CAGR – Sistema de Controle Acadêmico da Graduação
CDS – Centro de Desportos
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE – Centro de Comunicação e Expressão
CCP – Coordenadoria de Capacitação de Pessoas
CELE – Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CoAES – Coordenadoria de Assistência Estudantil
CsF – Ciência sem Fronteiras
CPF – Cadastro de Pessoa Física
CUN – Conselho Universitário
DAC – Departamento Artístico Cultural
DE – Dedicção Exclusiva
DLLE – Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ENOCE – Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão
FAPEU – Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária
GRU – Guia de Recolhimento da União
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IsF – Idiomas sem Fronteiras
LED – Laboratório de Ensino a Distância
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LE – Língua Estrangeira
MEC – Ministério da Educação
Mercosul – Mercado Comum do Sul

MEO – My English Online
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MOODLE – Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment
NDI – Núcleo de Desenvolvimento Infantil
NETI – Núcleo de Estudos da Terceira Idade
NuLi – Núcleo de Línguas
PAA – Política de Ações Afirmativas
PBP – Programa de Bolsa Permanência
PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
PEC-G – Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PEC-PG – Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PET – Programa de Educação Tutorial
PGL – Pós-Graduação em Linguística
PPC – Projeto Político do Curso de Letras-Inglês
PPGAU – Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária
PPGI – Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários
PPGLIT – Pós-Graduação em Literatura
PGET – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução
PRAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAD – Pró-Reitoria de Administração
PROBOLSAS – Programa de Bolsas de Extensão
PRODEGESP – Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
ProExt – Programa Nacional de Extensão Universitária
PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRPE – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras
RU – Restaurante Universitário
SAAD – Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades
SCIELO – Scientific Electronic Library Online
SEAD – Secretaria de Educação a Distância
SEAI – Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional
SEGESP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SECAD – Secretaria de Educação Continuada

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SECARTE – Secretaria de Cultura e Arte
SEOMA – Secretaria de Segurança Institucional, Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente
SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Orçamento
SESP – Secretaria de Esportes
SESu – Secretaria de Educação Superior
SETIC – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação
SIARE – Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios SINOVA – Secretaria de Inovação
SINTER – Secretaria de Relações Internacionais
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USAC – University Studies Abroad Consortium

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	23
1.1	OBJETIVOS	25
1.1.1	Objetivo Geral	25
1.1.2	Objetivos Específicos.....	25
1.2	JUSTIFICATIVA	25
1.3	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	27
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1	UNIVERSIDADE PÚBLICA.....	29
2.2	EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	31
2.3	INTERNACIONALIZAÇÃO	36
2.3.1	Idiomas sem Fronteiras (IsF).....	41
2.3.2	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).....	49
2.3.3	Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE)	52
2.3.4	Extensão na UFSC	54
2.3.5	Secretaria de Relações Internacionais (SINTER).....	58
2.3.6	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)	61
2.4	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ACESSO ÀS UNIVERSIDADES.....	68
2.4.1	Projeto de extensão Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras (CELE)	72
3	METODOLOGIA	88
3.1	TIPO E NATUREZA DO ESTUDO	88
3.2	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	91
3.2.1	Sujeitos da pesquisa	91
3.2.2	Campo da pesquisa.....	94
3.3	TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	94
4	COLETA DOS DADOS	96
4.1	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS	97
4.2	LIMITAÇÃO DA PESQUISA	98
4.3	ESTUDO DOS RELATOS DOS PESQUISADOS.....	99

5.CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	130
ANEXO A: APROVAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NOS CURSOS EXTRACURRICULARES.....	132
ANEXO B: SOLICITAÇÃO PARA ACESSO A PLATAFORMA MOODLE.....	133
ANEXO C: DUAS ENQUETES – PARTE 0 – ENQUETE; PARTE 1 - ENQUETE	134
ANEXO D: PARTE 2 – AUTOAVALIAÇÃO.....	137
ANEXO E: QUESTÕES DE GRAMÁTICA REFERENTE AO TESTE DE NIVELAMENTO.....	138
ANEXO F: TABELA DE NÍVEIS DOS CELE	145
ANEXO G: ALGORITMO	146
APÊNDICES.....	152
APÊNDICE 1: PROJETO DE EXTENSÃO CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (CELE)	153
APÊNDICE 2: PROPOSTA OFERECIMENTO DE CURSO EXTRACURRICULAR DE INGLÊS ONLINE NÍVEIS 1 E 2 PARA ALUNOS DA UFSC ORIUNDOS DE PAA.....	167

1 INTRODUÇÃO

As ações do Estado relacionadas às demandas educacionais apresentadas pela sociedade, sobretudo na inclusão das classes populares nas Instituições de Ensino Superior (IES), têm demandado um grande esforço. Equalizar as diferenças sociais tem sido um desafio que o Estado e as universidades públicas vêm enfrentado em seu cotidiano.

Diante disso, a assistência estudantil ganha espaço, principalmente no contexto da expansão da educação superior pública: programas são criados para garantir ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições de manutenção e qualificação dentro das IES públicas.

Heidmann (2014, p. 36) considera que a função do Estado talvez tenha ficado mais reduzida, visto que o trabalho para administrar aumentou. Dessa forma, a sociedade não pode mais depender de um governo entendido e definido em termos estritos e tradicionais, outros atores precisam atuar, tais como empresas e organizações não governamentais em geral, assumindo a governança para solucionar problemas comuns, ainda que sob a coordenação política e necessária de um governo. Para isso, ressalta o autor, parcerias entre governo e outras organizações se configuram como importantes, tendo em vista um melhor bem-estar social.

Quando há uma redução nos investimentos que o Estado realiza ou do compromisso político, seja com as universidades, seja com a educação, conforme sinaliza Santos (2004), a universidade entra em crise institucional:

No momento, porém, em que o Estado, ao contrário do que se passou com a justiça, decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado, a universidade pública entrou automaticamente em crise institucional. (SANTOS, 2004, p. 7).

Nesse contexto, convém pontuar também a afirmação de Belloni (1989, p. 55) de que a educação é um serviço ou bem público principalmente porque seus benefícios atingem toda a sociedade.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) realizou duas pesquisas, a primeira nos anos de 1996 a 1997 e a segunda de 2003 a 2004, com a participação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, a fim de traçar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das IFES. Entre os vários itens analisados, cabe registrar a conclusão que se observou no que tange aos programas de inserção de línguas estrangeiras:

As IFES precisam implementar e intensificar programas que ampliem a oferta de cursos de línguas estrangeiras, principalmente, para que os estudantes de baixa condição socioeconômica tenham acesso a estes cursos e por consequência o domínio da língua. (FONAPRACE, 2007, p. 14).

De acordo com Novaski e Werner (2011), a língua estrangeira (LE) tem grande importância, pois fornece subsídios para que o estudante possa estreitar os conhecimentos com várias culturas, proporcionando integração com o mundo globalizado. A LE tem, pois, uma importante função como condutora na comunicação entre homens, uma vez que permite acesso a diferentes formas de pensar, criar, sentir e conceber a realidade. Assim, o conhecimento em LE nos torna cidadãos mais completos, inseridos em nossa cultura, mostrando a capacidade de conhecermos e entendermos outros povos.

As universidades precisam, portanto, incentivar o ensino de LE, especialmente porque tal conhecimento facilita e acelera o processo de internacionalização, contribui para a formação acadêmica do estudante, aumenta a qualidade da instituição na qual ele está inserido e constitui-se como importante para a inclusão e a sobrevivência nesse mundo globalizado.

O problema desta pesquisa consiste em saber: **Quais contribuições são oferecidas pelo Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras (CELE) aos alunos que integram a Política de Ações Afirmativas (PAA)?**

1.1 OBJETIVOS

Na sequência, são definidos os objetivos geral e específicos deste estudo, de acordo com a pergunta de pesquisa mencionada no parágrafo anterior.

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral da pesquisa é **analisar as contribuições oferecidas pelo Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras (CELE) aos alunos que integram a PAA.**

1.1.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) contextualizar o CELE através da sua história na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- b) identificar o perfil, quanto aos aspectos relacionados às línguas estrangeiras, dos alunos de graduação da UFSC, da modalidade presencial, ingressantes no semestre de 2017.1, participantes do PAA;
- c) verificar o nível de proficiência em língua inglesa dos alunos de graduação da UFSC, da modalidade presencial, ingressantes no semestre de 2017.1, participantes do PAA;
- d) propor ações de gestão através do CELE, com vistas a contribuir para formação de alunos da UFSC oriundos de famílias com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, por meio dos cursos de LE.

1.2 JUSTIFICATIVA

A Lei 12.711 de 2012, que estabelece uma reserva de 50% das vagas nos processos seletivos de universidades e institutos federais para alunos que cursaram todo o ensino médio em escola pública, fica conhecida no Brasil como a “Lei de Cotas”. Essa nova

legislação cria uma única Política de Ações Afirmativas (PAA) para as IES públicas brasileiras, já que, até então, essas instituições de ensino usavam diferentes modelos para garantir o acesso de grupos da população ao ensino superior.

As universidades públicas passam, então, por um momento de transição e adequação de sua estrutura e na questão de adaptação de políticas públicas após a implementação da Lei das cotas, que institui nas universidades públicas a participação de negros, índios e alunos oriundos de escolas públicas.

Com a adesão dessa política pública, há uma mudança no perfil do aluno que passa a frequentar as IES. Inicia-se, assim, um novo contexto educacional nas universidades, trazendo em seu bojo algumas reflexões a respeito desse novo formato de universidade e de estudante.

Com esse novo cenário apresentado nas universidades, surge na UFSC a ideia de, por meio da experiência vivenciada no ambiente de trabalho, entender esse novo contexto educacional e contribuir na formação dos alunos de graduação, através do ensino de LE.

Atuando no Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) da UFSC há vinte anos como assistente em administração e tendo desenvolvido, pontualmente, o trabalho com os projetos de extensão administrados pelo DLLE, acredito que essa experiência profissional oportuniza visão privilegiada que pode contribuir nos processos formativos de alunos oriundos da PAA na UFSC.

Entre os vários projetos de extensão registrados na UFSC, o DLLE, que é referência nacional, tanto nos seus cursos de graduação quanto no seu projeto de extensão CELE, possui dois que se destacam: o CELE e o Exame de Proficiência, os quais envolvem grande número de alunos, servidores, professores da UFSC e membros da comunidade em geral.

Com mais de 40 anos de atuação, o CELE é o maior projeto administrado pelo DLLE em número de público envolvido, sendo um dos maiores também da UFSC em número de pessoas atendidas. A *expertise* no que se refere ao ensino de LE contribui para que o CELE seja referência nos processos de ensino-aprendizagem de LE.

Com base no aprendizado vivenciado na organização e programação dos cursos oferecidos pelo CELE, surgiu a ideia de realizar esta pesquisa, que utiliza esse projeto de extensão que contribui com a PAA da UFSC, por meio do ensino de LE, concedendo isenção de pagamentos aos estudantes regularmente matriculados nos cursos

presenciais de graduação da UFSC e pertencentes a famílias com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*.

Ainda na perspectiva dos benefícios provenientes da proficiência em LE, destaca-se a observação feita por Lima (2007) sobre a importância do aprendizado de LE:

[...] Elemento porta de acesso à compreensão recíproca entre as diversas realidades, o estudo e o domínio de línguas estrangeiras colocam em evidência a importância do fenômeno das diversidades, particularmente em tempo de globalização, em que se enfrentam as enormes vagas de tendências homogeneizantes. A importância concedida ao estudo das línguas estrangeiras embala-se por uma demanda social premente e progressiva, que encontra sua principal resposta nestas ações de extensão. (LIMA, 2007, p. 1).

No que tange ao ensino-aprendizagem de LE, são diversas as contribuições do CELE-UFSC, por meio das suas variadas atividades em diferentes setores da UFSC, promovendo a extensão universitária e oportunizando a formação dos estudantes e da comunidade universitária em geral.

Esta pesquisa pretende contribuir para reflexões acerca da formação inicial dos alunos oriundos da PAA, ou seja, alunos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*, com relação aos processos de ensino-aprendizagem de LE, durante o período em que são alunos de graduação na UFSC, bem como contribuir para o processo de internacionalização dessa universidade.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos, na sequência em que é disposta e seguindo a ordem estabelecida, para que sejam alcançados aos objetivos propostos.

Assim, no primeiro capítulo, é apresentada a Introdução, que contextualiza o tema da pesquisa e sinaliza a sua ancoragem metodológica; expõe o problema de pesquisa; exhibe o objetivo geral e os objetivos específicos; apresenta a justificativa e as principais motivações

de se pesquisar essa temática, além de demonstrar como se organiza este estudo.

O segundo capítulo inicia evidenciando a fundamentação teórica da pesquisa e as suas principais temáticas. Apresenta, ainda, cinco principais eixos, que se subdividem e são mais bem detalhados no decorrer do texto. Por fim, faz-se um breve levantamento histórico a respeito dos seguintes aspectos: i) a universidade pública; ii) a extensão universitária; iii) a internacionalização e o Programa Idioma sem Fronteiras (IsF); iv) a UFSC e o DLLE; a extensão na UFSC, a Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) e a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFSC e as políticas públicas para acesso às universidades; e v) o projeto de extensão CELE.

O terceiro capítulo contempla o percurso metodológico percorrido durante a pesquisa, descrevendo o tipo e a natureza do estudo, a saber: descritiva, aplicada, exploratória, bibliográfica, documental e estudo de caso. Ainda nesse capítulo, delimitam-se o universo e os sujeitos da pesquisa: alunos de graduação na modalidade presencial que ingressaram na UFSC através do concurso do vestibular no semestre de 2017.1, no campus de Florianópolis, pertencentes a famílias com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que tenham participado do Nivelamento do CELE 2017.2. Apresentam-se também as técnicas e o instrumento de coleta de dados propostos, disponibilizados na plataforma Moodle UFSC, oferecidos pelo DLLE, no período compreendido entre os dias 25/07/2017 e 04/8/2017.

No quarto capítulo, expõem-se a coleta de dados que servirão de instrumento da pesquisa e que serão analisados posteriormente, bem como o estudo dos relatos dos pesquisados e as limitações da pesquisa.

Por fim, no quinto capítulo apresentam-se os resultados alcançados por meio da análise de dados, as conclusões obtidas por meio da pesquisa e proposta de trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo são elencados temas importantes para a compreensão deste estudo. Para alcançar os objetivos traçados nesta pesquisa, dividiu-se a fundamentação teórica em cinco principais temáticas que estão inter-relacionadas: i) a universidade pública; ii) a extensão universitária; iii) a internacionalização e o Programa Idioma sem Fronteiras (IsF); iv) a UFSC e o DLLE, a extensão na UFSC, a SINTER e a PRAE da UFSC, as políticas públicas para acesso às universidades; v) o projeto de extensão CELE.

2.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA

Mello *et al.* (2009), em seu artigo intitulado “Por uma universidade socialmente relevante”, mostra o triplo desafio enfrentado pela universidade pública brasileira:

Primeiro, atingir, todo o sistema, padrão de qualidade compatível com as exigências do mundo contemporâneo e com o estado de evolução e dinamização do conhecimento em todos os seus domínios de manifestação, incorporando os avanços pedagógicos compatíveis. Segundo, aproximar-se da universalidade de acesso, se não para todos os cidadãos e cidadãs que têm direito à educação plena, mas a todos e todas que demonstrarem vocação, aptidão e motivação para formar-se nos níveis superiores de educação. Terceiro, desenvolver, com o comprometimento orgânico de suas estruturas acadêmicas, programas sociais relevantes, capazes de contribuir para a solução de problemas nacionais inadiáveis, superando distintas modalidades de exclusão ou carências oficialmente estrutural: sanitária, educacional, produtiva etc. (MELLO *et al.*, 2009, p. 293).

Enquanto instituição de ensino superior, a universidade pública sempre esteve permeada por desafios. Chauí (2003) fundamenta que a educação e a cultura, a partir do século XX, foram impulsionadas por revoluções sociais, lutas severas e políticas desencadeadas a partir de

manifestações que marcaram este século, e constituíram-se, assim, direitos dos cidadãos. Além de ter uma vocação republicana, a universidade também tornar-se-ia uma instituição social inseparável da ideia de democratização do saber.

Nesse sentido, Santos (2011) considera que a universidade se vê cercada: de um lado, a sociedade faz exigências cada vez maiores; e, de outro, o Estado restringe as políticas de financiamento das suas atividades. Desse modo, a universidade parece não estar preparada para enfrentar esses desafios, já que apontam para uma transformação profunda, e não para reformas parceladas.

Como a universidade tem, entre os seus objetivos, a socialização do saber e a formação de cidadãos críticos e informados, estabelece, assim, uma relação mais próxima e ativa com a sociedade. Essa instituição social diferenciada, de acordo com o que pontua Chauí (2003), define-se por sua autonomia intelectual que se relaciona com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, tendo internamente uma divisão: de um lado, os que são favoráveis; e, de outro, os contrários à forma com que a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão social, bloqueiam a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

De acordo com Silva (2001), a universidade pública traz no seu lastro a acusação de arcaica, corporativista e ineficiente, visto que, em grande parte, mantém um distanciamento do mercado.

E por não estar limitada pelas injunções do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento, e também manter com a cultura uma relação intrínseca que se manifesta numa possibilidade de reflexão que foge aos moldes do compromisso imediatamente definido pelas pressões de demanda e de consumo. (SILVA, 2001, p. 299).

Dessa maneira, a universidade, por não ser empresa, distancia-se de uma máquina de produtividade e competitividade:

Não pode se engarrafar nas ruas do mercado. Pois nada substitui seu potencial crítico; sua autonomia

de pensamento; sua capacidade de pronunciamento, em tom argumentativo, para a comunidade mais ampla; seu poder de disseminação da reflexividade; sua vocação por excelência de centro de criação, questionamento e crítica do mundo físico e social (e de si mesma). Nesse sentido, o conhecimento acumulado em seus ciclos de estudos, em seus laboratórios e grupos de pesquisa, por meio de programas de extensão e outras ações abertas à sociedade, também precisa tornar-se patrimônio de todos, à disposição das comunidades e grupos locais, sobretudo das camadas sociais mais pobres, as quais, de outra forma, jamais teriam acesso atuais recursos. (MELLO *et al.*, 2009, p. 294).

Chaui (2003) afirma que, se quisermos tomar a universidade pública a partir de uma nova perspectiva, precisamos exigir, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público, e sim como investimento social e político, o que é possível se a educação for considerada um direito, e não um privilégio, tampouco um serviço.

A função das universidades públicas, conforme considera Chaui em seu artigo intitulado “A universidade pública sob a nova perspectiva” (2003), é, ou deveria ser, enfatizada na democratização do saber. É certo também que a dificuldade encontrada de pôr em prática essa socialização é ocasionada, em grande parte, por falta de políticas públicas de inclusão. Esse não é um problema exclusivo da educação superior, uma vez que isso também ocorre nas escolas públicas de educação básica, desde o ensino fundamental até o ensino médio.

Assim, no contexto desta pesquisa, destaca-se a extensão universitária que é uma parte do tripé da universidade, sendo complementados pelo ensino, pesquisa, a extensão destaca-se como detentora de importante função: contribuir na socialização do saber por meio de projetos e ações voltados a toda comunidade.

2.2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculada a uma nova ideia de educação continuada, destinada não apenas às camadas menos favorecidas, mas à população

adulta em geral que não se encontrava nas universidades (NOGUEIRA, 2005, p. 14).

No Brasil, conforme pontua Cunha (1986), a extensão universitária tem seu início na Universidade de São Paulo – inaugurada em 1912 –, através de cursos e conferências que eram ministrados de forma gratuita e com atividades abertas à participação da população em geral.

Por ser uma atividade acadêmica, a extensão universitária deve ter a mesma importância que o ensino e a pesquisa, pois estabelece a socialização do saber aprendido nas universidades a ser repassado à sociedade. Sua importância também está pontuada na Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988, no que diz respeito às universidades, descreve, em seu artigo 207, que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece, em seu artigo 43, inciso VII e VIII, destinação às ações de extensão referentes à educação superior:

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996, p. 53).¹

O artigo 44 da LDB, no que tange à educação superior, destaca os seguintes cursos e programas: i) cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que

¹ O inciso VIII foi adicionado à LDB e incluído pela Lei n.º 13.174, de 2015, para mais detalhes acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13174.htm>. Acesso em: 12 maio 2017.

atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; ii) cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; iii) cursos de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, e cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; iv) cursos de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Extensão, elaborado e aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), em 1998, marca uma iniciativa no sentido de institucionalizar a extensão universitária, registrando o seguinte:

[...] a) a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras; b) a garantia de recursos financeiros destinados à execução de Políticas Públicas correlatas; c) o reconhecimento, pelo Poder Público, de que a Extensão Universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de Universidade Cidadã; d) a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no País. (BRASIL, 2012, p. 16)

Com relação à definição de extensão universitária no debate ocorrido no XXVII e no XXVIII encontro nacional do FORPROEX, em 2009 e 2010 respectivamente, foi apresentado às universidades públicas e a sociedade em geral o seguinte conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (BRASIL, 2012, p. 15).

De acordo com Nogueira (2005), as discussões sobre extensão universitária no meio acadêmico tiveram seu auge na década de 1980, quando a comunidade universitária, discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e a sociedade civil consideraram a universidade como instituição pública e estatal, cobrando-lhe seu compromisso com setores menos favorecidos da população.

Ampliando essa perspectiva, Santos (2004) pontua que, num futuro próximo, a área de extensão universitária terá um significado muito especial, principalmente por conta da reforma universitária:

No momento em que o capitalismo global pretende funcionalizar a universidade e, de fato, transformá-la numa vasta agência de extensão ao seu serviço, a reforma da universidade deve conferir uma nova centralidade às atividades de extensão (com implicações no currículo e nas carreiras dos docentes) e concebê-las de modo alternativo ao capitalismo global, atribuindo às universidades uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural. (SANTOS, 2004, p. 57-54).

Esse autor salienta ainda que a extensão não pode ser guiada para atividades rentáveis, a fim de complementar as arrecadações, pois dessa forma será confirmada a privatização da universidade. Para que isso não ocorra, as atividades relacionadas à extensão devem ter como objetivo apoiar democraticamente a universidade contra a exclusão e a discriminação social, colocando em destaque os grupos excluídos e discriminados.

Nessa conjuntura, Nogueira (2005) enfatiza que repensar a extensão como atividade acadêmica significava igualá-la ao ensino e à pesquisa, na linha de produção do conhecimento. Assim, atribui à extensão o papel de democratizadora e produtora do conhecimento ensinado na universidade, para atendimento das demandas mais urgentes da sociedade.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as

atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino. (SANTOS, 1999, p. 195).

O Programa Nacional de Extensão Universitária (ProExt) abrange a extensão universitária com foco na inclusão social, objetivando apoiar as IES no desenvolvimento de programas e projetos de extensão:

[...] que contribuam para implementação das políticas públicas no âmbito do governo federal, para o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, para a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior, a democratização e difusão do conhecimento acadêmico e o estreitamento dos vínculos entre as instituições de ensino superior e as comunidades populares do entorno, entre outros objetivos. (BRASIL, 2003, p. 85).

O caminho a ser percorrido pela extensão universitária é longo e cheio de desafios. Os objetivos e metas a serem conquistados, tanto no cenário nacional quanto no internacional, precisam de ações conjuntas entre a universidade e a sociedade que busquem, dessa forma, o bem comum.

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha pari passu com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. A efetividade destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade. (BRASIL, 2012, p. 9).

No que concerne ao ensino de LE, as ações extensionistas contribuem também para a internacionalização das universidades, pois a barreira do idioma é um dos grandes obstáculos que dificultam a internacionalização da educação superior.

2.3 INTERNACIONALIZAÇÃO

Um dos critérios adotados para a avaliação das universidades é a internacionalização. Em tal avaliação, são levados em consideração, entre outros aspectos, o número de citações de trabalhos da instituição por grupos de pesquisa internacionais e o de publicações feitas em coautoria internacional.

Para que uma IES possa ser uma instituição de excelência, é necessário estar disposta a fazer um diagnóstico de suas ações com foco na internacionalização. É preciso, portanto, que os gestores das instituições pensem em estratégias para alavancar suas instituições no cenário internacional.

Sobre esse aspecto, Paiva (2003) observa que há algumas brechas na LDB, aliadas a ações governamentais, que evidenciam a falta de importância dada ao ensino de LE e o seu afastamento dos projetos pedagógicos. Para exemplificar essa afirmativa, o autor usa como base os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Estrangeiras. Na sua análise, o documento minimiza a importância do ensino das habilidades orais, deixando claro que só uma parcela da população usará o idioma estrangeiro na comunicação oral.

Ainda sob essa perspectiva, destaca-se que os estudantes oriundos de escolas públicas necessitam de atenção especial, quando se trata de aprendizado de LE, pois, quando ingressam nas universidades, a proficiência em LE pode ser uma dificuldade encontrada por esses alunos em sua trajetória acadêmica.

Paiva (2003) ainda salienta que existe uma diferença na educação dada a pessoas com melhores condições econômicas em comparação com as pessoas com piores condições econômicas:

Cada vez mais vemos ameaçada a democracia educacional, criando-se um fosso entre a educação das elites e a das classes populares, pois as primeiras nunca se privaram da aprendizagem de LE, nas escolas particulares ou nos institutos de idiomas. (PAIVA, 2003, p. 55).

Pesquisas apontam que, no contexto educacional brasileiro, os alunos passam vários anos de sua vida escolar estudando uma LE e, muitas vezes, não adquirem proficiência até chegarem às universidades.

Nesse sentido, é determinante que os gestores das IES reflitam sobre o processo de internacionalização e atentem para o fato das desigualdades sociais e linguísticas presentes nas suas instituições.

Ao tratar-se da internacionalização, especificamente na UFSC, considera-se importante que a atenção dos gestores esteja voltada aos alunos oriundos de escola pública e a sua proficiência em LE. Encontrar alternativas para resolver o que pode ser uma disparidade linguística significativa é fator primordial para aprimorar o processo de internacionalização dessa instituição, visto que a falta de conhecimento em um idioma estrangeiro é uma barreira que os alunos de graduação enfrentam.

Nesse aspecto, identificar parcerias com projetos de extensão pode ser uma alternativa viável e muito oportuna na UFSC, e o CELE pode contribuir de forma efetiva nesse processo linguístico e, conseqüentemente, cooperar no processo de internacionalização dessa instituição e na inserção dos alunos no mundo globalizado.

A globalização tem sido definida de formas diversas, tanto na academia quanto em organizações internacionais. As diferentes perspectivas sobre esse assunto não são contraditórias entre si, mas são complementares (CAMPOS, 2007). Isso porque, conforme fundamentam Held e McGrew (1999), a globalização opera de maneira distinta, de acordo com cada país, uma vez que está sujeita às suas particularidades, como características culturais, histórico-sociais e também em concordância com as suas prioridades.

A globalização implica a extensão das suas atividades sociais, políticas e econômicas. Suas ações e decisões em determinada região podem influenciar e, inclusive, determinar encaminhamentos em outras diferentes regiões distintas do mundo (HELD, MCGREW, 1999).

Ao contextualizar a globalização e a internacionalização da educação superior no âmbito latino-americano, percebe-se que existem conflitos conceituais sobre os termos supracitados. Tais conflitos podem acarretar resistência, acrescidos ainda da tradicional desconfiança das influências externas, uma vez que, muitas vezes, a globalização é vista como ameaçadora. Isso porque ela não é compreendida sob a ótica da possibilidade de desenvolvimento e de que pode servir para estimular a

competitividade e o bem-estar econômico das populações envolvidas no processo de globalização (GACEL-ÁVILA, 2008).

Morosoni (2006) considera que vários documentos relatam o entendimento da teoria da internacionalização, entretanto, uns focam na relação entre universidade e conhecimento, e os mais específicos buscam definir pontos focais como globalização, internacionalização e transnacionalização,² entre outros.

Internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) *dimensão internacional* – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) *educação internacional* – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) *internacionalização da educação superior*, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior. (MOROSONI, 2006, p. 115, grifos do autor).

O programa de internacionalização no Brasil acontece de forma descentralizada e de acordo com a necessidade de cada curso de graduação ou programa de pós-graduação, bem como as conquistas de convênios internacionais, definidas por professores empenhados em alavancar suas pesquisas e ensino internacional, sendo grande parte desses convênios mérito de tais docentes.

Nesse contexto, Bartell (2003) cita alguns fatores que podem elencar o nível do processo de internacionalização das universidades: i) o número de estudantes estrangeiros em um determinado *campus*; ii) o número e a magnitude da investigação internacional; iii) projetos internacionais de investigação cooperativas; iv) parcerias internacionais

² A transnacionalização é um processo formado a partir da internacionalização da economia e da cultura, mas que dá alguns passos além a partir da primeira metade do século XX, ao gerar empresas e movimentos cuja sede não se encontra exclusiva e predominantemente numa única Nação (CANCLINI, 2003).

envolvendo assistência às universidades estrangeiras e outras instituições; v) universidades privadas e parcerias do setor com as metas internacionais, cooperação internacional e colaboração entre escolas, faculdades e numa determinada universidade; e vi) a extensão da infusão internacional no conteúdo curricular (BARTELL, 2003, tradução nossa).

Stallivieri (2002) afirma que a internacionalização das IES, com base nas distintas formas de cooperação, tem sido o ponto de partida para melhorar a qualidade do ensino e da pesquisa que, em conjunto, criam condições para a melhoria e desenvolvimento de países, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida da população.

Sobre a internacionalização das escolaridades, a hipótese levantada por Nogueira *et al.* (2008) é a de que existe uma divisão na qual são observados dois tipos de escolarização: a que é feita através de benefício de capitais internacionais e a que se restringe aos recursos nacionais. Assim, a discussão sobre escolarização e suas desigualdades não pode ignorar uma dimensão internacional dos investimentos feitos por certos grupos sociais.

Dessa forma, a internacionalização tem uma dimensão sociológica, conforme pontua Nogueira *et al.* (2008), e também está relacionada ao investimento que as famílias fazem no estudante, buscando uma formação internacional:

Assim, o tema da internacionalização ganha relevância sociológica ao se constituir numa chave de compreensão das lógicas que regem as estratégias educativas (inclusive e, sobretudo as escolares) de que lançam mão famílias que, antes de tudo, desejam proporcionar, a seus filhos, as mais proveitosas e eficazes oportunidades de desenvolvimento pessoal, de sucesso escolar e de inserção profissional promissora. (NOGUEIRA *et al.*, 2008, p. 371-372).

Sobre esse aspecto, Stallivieri (2009) salienta que a formação no exterior, seja em nível de graduação ou pós-graduação, passa a ser muito valorizada por um profissional que busca uma melhor qualificação. Além de desenvolver competências relacionadas à sua área de atuação, esse novo profissional deve estar proficiente em LE, apresentar uma adaptação fácil em países estrangeiros, entender outras

culturas e, conseqüentemente, ter uma boa convivência com estrangeiros.

Contudo, salienta Stallivieri (2009), essa nova demanda faz com que as universidades busquem algumas alternativas para equalizar essa nova situação que se apresenta nas IES.

Considerando essa nova demanda, é natural que as instituições de Ensino Superior busquem alternativas para melhorar constantemente a qualidade de seus cursos e dos profissionais que estão formando, investindo no seu processo de internacionalização, mediante de políticas e estratégias claras, definindo suas políticas de capacitação em línguas estrangeiras, inserindo-se em programas de intercâmbio internacional e/ou desenvolvendo programas condizentes com sua realidade. Diante do acelerado processo de internacionalização, as instituições nem sempre conseguem organizar suas estruturas de forma adequada para atender a outros tipos de demanda, oriundos da participação e do retorno dos alunos dos programas de intercâmbio. (STALLIVIERI, 2009, p. 12).

Importante salientar que os desafios apresentados no século XXI, requerem das universidades respostas acadêmicas, políticas e estratégicas. Observado esse novo momento, fica evidente que a excelência na internacionalização é um ponto importante para as IES de um modo em geral e para a UFSC particularmente.

De acordo com o relatório da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), informado no Programa de Expansão, Excelência e Internacionalização das Universidades Federais, lançado em abril 2012, algumas ações foram promovidas, entre as quais, a busca da excelência na internacionalização, com destaque nas seguintes ações:

[...] a) adequar academicamente a universidade, em seu aspecto qualitativo e quantitativo, às novas demandas, dinâmicas, escalas e aos novos papéis e contextos globais advindos da sociedade do conhecimento, cada vez mais fortalecido neste

início de século; b) formar, estrategicamente, mão de obra qualificada para as necessidades sociais, econômicas e com padrões apropriados de sustentabilidade para este novo ciclo de crescimento e desenvolvimento que se expressa atualmente no país e no mundo; c) produzir ciência, tecnologia e inovação para inserir o país, com soberania, na nova ordem mundial do conhecimento; d) produzir e transmitir um conhecimento que promova a igualdade, a inclusão e auxilie na formação de cidadãos emancipados e portadores de conceitos éticos e humanitários. (ANDIFES, 2012, p. 6).

Assim, as atitudes que as universidades precisam desenvolver para a excelência na área de internacionalização permeiam a concepção da educação como um bem público e o conhecimento como um patrimônio social, objetivando a qualidade acadêmica e a equidade entre os discentes.

Além disso, Finardi e Ortiz (2015) salienta que, na esteira de melhorias, a globalização apresenta também pontos negativos, entre os quais, destaca-se:

Outro efeito negativo da globalização na educação observado no Brasil é que o inglês como língua estrangeira não é um curso obrigatório em escolas públicas com a consequência que as instituições de língua particular que oferecem cursos de inglês como língua estrangeira abundam no Brasil criando um fosso social entre aqueles que podem dar ao luxo de aprender Inglês e aqueles que não podem. (FINARDI, K; ORTIZ, 2015, p. 20, tradução nossa).

A internacionalização da educação superior no Brasil, nesses últimos anos, tem influenciado na busca para aprender uma LE em todo território nacional. Possivelmente isso se deve ao início do Programa Inglês Sem Fronteiras, atualmente designado Idiomas Sem Fronteiras, cujo objetivo é ofertar cursos de línguas nas universidades brasileiras.

2.3.1 Idiomas sem Fronteiras (IsF)

Desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SESu), em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) tem como principal objetivo incentivar o aprendizado de línguas, além de propiciar uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país (UFSC, 2015).

O IsF foi elaborado com o objetivo de proporcionar oportunidades de acesso, através do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) e de outros programas de mobilidade estudantil, a universidades de países onde a educação superior é conduzida em sua totalidade ou em parte por meio de línguas estrangeiras (UFSC, 2015).

Na UFSC, o IsF atua, desde 2012, buscando solucionar a demanda do programa Ciência sem Fronteiras. Para isso, algumas iniciativas foram adotadas, como a oferta de cursos a distância, além de cursos presenciais e da aplicação de testes de proficiência. O IsF atende aproximadamente 1780 alunos na modalidade presencial, num universo de 34 mil alunos na UFSC, ficando evidente, portanto, a necessidade de ampliação do projeto para atender a uma porcentagem razoável.

De acordo com Stallivieri (2015), o Programa CsF ressalta alguns problemas importantes, entre os quais, destaca, particularmente, a barreira da língua. Em geral, a população brasileira tem capacidade limitada para se comunicar em outros idiomas, e a proficiência em língua estrangeira é um requisito básico para uma bolsa de estudos do CsF (STALLIVIERI, 2015).

O programa IsF está situado dentro do programa CsF. O Programa CsF foi instituído pelo Decreto n.º 7.642, de dezembro de 2011, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do MEC, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da CAPES, respectivas instituições de fomento, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico (BRASIL, 2011).

O CsF foi importante para a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional (BRASIL, 2014).

O objetivo do CsF é propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros

de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Além disso, esse programa tem ainda como objetivos: i) promover a concessão de bolsas de estudos para alunos de graduação, pós-graduação e para docentes; ii) promover e ampliar a mobilidade acadêmica, a cooperação entre grupos de pesquisas brasileiros e estrangeiros, iii) promover a cooperação internacional, contribuir nos processos de internacionalização das universidades, auxiliar o aumento da competitividade das empresas brasileiras (BRASIL, 2014).

De acordo com Stallivieri (2015), os méritos do programa CsF são inegáveis. Os investimentos do governo federal foram de fundamental importância, através da concessão de bolsas de estudo nas seguintes categorias: financiamento para que alunos de graduação possam estudar de seis a dez meses no exterior; bolsas de doutorado sanduíche; bolsas para pós-doutorado; bolsas de doutorado integral; bolsas de mestrado, bolsa para pesquisador visitante e bolsas para jovens investigadores com talento para desenvolver projetos de pesquisa no Brasil.

Os números do programa CsF são elevados o suficiente para justificar a ampliação da oferta de cursos de LE que possam dar conta de capacitar a comunidade interessada no investimento de um período de estudos no exterior.

O estabelecimento de políticas nacionais para a internacionalização do ensino superior, definitivamente, deve estar entre as prioridades do governo. O governo pode oferecer diretrizes para ajudar cada instituição a desenvolver estratégias de internacionalização que estejam alinhadas com os objetivos nacionais e aumentar as oportunidades para o Brasil, no que diz respeito à inovação e à tecnologia voltadas para este momento e para o futuro. Deve ser um esforço amplo e colaborativo, com vistas à construção de um país diferente em um futuro próximo, que será mais academicamente capaz e mais cientificamente qualificado, e, acima de tudo, reconhecido por sua *expertise* profissional e investigação científica altamente qualificada (STALLIVIERI, 2015).

Para atender às demandas do programa CsF, bem como de outros programas governamentais, foram implementadas as ações do IsF, as quais estão direcionadas às comunidades universitárias brasileiras, que passam a receber um número cada vez maior de

professores e alunos internacionais em seus *campi*. Esse contexto propicia uma mudança abrangente e estruturante no ensino de idiomas estrangeiros nas universidades do país.

As ações do IsF incluem a oferta de cursos a distância e cursos presenciais, além da aplicação de testes de proficiência (BRASIL, 2014). O programa conta com os idiomas de alemão, espanhol e francês, que, em 2017, encontra-se em fase de projeto-piloto. O idioma italiano também foi incluído no projeto do IsF, no entanto ainda não apresenta projeto-piloto (UFSC, 2017). Já o idioma de inglês oferece aulas presenciais através do seu Núcleo de Línguas (NucLi) UFSC. Esse núcleo oferece um conjunto de cursos com diferentes níveis de proficiência e com carga horária de 16, 32, 48 e 64 horas, permitindo maior rapidez no atendimento das necessidades do programa IsF.

No curso de inglês há prioridade de inscrições, com os seguintes critérios preestabelecidos: as vagas são destinadas primeiramente aos alunos mais proficientes e, em caso de vagas remanescentes, são ofertadas aos menos proficientes. Os cursos oferecidos são: Inglês para Fins Acadêmicos; Preparatório para o teste do TOEFL³; Preparatório para o teste do IELTS⁴; Produção e Compreensão Escrita em inglês; e Produção e Compreensão (BRASIL, 2014).

O perfil dos estudantes é diversificado e atende a alguns pré-requisitos estabelecidos e classificados, conforme descrito na plataforma do IsF:

³ Os testes TOEFL visam avaliar a proficiência de falantes não nativos da língua inglesa. Esses testes avaliam as habilidades em três áreas: i) compreensão auditiva: mensura a habilidade do candidato em entender o inglês falado em situações de faculdades e universidades; ii) estrutura e expressão escrita: mensura o reconhecimento do candidato em selecionar pontos de estrutura e gramática dentro dos padrões do inglês escrito; habilidade de leitura: mensura a habilidade de leitura e entendimento de materiais escrito em contexto acadêmico. Para maiores informações busque em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/idiomas-sem-fronteiras/7476-isf-toefl-itp-gratuito>>. Acesso em 28 ago. 2017.

⁴ O International English Language Testing System (IELTS) é projetado para avaliar a capacidade linguística, leitura, gramática, compreensão oral e vocabulário dos candidatos que precisam estudar ou trabalhar onde o inglês é usado como linguagem de comunicação.

Os alunos de graduação de áreas elegíveis ao CsF das universidades federais contempladas com os Núcleos de Línguas poderão participar de todas as ações do programa ISF: acesso ao My English Online (MEO), participação em aplicações de exames de proficiência e acesso aos cursos presenciais ofertados pelo NucLi de sua instituição, desde que ativos no MEO. Os alunos das universidades federais que são Centros Aplicadores oficiais poderão fazer parte das demandas de aplicação internas da própria IES, quando anunciado em edital do Programa IsF. a) Alunos de graduação de todas as áreas do conhecimento de outras instituições públicas poderão participar do MEO e da aplicação de testes de proficiência. b) Alunos de graduação de todas as áreas do conhecimento de instituições privadas poderão participar do MEO, desde que tenham obtido pontuação igual ou superior a 600 no ENEM. c) Alunos de pós-graduação *stricto sensu* de instituições públicas e de instituições privadas que tenham seus programas credenciados pela CAPES poderão participar do MEO. d) Alunos e profissionais que se candidatem ao Programa Ciência sem Fronteiras, e a outros programas da CAPES/CNPq, que incluam em seus editais o exame TOEFL ITP, com agenda prevista para aplicação, terão direito a realizá-lo sem custo. (BRASIL, 2011, p. 1).

Com base em Martins *et al.* (2017), o projeto governamental Idiomas sem Fronteiras sem dúvida serve de motivação para os estudantes universitários que veem nele o estímulo para uma interação intercultural e também a oportunidade de usar a LE no contexto real de sua formação acadêmico-profissional.

Contudo, o ISF tem como prioridade a oferta de vagas nos cursos de LE obedecendo aos critérios estabelecidos pelo núcleo gestor desse programa, que são os seguintes:

I – alunos de graduação: a) com maior tempo para integralização de seu curso; b) com a maior

média. II – alunos de doutorado com maior tempo para integralização de seu curso. III – alunos de mestrado com maior tempo para integralização de seu curso. IV – técnicos e docentes ativos das universidades participantes deste Edital: a) com maior tempo ativo na universidade. 3.1.1. Em caso de empate, será dada preferência ao candidato que tiver a maior idade, por grupo. (MEC, 2017, p. 5).

Além dos critérios citados até aqui, outro critério usado por esse programa é o de priorizar as vagas aos alunos que têm maior tempo para integralizar seu curso de graduação.

Convém pontuar, ainda, que os objetivos dispostos nos editais do ISF partem do princípio de não oportunizar suas prioridades aos alunos de graduação em suas fases iniciais.

Além disso, os editais lançados para cursos presenciais ainda não contemplam o oferecimento de vagas destinadas a alunos de graduação oriundos de escolas públicas. Consideramos que essa questão merece ser refletida, haja vista que, no percurso escolar dos alunos da educação básica pública, ainda há uma defasagem no aprendizado de LE, conforme destaca Martins et al. (2017, p. 33):

Muito se tem discutido sobre a importância do ensino de língua inglesa nas escolas públicas que, muitas vezes, precárias, contam com poucos recursos tecnológicos a serem utilizados em sala de aula. Outro agravante seria a carga horária cada vez menor, falta de profissionais capacitados e de estruturas adequadas nas instituições escolares faltando estímulo para os alunos se interessarem por um idioma que é muito importante para o futuro profissional.

Esse panorama desfavorável acontece geralmente em escolas públicas. Os alunos oriundos de escolas particulares parecem chegar às universidades mais proficientes em determinada língua estrangeira. Isso porque, em muitos casos, há investimento em cursos de línguas particulares.

Além dos projetos financiados pelo governo federal, na UFSC existem atualmente programas para ensino de LE que funcionam de

diversas formas distintas, cada um com seu objetivo e público atendidos. De todos os projetos que atuam no ensino de LE, o de extensão CELE é o maior o mais antigo em atuação na UFSC, conforme especificado na Figura 1, que apresenta informações dos projetos voltados para o ensino de LE na UFSC.

Figura 1 - Projetos voltados para o ensino de LE na UFSC

Nomes dos cursos	Idiomas oferecidos	Público atendido	Início das atividades na UFSC
PET Letras (PET Idiomas)	Inglês, Espanhol, Francês, Alemão e Italiano, Polonês, Latim e Grego.	Alunos, docentes, técnico-administrativos e comunidade em geral	1992
Neti idiomas	Inglês, Espanhol, Francês, Alemão e Esperanto	Idosos	2012
ISF	Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Português para Estrangeiros	Alunos, docentes, técnico- administrativos e comunidade em geral	2014
CELE	Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Japonês, Português para Estrangeiros	Alunos, docentes, técnico- administrativos e comunidade em geral	1971

Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Com base na Figura 1, observamos que outros projetos correlatos ao aprendizado de LE se efetivam na UFSC, com distintas abrangências, contemplando diferentes públicos-alvo e atuando de diversas formas e finalidades. Esses cursos demonstrados na Figura 1 são coordenados por professores efetivos da UFSC e lotados no DLLE.

Vale ressaltar algumas características específicas dos cursos: o PET Letras é um programa de educação tutorial, acadêmico e direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação os quais têm como pilar o Pet Idiomas, que oferece cursos gratuitos de diversos idiomas para toda a comunidade.

Dois objetivos principais têm-se em vista com esse projeto: oferecer uma primeira experiência de ensino aos graduandos de letras estrangeiras, e aos demais interessados em ensinar uma língua; e oferecer à comunidade em geral cursos

introdutórios de idiomas. Afirma-se, assim, o compromisso social do PET com a comunidade extra-universitária e universitária. (UFSC, 2017, não paginado).

O projeto é coordenado pelos próprios bolsistas do PET Letras. A seleção dos professores é realizada através de uma entrevista e da atuação. O trabalho é voluntário e cada professor recebe, ao final do curso, um certificado de participação como ministrante. No primeiro semestre de 2017, foram ofertadas 31 turmas e recebidas cerca de 3.512 inscrições, sendo atendidos 770 alunos cursistas (UFSC, 2017).

O NETI Idiomas, destacado na Figura 1, é um projeto que se insere num programa maior, o qual é denominado Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI). O NETI é um núcleo que serve de referência para estudos de graduação e pós-graduação. Com enfoque na educação permanente, oferece cursos, grupos, oficinas e projetos voltados para alunos idosos, objetivando a sua atualização e inserção social. O Núcleo também presta assessoria e consultoria à comunidade, através de parcerias com entidades governamentais e não governamentais.

O NETI idiomas tem o propósito de que a alunos da terceira idade aprendam uma LE. O projeto está ancorado na Lei n.º 8. 842, de 4 de janeiro de 1994.⁵ Os cursos oferecidos pelo NETI Idiomas têm parceria com o DLLE e os coordenadores dos cursos de idiomas do NETI são, na sua maioria, professores do quadro efetivo do DLLE.

Na Figura 1, estão relacionados os cursos ISF e CELE, que são parte desta pesquisa e estão mais detalhados em outros tópicos deste estudo.

Apesar dos esforços governamentais no que diz respeito ao incentivo a LE nas universidades, especificamente na UFSC, outros cursos também participam desse processo de introdução de um idioma estrangeiro nessa instituição de ensino; no entanto, essas iniciativas ainda não conseguem atender à demanda de ensino de LE, principalmente para alunos que ingressam na UFSC por intermédio de PAA.

⁵ O Estatuto do Idoso, Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, define idoso como pessoas com 60 anos ou mais. Para maiores informações acesse <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 18 fev. 2017.

Diante desse cenário, é importante contextualizar as particularidades da UFSC, que, por ser uma universidade pública, tem um papel determinante na sociedade, nesse processo da socialização do ensino superior e também na inclusão de alunos oriundos de PAA.

2.3.2 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dadas às particularidades de cada instituição no processo de formação dos alunos através do ensino de idiomas e da inclusão de alunos oriundos das PAA e dos sujeitos que integram tal processo, torna-se importante traçar um breve histórico da UFSC localizando os objetos de estudo da pesquisa na estrutura administrativa dessa instituição.

A UFSC foi criada pela Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de congregar todas as faculdades existentes em Florianópolis (Instituto Politécnico 1917 e a Faculdade de Direito 1932) (UFSC, 2005).

É reconhecida como uma das melhores IES do Brasil e da América Latina. Segundo o *Times Higher Education World University Rankings (THE World University Rankings)*, na segunda edição do *Latin America University Rankings*, que classifica as 81 melhores universidades latino-americanas, a UFSC ocupa a quinta posição entre as universidades federais brasileiras e a 15ª no geral (UFSC, 2017).

Além do ensino superior, a UFSC também oferece ensino fundamental e médio, no Colégio de Aplicação (CA), e educação infantil, no Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Criados, respectivamente, em 1961 e 1980, constituem-se, além do ensino, em um campo de estágio supervisionado e de pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições públicas, consolidando-se, assim, como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos.

Em 1985, a UFSC passou a ofertar educação a distância, com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em vídeo aulas geradas por satélite.

Nos últimos anos, vários grupos envolveram-se em ações de educação a distância na UFSC, por meio do projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitando o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em

grande parte do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição (UFSC, 2011).

Na modalidade da educação presencial, a participação da UFSC no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008, permitiu de forma significativa a oferta de novos cursos e vagas. Com base nos recursos desse programa, a UFSC também criou e instalou, em 2009, os novos *campi* de Araranguá, Curitibanos e Joinville (UFSC, 2011).

A gestão central da UFSC é feita via órgãos deliberativos e órgãos executivos. Os órgãos deliberativos são o Conselho Universitário, que exerce deliberação no nível mais alto na própria universidade, e as câmaras, que têm função deliberativa nas áreas acadêmicas. A função fiscalizadora é exercida pelo Conselho de Curadores, pela Auditoria Interna e pela Ouvidoria.

Os órgãos executivos da UFSC, como a outra parte essencial da gestão central da universidade, são compostos de sete pró-reitorias e dez secretarias, além do Gabinete do Reitor. As pró-reitorias são as seguintes: PRAE, Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ), Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP). As dez secretarias são: Secretaria de Cultura e Arte (SeCArte), SINTER, Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional (Seai), Secretaria de Planejamento e Orçamento (Seplan), Secretaria de Segurança Institucional, Secretaria de Obras, Manutenção e Ambiente (Seoma), Secretaria de Inovação (Sinova), Secretaria de Esportes (Sesp), Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (Saad), Secretaria de Educação a Distância (Sead) (BRASIL, 2011).

Convém exemplificar que a estrutura administrativa da UFSC está organizada da seguinte maneira, conforme destacamos na Figura 2:

Figura 2 - Organização da estrutura administrativa da UFSC

Orgãos Deliberativos Centrais	Conselho Universitário Câmara de Graduação Câmara de Pós-Graduação Câmara de Pesquisa Câmara de Extensão Conselho de Curadores		
Orgão Executivos Centrais	Reitoria Vice-Reitoria Pró-reitorias Secretarias	Prae	
Orgãos Deliberativos Setoriais	Conselhos das Unidades Departamentos	DLLE	Cursos Extracurriculares
Orgão Executivos Setoriais	Diretoria de Unidades Chefias de Departamentos		
Orgão Suplementares	Biblioteca Universitária Biotério Central Editora Universitária Hospital Universitário Museu de Arqueologia e Etnologia Restaurante Universitário		

Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

2.3.3 Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE)

Conforme consta no estatuto da UFSC, de 1º de fevereiro de 1982, os departamentos devem se estruturar em departamentos coordenados por unidades universitárias, que serão denominadas de centros (UFSC, 1978). Assim, o Art. 6º, no segundo parágrafo do estatuto da UFSC estabelece que:

O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, envolvidos em cada curso ou projeto, desenvolver-se-ão sob a responsabilidade dos Departamentos de um mesmo ou de diferentes Centros, responsáveis pelos respectivos campos de estudos. (UFSC, 1978, p. 3).

A formação desses departamentos, bem como a distribuição do pessoal, está prevista no artigo 10º:

Os Departamentos, como subunidades universitárias, constituem a menor fração dos Centros, para todos os efeitos de organização administrativa, didático científica, bem como de distribuição de pessoal. (UFSC, 1978, p. 4).

Ainda nesse mesmo artigo, são elencadas as atribuições dos departamentos:

§ 1º Elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes nele lotados e praticar todos os atos que lhe são inerentes. § 2º O conjunto de disciplinas afins, que não reúna o número de docentes necessários à formação de um Departamento, deverá ser distribuído, respeitado o critério de afinidade, entre os já existentes. § 3º A representação estudantil no Departamento será determinada pelo Regimento da Unidade. § 4º Os Regimentos das Unidades Universitárias disporão sobre a competência e normas de funcionamento dos Departamentos. (UFSC, 1978, p. 16).

De todas as competências que são atribuídas aos departamentos, pode-se dizer que duas possuem maior importância, a saber: “a) promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão; b) promover e estimular a prestação de serviços à Comunidade, observando a orientação geral do Conselho Universitário.” (UFSC, 1978, p. 16).

O DLLE conta com um corpo docente que atua nas áreas de Línguas e Literaturas Estrangeiras, Linguística, Linguística Aplicada e Tradução, nos cursos de graduação e em quatro cursos de pós-graduação em Letras: Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários (PPGI), Pós-Graduação em Linguística (PGL), Pós-Graduação em Literatura e Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) (UFSC, 2015).

O DLLE oferece cursos de graduação em Letras nas seguintes habilitações: Bacharelado e Licenciatura em Língua Alemã e Literaturas de Língua Alemã, Bacharelado e Licenciatura em Língua Espanhola e Literaturas de Língua Espanhola, Bacharelado e Licenciatura em Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa, Bacharelado e Licenciatura em Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa, Bacharelado e Licenciatura em Língua Italiana e Literaturas de Língua Italiana, Bacharelado em Secretariado Executivo em Inglês (UFSC, 2015).

Em seu rol de disciplinas, constava o Inglês Instrumental, que era uma disciplina oferecida a muitos cursos de graduação da UFSC e constava como obrigatória na grade curricular de diversos cursos dessa instituição. Além de dar uma base aos alunos de graduação na habilidade de leitura e interpretação de textos em língua inglesa, essa disciplina tinha também o objetivo de despertar o interesse dos alunos pelo idioma e aprendizado dessa língua. Com o aumento de disciplinas nos cursos de graduação, porém, foi retirada do currículo, e atualmente apenas o curso de Ciência da Informação a mantém em seu currículo.

Na modalidade a distância, o DLLE oferece, já na sua terceira edição, como projeto de extensão, o curso de graduação Licenciatura em Letras – Espanhol, proposto pela UFSC, repetindo, assim a experiência de outras instituições públicas de ensino superior.

[...] configurando um curso de formação de professores com garantia de qualidade de ensino. O projeto resulta de um esforço coletivo para a integração entre diferentes saberes, experiências e competências envolvidas na formação de educadores na área do ensino de Espanhol.

A Universidade Federal de Santa Catarina, por meio das Unidades de Ensino diretamente envolvidas no projeto, reconhece a relevância de iniciativas dessa natureza. A Licenciatura em Letras-Espanhol, realizada na modalidade a distância, tem o objetivo de formar professores de língua espanhola para atuarem no Ensino Básico, visando o pleno exercício de sua atividade docente. Também, pretende propiciar o desenvolvimento de atitudes pedagógicas reflexivas e investigativas, que guarde consonância com as exigências de uma sociedade em transformação e tenha por base o princípio de que a formação do educador é um processo contínuo. (UFSC, 2011, p. 7).

Convém pontuar que o DLLE ofertou também, no período de agosto de 2009 a julho de 2013, na modalidade Licenciatura, o curso de Graduação em Letras-Inglês.

Além dos cursos de graduação na modalidade presencial e a distância, o DLLE oferta cursos extracurriculares de línguas estrangeiras, oportunizando à comunidade o ensino de LE, através de aulas de Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Japonês e Português para Estrangeiros, como projetos de extensão da UFSC, gerenciados pela Proex (UFSC, 2015).

2.3.4 Extensão na UFSC

Situada como Órgão Executivo Central, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) foi criada em 2012, por desdobramento da antiga Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE). A PROEX tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja por meio de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades realizadas na universidade (UFSC, 2017).

Em sua estrutura universitária, a UFSC tem como seus princípios gerais o tripé ensino, pesquisa e extensão, conforme consta no estatuto de 2011, no seu artigo 5º:

A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa

e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos. (UFSC, 2011, p. 8).

Desde a sua fundação, essa universidade vem se consolidando como uma das mais importantes do Brasil. Isso se deve ao fato de sua *expertise* nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas em seus cinco *campi*.

Nessa conjunção, a PROEX tem como missão contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC através de ações de extensão, em conformidade com a Política Nacional de Extensão Universitária e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas Brasileiras. Assim, essa Pró-Reitoria busca promover a interação transformadora entre a universidade e sociedade (UFSC, 2017).

A atuação dos estudantes nos projetos de extensão contribui na sua formação e qualificação, uma vez que as atividades extensionistas lhes proporcionam serem protagonistas de sua formação técnica, processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e formação cidadã (UFSC, 2017).

A Resolução Normativa n.º 88/2016/CUn, de 25 de outubro de 2016, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão universitária na UFSC, destaca, em seu art. 2º, § 5º, a visão da extensão universitária na UFSC:

I – estimular e potencializar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da instituição; II – propiciar mecanismos para que a sociedade utilize o conhecimento existente na realização de suas atividades; III – facilitar e melhorar a articulação e a operacionalização do conhecimento advindo do ensino e da pesquisa para a sociedade; IV – preservar o conhecimento produzido pela interação da Universidade com a sociedade; V – incentivar a participação tanto de alunos de graduação como de pós-graduação, além de professores e servidores técnico-administrativos em educação. (UFSC, 2016, não paginado).

O órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão é a Câmara de Extensão, que é composta pelos seguintes representantes: Pró-Reitor de Cultura e Extensão, como presidente; um representante docente de cada unidade participante em atividades de extensão; representantes discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara de Extensão (UFSC, 2011, p. 14).

A PROEX está envolvida em grandes ações, suas diretrizes são baseadas no regimento interno da UFSC, e as principais ações estão diretamente relacionadas à coordenação de atividades de extensão. Assim, cabe à PROEX:

[...] coordenar as ações ligadas a Extensão; convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão; promover o intercâmbio com outras entidades; acompanhar a execução de projetos de extensão zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público; supervisionar a concessão de bolsas de extensão; gerir o sistema de emissão de certificados de extensão. (UFSC, 2015, p. 68).

Vários programas de extensão são oferecidos pela PROEX, dentre os quais se destaca o Programa de Bolsas de Extensão (PROBOLSAS), que tem como objetivo estimular projetos e extensão desenvolvidos pela UFSC, através de auxílio financeiro na forma de bolsas. Outro programa gerenciado pela PROEX é o projeto PROEXTENSÃO, que visa apoiar financeiramente ações de extensão relacionadas ao ensino e à pesquisa envolvendo alunos, servidores docentes e técnico-administrativos em educação da instituição, em atuação conjunta com a comunidade (UFSC, 2017).

Os cursos da Escola de Extensão, em sua articulação com as demandas sociais, serão ofertados segundo os princípios e finalidades da educação profissional, inovadora e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, observando as demandas e potencialidades locais e regionais (UFSC, 2017).

A extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre a UFSC e a sociedade (UFSC, 2017).

Com a expansão e advento de políticas de interiorização das universidades, a UFSC apresenta, além da sua sede, outros 4 *campi*: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Joinville. Estar presente e oportunizar as mesmas condições na área da extensão nesses *campi* é uma meta a ser atingida pelos gestores da UFSC.

Uma das maneiras de alcance com ações de extensão de forma rápida é por meio da tecnologia, uma vez que as ferramentas disponíveis para acesso *on-line* podem diminuir as distâncias e dar equidade a toda a comunidade universitária.

Santos (2004) sublinha a importância das tecnologias de informação e comunicação, as quais têm um papel de estreitamento e diminuição das diferenças:

A universidade é uma entidade com forte componente territorial bem evidente no conceito de campus. Essa territorialidade, combinada com o regime de estudos, torna muito intensa a co-presença e a comunicação presencial. As novas tecnologias de informação e de comunicação vêm pôr em causa desta territorialidade. Com a conversão das novas tecnologias em instrumentos pedagógicos, a territorialidade é posta ao serviço da extra-territorialidade e a exigência de estar *on line*. O impacto destas transformações na institucionalidade da universidade é uma questão em aberto. Para já, é sabido que a transnacionalização do mercado universitário assenta nelas e que, ao lado das universidades convencionais, estão a proliferar o ensino à distância e as universidades virtuais. (SANTOS, 2004, p. 36).

No contexto da importância que a extensão tem na UFSC, atualmente a instituição se encontra com *multicampi*, sendo chamada a atuar de maneira igualitária em todas as suas atividades, seja de ensino, pesquisa ou extensão. Assim, conforme enfatiza Santos (2004), as tecnologias de informação e comunicação (TIC) estão disponíveis para serem utilizadas a favor da educação e da socialização do saber.

Ampliando essa perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem de LE proporciona um número maior de possibilidades, tais como: realização de intercâmbios, leituras de artigos em LE e publicação de artigos internacionais. Além do fato de que o ensino-aprendizado de LE contribui para o aumento da qualidade da instituição e, conseqüentemente, para a internacionalização da UFSC.

Responsável pela internacionalização na UFSC, a SINTER participa de programas institucionais voltados aos processos de ensino-aprendizagem de LE, os quais são fundamentais para projetar a internacionalização.

2.3.5 Secretaria de Relações Internacionais (SINTER)

A Secretaria de Relações Internacionais (SINTER) tem por objetivos primordiais promover a interação com organismos e instituições internacionais de ensino superior, apoiar e implementar acordos de cooperação técnica, científica e cultural, bem como viabilizar o intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos (UFSC, 2015).

De acordo com o regimento interno que dispõe sobre as finalidades dessa secretaria, ela: “Visa também atender à Universidade no desempenho de suas atividades que envolvam organismos estrangeiros e internacionais em assuntos de natureza acadêmica, administrativa, e, quando necessário, na área financeira.” (UFSC, 2009, p. 1).

Além de contribuir com a universidade no desempenho de suas atividades, o regulamento interno da SINTER, no capítulo II do artigo 5º, relaciona a sua competência:

I. assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras; II. planejar, coordenar e avaliar a execução das ações inerentes à política de relações internacionais da Universidade; III. estabelecer e divulgar os procedimentos para a submissão de propostas de acordos e convênios internacionais, definindo também os critérios para sua aprovação; IV. receber, registrar e emitir pareceres sobre propostas de acordos e convênios internacionais, bem como sobre suas renovações,

modificações e adendos; V. regulamentar e coordenar o intercâmbio internacional de estudantes de graduação e pós graduação, oferecendo orientação, recebendo e homologando candidaturas e, no caso de estudantes estrangeiros aceitos na Universidade, efetuando matrículas; VI. estimular, coordenar e executar programas de cunho institucional que fornecem aporte financeiro, interno ou externo e visem à mobilidade internacional de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos; VII. promover a integração, junto às respectivas pró-reitorias, das ações da Universidade que visem a internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa extensão; VIII. orientar estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos em projetos e convênios internacionais; IX. emitir portarias atribuindo carga horária de atividade administrativa aos docentes nomeados coordenadores de convênios internacionais; X. firmar acordos e convênios entre a Universidade e instituições estrangeiras nos casos em que o signatário da parte estrangeira não seja o reitor, mas sim o responsável pelo setor correspondente à Secretaria de Relações Internacionais; XI. executar outras atividades inerentes à área ou delegadas pelo reitor. (UFSC, 2009, p. 2).

A participação em programas internacionais como Ciência sem Fronteiras, Erasmus, Escala Asociación de Universidades Grupo Montevideo (AUGM), Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), Pró-Haiti⁶, University Studies Abroad Consortium (USAC)⁷, entre

⁶ O Pró-Haiti se configura como programa emergencial em educação que visa contribuir para a reconstrução do Haiti por meio de apoio à formação de recursos humanos em nível de graduação-sanduiche, onde são concedidas bolsas de estudos a estudantes das IES de Porto Príncipe em IES brasileiras. Para maiores informações acesse: <<http://sinter.ufsc.br/pro-haiti/>>. Acesso em 24 out. 2017.

outros, resulta em crescentes oportunidades para a comunidade universitária e promove a internacionalização dos *campi*. A colaboração bilateral com instituições estrangeiras aumentou significativamente nos últimos anos, alcançando 403 convênios com mais de 50 países em todos os continentes no segundo semestre de 2014 (UFSC, 2015).

Convém pontuar que, em conjunto com a SINTER, o DLLE participa do processo de internacionalização, por meio de projetos de extensão. Cita-se como exemplo o curso de Português para Estrangeiros, disponibilizado como curso extracurricular aos intercambistas estrangeiros. Esse curso é divulgado também no *site* da SINTER, para que a comunidade internacional tenha acesso privilegiado às informações.

A SINTER tem uma ativa política de internacionalização, que coloca a UFSC em evidência entre as melhores universidades do país. Em 2015, aproximadamente 1034 estudantes, docentes e técnico-administrativos realizaram intercâmbio em universidades estrangeiras, cerca de 630 estudantes, docentes e técnico-administrativos, estrangeiros, foram recebidos na UFSC, sublinhando a importância desse setor para essa instituição e fomentando o seu crescimento com uma forte política internacional (UFSC, 2016).

A política de internacionalização da UFSC visa promover a excelência científica e tecnológica do país e proporcionar solidariedade entre os povos. As ações de internacionalização são articuladas com os objetivos do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão, elevando a qualidade acadêmica da instituição (UFSC, 2016).

Nessa perspectiva de internacionalização, recentemente a SINTER e a Administração Central da UFSC iniciaram conversas para implementação de cursos de idiomas presenciais em parceria com o DLLE nos outros *campi* da UFSC. Para tanto, será utilizada a

⁷ A University Studies Abroad Consortium (USAC) é uma instituição universitária, sem fins lucrativos, conveniada com a UFSC desde 2012 com o propósito de contribuir para a internacionalização da UFSC. Os intercambistas que a UFSC recebe através da USAC cursam disciplinas vinculadas aos seus estudos por períodos de um a nove meses. Em contrapartida, a USAC oferece um espaço importante para a internacionalização, uma rede de contatos universitários internacionais e bolsas de estudos no exterior para os estudantes, docentes e técnico-administrativos da UFSC. Para maiores informações acesse: <<http://sinter.ufsc.br/usac/>>. Acesso em 24 out. 2017.

experiência do DLLE no ensino de LE, através do CELE, objetivando proporcionar à comunidade universitária o aprendizado em LE. A intenção é ofertar cursos de idiomas para os *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville.

Essa iniciativa visa colaborar com a internacionalização da UFSC, proporcionando uma formação em LE a todos os estudantes de graduação desses *campi* da instituição.

Por fim, a PRAE, órgão executivo responsável por ações voltadas às políticas de ações afirmativas, entre suas propostas, oferece aos alunos de baixa renda possibilidades de acesso a cursos de idiomas através de editais que são lançados a cada semestre na UFSC.

2.3.6 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

Na Conferência Mundial sobre Educação Superior no Século XXI, realizada em 1998, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) informou que a democratização do ensino está diretamente relacionada à ideia de uma sociedade com igualdade social e equidade de oportunidades:

Sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável e nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir esta disparidade. (UNESCO, 1998, p. 12).

A Política Nacional de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação aos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como princípios: i) a afirmação da educação superior como política de Estado; ii) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso; iii) a garantia da

democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil; e iv) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos. Seu principal objetivo é garantir a permanência e a diplomação dos estudantes, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (BRASIL, 2013).

De acordo com Silveira (2012), as políticas de assistência estudantil devem reduzir as desigualdades sociais, criando mecanismos para a permanência de estudantes de classes populares que ingressam nos cursos de nível superior e oportunidades para a conclusão da graduação de forma satisfatória. Ainda a esse respeito, esse autor ressalta:

[...] a democratização das universidades não se efetivará apenas com o acesso à educação superior gratuita, entendemos que a política de assistência estudantil é indissociável do processo de garantia de direito à educação. A educação, enquanto um direito fundamental do homem, vem passando por processo de reconhecimento no decorrer da formação da sociedade. No Brasil, a educação começou a aparecer como um direito de todos, desde a Constituição de 1934, cujo texto afirmava que juntamente com a oferta da educação se fazia necessária uma assistência aos estudantes. (SILVEIRA, 2012, p. 11).

Criada em 2004, na UFSC, a PRAE tem como objetivo executar programas e projetos voltados a políticas de ações estudantis, por meio da sua Coordenadoria de Assistência Estudantil (CoAES), a qual coloca em prática os programas que contribuirão com a permanência e o bom desempenho acadêmico.

A missão de uma instituição está diretamente relacionada à sua principal finalidade e às suas características. Assim, a PRAE, como órgão executivo central, tem como missão:

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis tem por objetivo o desenvolvimento de ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas ao acesso, à permanência e à conclusão da graduação por parte dos discentes

matriculados nos cursos de graduação presenciais da UFSC, em articulação com as demais estruturas universitárias. (UFSC, 2011, p. 2).

Entre os diversos programas oferecidos pela PRAE, constam os seguintes auxílios estudantis: i) Auxílio Creche; ii) Programa Bolsa Estudantil; iii) Programa Bolsa Permanência; iv) Moradia Estudantil; v) Auxílio Moradia; vi) isenção de pagamento da taxa de inscrição nas atividades esportivas do Centro de Desportos (CDS); vii) Isenção Alimentação no Restaurante Universitário (RU); viii) isenção no pagamento das matrículas do CELE, conforme publicação em edital das regras para obtenção deste auxílio, como forma de qualificar e dar formação ao estudante de graduação da UFSC (UFSC, 2016).

O Auxílio Creche é um benefício concedido aos estudantes com vulnerabilidade econômica, com intuito de estimular sua permanência na universidade, disponível para alunos da graduação presencial da UFSC, matriculados e frequentando um curso regular de graduação. O aluno deve estar com a guarda legal da criança, e esta deve estar na faixa etária de zero a seis anos. O aluno deve encontrar-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, comprovada pela Coordenadora de Serviço Social/PRAE, mas não pode acumular outro auxílio. Deve realizar sua inscrição junto às creches municipais e no NDI, estando em lista de espera de vagas nesses locais. Em 2016, o valor desse benefício estava estipulado em R\$ 468,00 (período parcial) e R\$ 771,00 (período integral) (UFSC, 2016).

O Programa Bolsa Estudantil tem como objetivo proporcionar auxílio financeiro aos estudantes dos cursos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, os quais recebem R\$ 653,60 de auxílio para permanecer na universidade (UFSC, 2013).

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) é uma ação do governo federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. Este recurso é disponibilizado diretamente ao estudante através de um cartão benefício. A Bolsa Permanência tem como objetivo principal diminuir as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O valor desse benefício no primeiro semestre de 2016 era de R\$ 400,00 (UFSC, 2016).

A Moradia Estudantil da UFSC, vinculada à PRAE e amparada através da Resolução 06/CUn/2003, está localizada no bairro Carvoeira (vizinho ao campus-sede) e disponibiliza vagas para alunos que estão cursando a graduação presencial, dentre aqueles com dificuldades financeiras para estudar em uma universidade, ainda que pública. Esses estudantes têm origem familiar em cidades outras que não a capital, Florianópolis. Os moradores estrangeiros que ocupam as vagas destinadas a intercâmbios são encaminhados pela SINTER, sendo 12 (seis por semestre) oriundos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e seis do continente africano, que vêm à UFSC para cursos de verão e ocupam essas vagas nos meses de janeiro e fevereiro (UFSC, 2016).

O Programa Auxílio Moradia da UFSC está regulamentado pelo Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Administrado pela PRAE/CoAEs, abrange os alunos regularmente matriculados nos *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville, e cuja família tenha renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que não tenham concluído outro curso de graduação. Os alunos devem estar matriculados em *campi* fora de seus municípios de origem para receber o auxílio moradia, o qual tem por finalidade auxiliar o estudante no custeio de gastos com aluguel, proporcionando melhores condições de permanência na universidade (UFSC, 2016). Gerenciado pela PRAE/CoAEs, esse programa fornece isenção aos estudantes universitários da UFSC com cadastro socioeconômico aprovado. Para requerê-lo, o aluno deve acessar o sistema *on-line* de cadastro próprio do serviço (UFSC, 2016).

A PRAE concede também isenção de pagamento da taxa de inscrição nas atividades esportivas do CDS a estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que não tenham concluído outro curso de graduação (PRAE, 2017).

A Isenção Alimentação no Restaurante Universitário, por sua vez, tem como objetivo oferecer a isenção no pagamento de passe para refeições no RU a alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial da UFSC que ainda não tenham concluído curso de graduação e sejam oriundos de famílias que tenham renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* (UFSC, 2017, p. 1).

Já a isenção no pagamento das matrículas dos cursos do CELE é um auxílio que é fornecido pela PRAE aos estudantes de graduação da

UFSC, e tem como objetivo: conceder isenção de pagamento da taxa de inscrição nos cursos extracurriculares de Língua Estrangeira do DLLE/CCE/UFSC, a estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*. (UFSC, 2016).

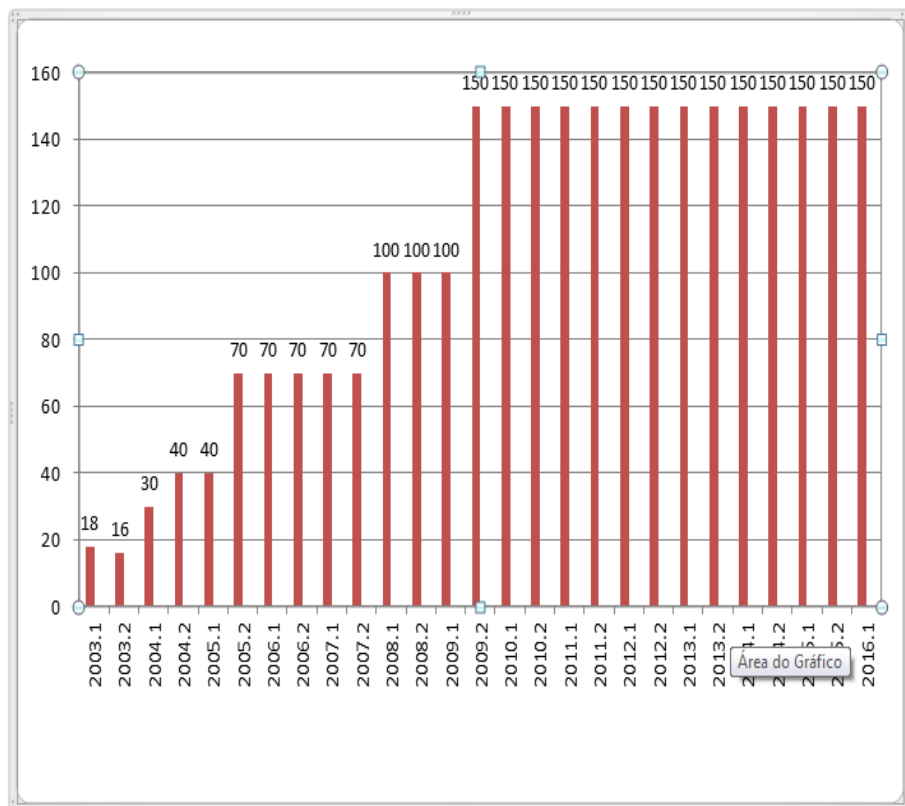
Após a conquista da vaga na universidade outros aspectos tem que ser observados, desigualdade de curso no interior da universidade, diferenças entre os alunos do mesmo curso, sociabilidade, seja em festa ou eventos, vivência na universidade visto com ambiente intelectual; dificuldade com idiomas português ou estrangeiros, demonstram vários obstáculos a serem enfrentados e superados pelos alunos. (ALMEIDA, 2009, p. 31.).

Entre os vários programas oferecidos pela PRAE e também os incentivos fornecidos através de editais, que são divulgados no *site* dessa Pró-Reitoria, destaca-se a isenção de pagamento da taxa de inscrição no CELE, que é um dos objetos desta pesquisa.

Por meio do auxílio que é fornecido aos estudantes de graduação da UFSC que participam da PAA, são contemplados com isenção nos pagamentos dos cursos de idiomas do CELE.

A Figura 3 destaca os números de isenções de pagamento da taxa de inscrição nos cursos extracurriculares de LE do DLLE/CCE/UFSC a estudantes de graduação da UFSC, ofertados pelo CELE aos alunos de graduação da UFSC através da PRAE.

Figura 3 - Números de isenções nos semestres de 2003.1 a 2016.1.



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Essa análise foi realizada para verificar como foram distribuídos os auxílios para ensino de LE a alunos de PAA, nos semestres de 2003.1 a 2016.1. A partir dessa observação, com base nos dados apresentados, foi possível fazer uma reflexão sobre o quantitativo de vagas disponibilizadas a esse público, podendo-se, dessa maneira, ter mais subsídios para realizar a pesquisa.

Com base nos dados apresentados nesse gráfico, houve aumento no auxílio de isenções nas matrículas dos cursos extracurriculares de LE, fornecidas pela PRAE aos estudantes de graduação da UFSC, principalmente correlatas aos anos 2013-2016. Quando a referência é os

anos que compreendem o período entre 2008 e 2009, verifica-se um aumento de 50% no fornecimento desse auxílio. Vale assinalar que, apesar dos esforços realizados para que todos os alunos tenham condições iguais na academia, principalmente na oportunidade de permanência e conclusão da graduação, o Estado, de forma geral, e a UFSC e a PRAE em particular, apontam caminhos que dialogam com as PAA, mas os processos ainda se configuram como lentos e não contemplam às necessidades da sociedade (REIS; MARTINS, 2015).

Partindo do ponto de vista da permanência e inclusão de alunos oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*, os programas de assistência estudantil possibilitam a esses alunos a equidade e qualidade na sua formação acadêmica, no período de sua passagem pela UFSC.

Uma vez conquistada a vaga, o cotidiano de estudo se afigura. As desigualdades entre os cursos no interior da universidade e, entre os alunos no interior de cada curso, são exploradas. Dimensões como a infraestrutura oferecida em termos de biblioteca e laboratórios; a sociabilidade: contato com colegas, ida a festas e outros eventos; a vivência em um ambiente diferenciado e privilegiado do ponto de vista intelectual; a dificuldade no manejo de línguas (seja o português, seja as demais línguas necessárias em determinados cursos, como inglês, francês e espanhol), apontam para outros e novos obstáculos a serem superados. Sublinhe-se o déficit quase incontornável em relação ao que os sujeitos chamam de 'base', isto é, os conhecimentos fundamentais que deveriam ter adquirido nas etapas escolares anteriores e que agora fazem falta. O maior obstáculo é, contudo, a falta de tempo, até porque, se ela não impede, dificulta sobremaneira o acompanhamento do curso. O tempo, que para muitos é dinheiro, é escasso; faltam aos estudantes tanto um quanto outro. (ALMEIDA, 2009, p. 315-316).

As ações de assistência estudantil são executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos

Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Os objetivos a serem alcançados pela assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

Os programas de assistência estudantil são, portanto, determinantes no processo de permanência de classes populares nas universidades, uma vez que se configuram como os responsáveis pelas políticas de permanência e qualificação dos alunos oriundos de PAA, que ingressam na IES de forma mais representativa após a Lei de Cotas.

2.4 Políticas Públicas Para Acesso Às Universidades

Com o objetivo de propor e implementar ações afirmativas na UFSC como meio de contribuir para o combate às desigualdades étnicas e sociais, foi criada a Comissão para ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da UFSC:

Objetivando construir uma proposta que inscreva a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) numa agenda contemporânea de valorização e promoção da diversidade no ambiente acadêmico/social, foi criada a Comissão para ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico racial da UFSC. (TRAGTENBERGER, 2013, p. 1).

De acordo com o Parecer 012/CUn/2007, constante do processo da Comissão para ampliação do acesso com diversidade socioeconômica e étnico-racial da UFSC, o conselho universitário aprovou a Resolução Normativa n.º 008/CUn/2007, de 10/07/2007, com o objetivo de criar o Programa de Ações Afirmativas na UFSC. No seu capítulo II, essa resolução especifica as ações afirmativas de acesso aos cursos de graduação da UFSC, destinando um percentual de vagas para o vestibular, conforme estipulado.

Art. 6º Para a implementação da ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação da Universidade, a que se refere o inciso II do art. 4º, será destinado 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, que serão distribuídas da seguinte forma: I – 20% (vinte por cento) para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino; II – 10% (dez por cento) para candidatos auto declarados negros, que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino. § 1º Os candidatos a que se referem os incisos I e II deste artigo, interessados em participar na ação afirmativa de acesso aos cursos de graduação, deverão fazer a sua opção no ato de inscrição do vestibular. § 2º Os candidatos que optarem pelo ‘Programa de Ações Afirmativas’ também concorrerão às vagas pela classificação geral. § 3º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso I deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes serão ocupadas por candidatos da classificação geral. § 4º Caso o percentual de vagas estabelecido no inciso II deste artigo não venha a ser preenchido, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por candidatos auto-declarados negros, oriundos de outro percurso escolar. § 5º Caso as vagas remanescentes a que se refere o parágrafo anterior não venham a ser preenchidas por candidatos auto-declarados negros, oriundos de outro percurso escolar, poderão ser ocupadas por candidatos da classificação geral. Art. 9º Para a implementação do acesso aos candidatos pertencentes aos povos indígenas, a que se refere o inciso III do art. 2º, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhor classificados no vestibular. (BOTELHO, 2007, p. 2-3).

A Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação do PAA/UFSC, responsável pela ampliação do acesso à UFSC com vistas à

diversidade socioeconômica e étnico-racial, e pela avaliação e proposta de revisão do período de 2008 a 2012, estabelece:

A proposição do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (PAA/UFSC) daí resultante procurou expressar com contundência o compromisso desta instituição pública com a agenda contemporânea do ensino superior público, referenciado por responsabilidades institucionais, em resposta ao cenário de desigualdades socioeconômicas e raciais da sociedade brasileira e que se inscrevem em suas próprias fronteiras. Assim, como resultado de ampla discussão com subsídios de outras universidades brasileiras, o PAA/UFSC teve amparo ético e político na missão proclamada pela UFSC: a ‘perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida’. (TRAGTENBERG, 2012, p.2).

No âmbito nacional, uma das políticas públicas para ingresso na educação superior de grande relevância é a Lei n.º 12.711/2012. Conhecida como “Lei de Cotas”, essa lei se configura como uma iniciativa de fundamental importância para o acesso das classes consideradas menos favorecidas à educação do ensino superior, sendo responsável pela mudança no perfil dos alunos que passam a ingressar a universidade pública a partir de 2012.

Política afirmativa que tem como um dos principais objetivos oferecer vagas nas universidades públicas, a Lei de Cotas foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2012, e aponta o seguinte:

A lei n.º 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público em curso regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. (BRASIL, 2012, não paginado).

A ação do Estado, no que diz respeito à Lei de Cotas, demorou muito tempo para ser implementada. Tal demora caracteriza e reafirma o modelo capitalista, no qual o acesso às universidades é privilégio de poucos, quase sempre, os que têm maiores recursos financeiros. Essa característica é também reafirmada pelo sistema de acesso às universidades públicas, que continua sendo por meio de vestibular. Sem o sistema de cotas, o acesso às IES públicas, desde sempre, privilegiava os alunos oriundos de escolas de educação básica particulares, por estarem mais bem preparados para as concorrentes provas de vestibular, se comparados com aqueles alunos vindos de escolas públicas de educação básica.

A esse respeito, Chaui (2003) fundamenta que a educação superior pública tem sido conivente com a exclusão social e cultural dos filhos das pessoas das classes populares, que, ao cursarem o ensino médio em escola pública, não conseguem passar para a universidade pública. Afirma, ainda, que a universidade é uma instituição social e exprime o modo e o funcionamento da sociedade.

Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a opinião e a presença de opiniões, atitudes conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. Essa relação interna ou expressiva entre a universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUI, 2003, p. 5).

Assim, conforme explica a autora, existem nas universidades pensamentos diferentes e opiniões conflitantes. A universidade pública sempre foi uma instituição social; todavia, sua função social ficou para segundo plano, pois, por um longo período, reafirmou a política do capitalismo, proporcionando o acesso às instituições de ensino superior, na sua maioria, para alunos oriundos de escolas particulares. Assim, as universidades públicas realizaram, por muito tempo, através de seus

concursos de vestibular, uma política de cotas às avessas, privilegiando e perpetuando o capitalismo.

As políticas afirmativas instituídas no Brasil através dos últimos governantes têm um papel fundamental para diminuir essa lacuna que existe entre alunos de escolas particulares e alunos de escola pública:

[...] as políticas públicas includentes corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade. Nesse sentido, as políticas inclusivas trabalham com os conceitos de igualdade e de universalização, tendo em vista a redução da desigualdade social. (CURY, 2005, p. 15).

Todavia, é preciso reconhecer que ações afirmativas para o ensino superior devem contemplar medidas para além do ingresso, posto que, no interior da própria universidade, podem ser exercidos os mesmos filtros sociais que produzem obstáculos e/ou interdições àqueles com origem socioeconômica ou étnico-racial determinadas. Nessa ótica, o programa da UFSC define suas ações orientadoras, entre elas as ações de acompanhamento e permanência, que são desafios contínuos e merecem algumas considerações (TRAGTENBERG, 2012).

Na próxima seção, será abordado o projeto CELE, sua história e suas contribuições na UFSC.

2.4.1 Projeto de extensão Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras (CELE)

O surgimento do Projeto de extensão Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras (CELE) é resultado do esforço e da iniciativa dos professores do Departamento de Letras da UFSC, que, ao iniciarem o projeto de implementação da Pós-Graduação em Letras-Inglês, em 1970, tiveram a ideia de implementar um curso de idiomas, com dois principais propósitos: oferecer à comunidade cursos de LE de bom nível e a um preço módico, e oportunizar bolsas aos alunos da Pós-Graduação em Língua Inglesa.

Desse modo, o valor recebido pelo aluno da Pós-Graduação em Língua Inglesa que atuava como professor bolsista serviria para custear

as despesas com aluguel, alimentação etc. Isto porque, na ocasião, havia uma demora para que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) fornecesse o credenciamento do curso da PPGI, e o mencionado programa não dispunha de bolsa para seus alunos que, naquela época, em sua maioria, eram originários de outros estados, mais especificamente do Nordeste, e viam nesse projeto uma possibilidade de ter uma renda para a manutenção das suas despesas na cidade. Essa oportunidade possibilitou, além de uma renda extra, experiência na área de atuação profissional do aluno-professor.

No início do curso, as atividades realizadas no projeto restringiam-se ao ensino do idioma inglês. Nessa época, eram recorrentes as reclamações correlatas à falta de qualidade das aulas ministradas, ocasionando bastante preocupação para os responsáveis do projeto. Esse foi um dos motivos que motivaram uma das professoras do DLLE, Prof.^a Alba da Silveira, a lecionar, gratuitamente, aulas de italiano. Em seguida, outra professora do departamento, do curso de Alemão, Prof.^a Ingeburg Dekker, teve a mesma iniciativa e começou a ministrar aulas de alemão gratuitas.

Com o intuito de solucionar o problema apresentado no início do projeto, referente à ministração de aula e objetivando aprimorar o nível didático pedagógico, foi estabelecido que, em cada idioma ofertado como curso extracurricular pelo DLLE, tivesse pelo menos um professor desse departamento ministrando aula no curso extracurricular. Isto porque acreditava-se que o convívio dos alunos bolsistas com os professores do DLLE e as consequentes trocas de experiências didático-pedagógicas entre eles oportunizariam a melhora da qualidade do curso.

A estratégia de promover mudanças na metodologia do curso por meio da inclusão de professores do DLLE para lecionar no projeto juntos aos alunos da PPGI foi exitosa, e o curso passou a ter reconhecimento da comunidade acadêmica. Assim, outros idiomas começaram a ser inseridos no projeto: espanhol e francês, dando visibilidade maior a essa atividade de extensão na UFSC, fato que contribuiu para o crescimento do projeto e também para uma mudança na estrutura do CELE.

Desde o início do curso, os alunos matriculados no projeto de extensão CELE pagavam uma taxa de inscrição, que, naquela época, era administrada pelo Departamento Artístico Cultural (DAC), o qual tinha a responsabilidade de gerenciar os recursos arrecadados e realizar os pagamentos aos alunos-professores. Com o crescimento do projeto, em

1981, os recursos financeiros eram de responsabilidade da chefia do DLLE e gerenciados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), que passou a ser a responsável pelos pagamentos dos alunos-professores e docentes do DLLE.

Com uma dimensão maior que a inicial, o projeto vislumbrava suporte administrativo aprimorado. Nessa época, a estrutura administrativa do projeto funcionava dentro da secretaria do DLLE, e um servidor técnico-administrativo da UFSC, lotado no Centro de Comunicação e Expressão (CCE), atuava no DLLE e trabalhava no projeto de extensão em concomitância com suas tarefas administrativas do departamento.

O projeto CELE era coordenado por um professor do DLLE, o qual era indicado pelo colegiado e tinha as seguintes atribuições: i) registrar semestralmente o projeto de extensão no sistema da PROEX; ii) assinar e encaminhar à FAPEU a relação de pagamentos dos professores que atuavam no projeto; e iii) fazer relatório final e realizar reuniões com professores de línguas estrangeiras do DLLE para tratar de assuntos relacionados a questões didático-pedagógicas dos CELE.

As inscrições para os cursos ofertados pelo CELE eram realizadas manualmente, isto é, as pessoas interessadas em frequentar os cursos de idiomas dirigiam-se ao DLLE para realizar a matrícula. O DLLE contava apenas com um servidor técnico-administrativo para o atendimento dos alunos que queriam ingressar nos cursos. Desse modo, muitas vezes, era preciso distribuir senhas e se formavam grandes filas, o que gerava uma longa espera no atendimento, acarretando inúmeras reclamações aos órgãos centrais da UFSC.

No início dos anos 1990, a procura pelos cursos de idiomas da UFSC cresceu muito, demandando um esforço enorme na organização das matrículas, que ainda eram feitas presencialmente. Nessa época, o projeto contava com um número muito maior de pessoas envolvidas: alunos-bolsistas, servidores técnico-administrativos e professores, que trabalhavam em regime de mutirão para atender às demandas apresentadas nas matrículas desses cursos. No entanto, apesar dos esforços dispensados, as filas ainda continuavam enormes, sinalizando que havia necessidade de reestruturar o sistema de inscrições.

O procedimento de matrícula preocupava os gestores do DLLE e o colegiado, pois, devido à boa qualidade didática dos cursos oferecidos, a procura aumentava gradativamente. As pessoas interessadas, em sua maioria alunos da UFSC, começaram a chegar cada

vez mais cedo na UFSC para conseguir uma vaga nos cursos. Muitos deles chegavam no dia anterior e passavam a noite inteira na fila para conseguir matrícula nos cursos e seus respectivos dias e horários desejados. Assim, com vistas a proporcionar maior estrutura aos cursistas, algumas ações foram colocadas em prática: a abertura do prédio mais cedo e a contratação de seguranças.

Entretanto, essas medidas não supriam as necessidades dos cursistas, por essa razão, em 1999, as matrículas passaram a ser realizadas *on-line*, solucionando alguns dos problemas mencionados. Esse novo modelo de inscrições não funcionou da maneira que se esperava, gerando problemas no *site* da UFSC: na primeira inscrição realizada no modo *on-line*, a quantidade de acessos simultâneos à página de matrícula foi tão grande que o *site* da UFSC ficou inoperante.

Ainda com matrícula *on-line*, em outros períodos subsequentes de inscrições de matrículas do CELE, alguns problemas técnicos de acesso remoto continuaram a ocorrer, e as respostas disponibilizadas pela Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), naquela época, não foram rápidas e suficientes, levando a coordenação do CELE a optar por hospedar o *site* de matrículas fora da UFSC, numa empresa privada, contratada até a presente data.

No início de sua história, o projeto de extensão atendeu a comunidade universitária (alunos, professores, servidores técnico-administrativos), mas também a comunidade da cidade de Florianópolis e arredores, com a oferta de cursos de LE. Conforme relatado anteriormente, o CELE oferta, atualmente, seis idiomas: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e português para estrangeiros e atende, em média, 3.200 alunos a cada semestre.

O corpo docente é constituído por alunos de programas de Pós-Graduação em Letras da UFSC, a saber: PPGI, PGL, PGL e PGET. Além dos alunos-professores, fazem parte do projeto bolsistas que atuam na organização do curso, realizando tarefas rotineiras como matrículas e rematrículas, no início de cada semestre, registro e divulgação de notas finais, transferências de turmas durante o semestre, contato com alunos e professores sobre assuntos diversos, atendimento no laboratório de línguas estrangeiras e nas salas ambientes, auxiliam os professores e a coordenação geral na preparação de relatórios e material didático, além de outras tarefas.

Além de oferecer aulas de línguas estrangeiras, o CELE também possibilita a realização de pesquisas na área, tanto por parte dos professores do DLLE como por mestrandos, doutorandos e graduandos, que se valem do espaço para desenvolver estudos oportunizados por meio da coleta de dados ali aplicada.

Esse tipo de situação, em que os dados de pesquisa são colhidos por meio de avaliações de produção e percepção em LE, programas de treinamento e aplicação do material e metodologias de ensino, enriquece as aulas e o aprendizado dos alunos do projeto, das graduações e das pós-graduações, e a receptividade por parte das turmas-alvo é sempre muito positiva. Ademais, tais iniciativas estão em consonância com o regimento interno do Projeto de Extensão CELE, aprovado em reunião do colegiado do dia 28 de abril 2014 e que tem dois principais objetivos:

a) suprir a demanda social em termos de capacitação e proficiência em línguas estrangeiras; b) promover o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas, por meio de investimentos em prol da pesquisa, do ensino de extensão, graduação e pós-graduação; viabilizar ambientes adequados à realização de pesquisas com vistas ao aprimoramento do ensino e aprendizagem de LE; promover investimentos de ordem social para a difusão e valorização das LE junto à comunidade; c) investir em publicação, aquisição de material bibliográfico e de suporte ao ensino. (UFSC, 2014, p. 1).

Esse regimento contempla a composição do quadro administrativo, tempo de permanência nos cargos administrativos, atribuições de coordenadores, composição de alunos-professores do projeto, destinação dos recursos financeiros e das remunerações e isenções das taxas.

As atividades do CELE estão sob a responsabilidade de uma comissão de professores do DLLE, composta por um coordenador geral e um coordenador de área para cada idioma, conforme está previsto no regimento interno:

[...] O Coordenador Geral, que deverá ser o chefe do DLLE; um coordenador de área para cada língua; para exercer funções do Coordenador

Geral ou de coordenador de área, os professores deverão cumprir as seguintes exigências: pertencer à categoria DE, estar envolvido em atividades de ensino, pesquisa e extensão e, eventualmente, administração. O Coordenador de área exercerá funções administrativas e pedagógicas relativas à sua área de atuação (respectiva língua) no projeto; a escolha dos Coordenadores de área do Projeto será por votação na área de atuação do professor no DLLE. (UFSC, 2014, p. 2).

No dia 12 de dezembro do ano de 2014, na 9ª reunião do colegiado do DLLE, foi aprovado o estágio não obrigatório nos Cursos Extracurriculares (Anexo A). Esta seção do Projeto Político do Curso de Letras-Inglês (PPC) tem fundamentação legal na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Resolução n.º 014/CUn/2011, de 25 outubro de 2011(em revisão) da UFSC. A esse respeito, o Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares (ENOCE) propõe:

O ENOCE é aquele desenvolvido como atividade opcional ou complementar que proporciona ao aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso realizar atividades profissionais na área de sua formação, e que quando formalizadas, junto à instituição de ensino, será acrescida à sua carga horária, regular e obrigatória, dando direito ao aluno de computar as horas de estágio como atividades Acadêmico-Científico-Cultural (ACCs) e aproveitar a atividade de estágio para o desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso (TCC). (UFSC, 2014, p. 1).

Convém pontuar que o espaço do CELE serve de campo para os estagiários desenvolverem suas atividades, possibilita condições para o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, e as teorias aprendidas nas disciplinas de graduação dos cursos de Letras servem de fundamentação para as práticas desenvolvidas em sala de aula do CELE.

Conforme ressaltado anteriormente, os recursos financeiros do CELE, nesses últimos anos, estiveram sob a responsabilidade da

FAPEU. Ao longo de todo esse período, surgiram alguns problemas relacionados a órgãos de fiscalização como a Receita Federal e o Ministério do Trabalho. Este último estava interessado em investigar como eram feitos os pagamentos aos estudantes e professores que atuavam nos projetos de extensão da UFSC.

Tais ações geraram algumas mudanças nos procedimentos administrativos adotados pela FAPEU, sendo o principal o não pagamento de bolsas a alunos-professores e servidores da UFSC, pois esses pagamentos deveriam ser feitos com os encargos trabalhistas. Dessa forma, os custos finais com os pagamentos realizados ficariam inviáveis para o prosseguimento das ações desse projeto. Para solucionar tal situação, a alternativa encontrada foi realizar os pagamentos dos alunos-professores e através do Sistema de Informação para Acompanhamento e Registro de Estágios (SIARE). Nesse período de transição, os servidores que atuavam no projeto CELE não receberam remuneração pelos serviços prestados.

O SIARE limitava o tempo de duração do estágio na UFSC a um período máximo de 24 meses. O controle do registro era feito por número de Cadastro de Pessoa Física (CPF), e alunos de graduação ficavam na UFSC por aproximadamente quatro anos.

Nessa perspectiva, convém ressaltar a importância da “bolsa-salário” nesse novo cenário da UFSC após a sua adesão às PAA, uma vez que maior número de alunos pertencentes a famílias com renda *per capita* mais baixa passam a frequentar a instituição e, muitas vezes, vislumbram nessas bolsas o estímulo à sua permanência nos cursos de graduação da UFSC.

Com o limite para o pagamento de bolsas estipulado pelo SIARE, gestores da UFSC e das fundações habilitadas a trabalhar com a universidade debateram sobre as possibilidades de estender o período de pagamento das bolsas e concluíram que a melhor alternativa seria institucionalizar⁸ o projeto CELE.

Dessa maneira, o CELE, assim como outros projetos de extensão da UFSC, buscou a sua institucionalização no segundo semestre de 2016. Para tanto, o projeto teria que fazer o seu registro no

⁸ Eisenhardt (1988) fundamenta que a institucionalização se configura como ações organizacionais que refletem uma maneira de fazer coisas que evolui ao longo do tempo e torna-se legitimada dentro de uma organização ou ambiente.

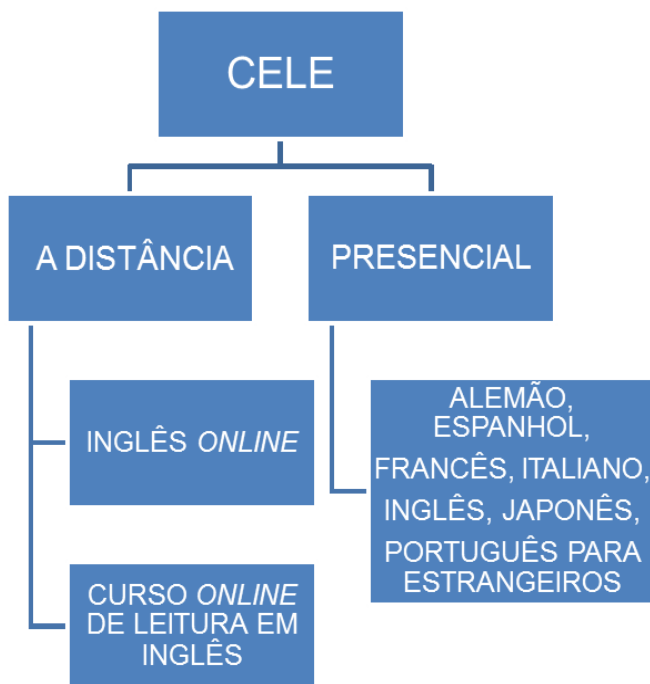
sistema indicado pela PROEX. Após essa etapa, o projeto seria encaminhado a outros setores da UFSC para a devida apreciação e alterações julgadas necessárias.

Esse novo formato tem como proposta que a arrecadação das inscrições seja feita através da Guia de Recolhimento da União (GRU), e a fundação responsável emite uma nota fiscal para que os recursos voltem à FAPEU e sejam utilizados conforme rubricas estabelecidas no projeto.

O caráter institucional do projeto firma um acordo entre a UFSC e o CELE, normatiza e estabelece rotinas para as ações administrativas, assegurando legalmente os coordenadores do projeto. Além disso, a institucionalização do CELE fortalece a parceria entre a extensão, a UFSC e a comunidade, evidenciando a boa prática que o CELE objetiva estabelecer na UFSC.

O CELE está organizado em cursos presenciais e a distância, que são divididos da seguinte maneira: 1) cursos presenciais de idiomas; 2) curso de Inglês *on-line*; 3) curso *on-line* de Leitura em Inglês; os quais estão detalhados na Figura 4.

Figura 4 - Organização do CELE



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Os cursos a distância ministrados através do projeto CELE são divididos em Inglês *on-line* e Leitura de Inglês *on-line*.

O curso de Inglês *on-line* surgiu da necessidade da Prodegesp, a partir do auxílio da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP), de oferecer cursos de idiomas nos *campi* de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville com o intuito de capacitar seus servidores na língua inglesa.

O curso de Inglês *on-line* é composto de dois módulos: Inglês *on-line* 1 e 2. As atividades estão dispostas na plataforma Moodle UFSC e contam com auxílio de tutores *on-line*, que atuam na correção de atividades e interação, através de atividades de conversação.

Esse curso tem duração de um semestre por nível, equivalente a 60h/aulas cada. São trabalhadas seis unidades de estudos, e estas são

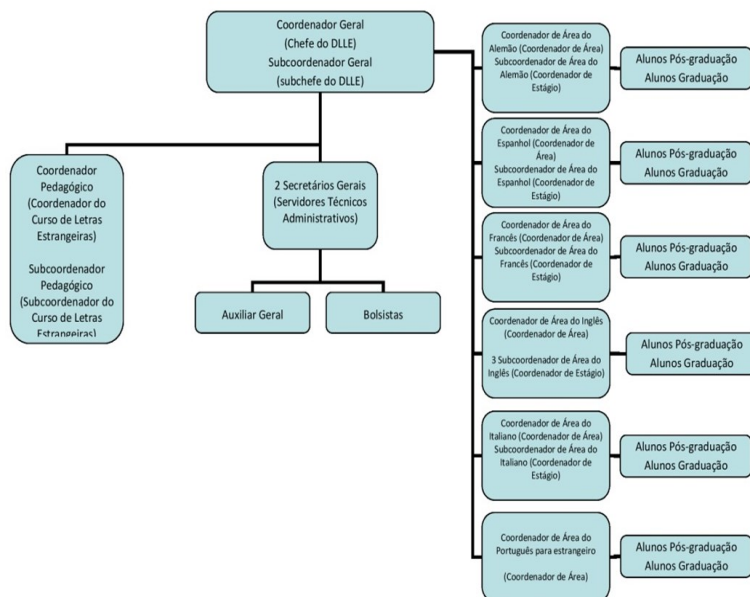
realizadas *on-line* e com correção automática, para que o aluno consiga acompanhar a sua evolução ao longo do curso.

O curso de Leitura em Inglês *on-line* também é realizado na plataforma Moodle e é 100% *on-line*, não necessitando da instrução de tutores para auxiliar na execução das tarefas. Tem como foco a introdução e o desenvolvimento de estratégias de leitura e estudo de estruturas básicas da língua inglesa, tendo como objetivo:

Apresentar estratégias de leitura, tais como uso de conhecimento prévio, *skimming* e *scanning*; Promover a habilidade de prática de leitura em língua inglesa; Introduzir estruturas básicas da língua inglesa, tais como afixos, grupos nominais e verbais; Apresentar diferentes gêneros textuais, promovendo a compreensão de estruturas retóricas diversas e ampliação do vocabulário. (MOODLE, 2014).

Dada a organização do CELE, convém pontuar a forma com que os cursos são gerenciados com base no seu quadro administrativo, conforme verifica-se na Figura 5.

Figura 5 - Quadro administrativo do CELE



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

A coordenação geral e a subcoordenação ficam sob a responsabilidade do chefe e do subchefe do DLLE, que têm a função de definir as diretrizes gerais do projeto, coordenar todo início e fim do semestre, organizar reunião com os outros coordenadores, bem como são responsáveis pelo emprego dos recursos financeiros do projeto.

A coordenação pedagógica do projeto é administrada pelo coordenador e pelo subcoordenador do Curso de Letras Estrangeiras, os quais têm como principal função a atuação juntos aos coordenadores de área do CELE.

Para exercer funções de coordenador e subcoordenador de área do CELE, os professores do DLLE devem pertencer ao regime de Dedicção Exclusiva (DE), estar envolvidos em atividade de ensino, pesquisa e extensão, e, eventualmente, administração. Para atuar nessa função, esses professores serão escolhidos por votação na área do DLLE em que atuam.

Dois servidores técnico-administrativos da UFSC exercem a função de secretários do CELE e contam com apoio de 1 auxiliar geral a ser contratado em regime de 40 horas e bolsistas administrativos.

Os alunos de graduação e pós-graduação integram o corpo docente do projeto e são os alunos-professores que ministram as aulas nos cursos dos CELE. Os professores efetivos da UFSC e os professores aposentados não podem ministrar aula nesse projeto.

Além dos modelos de organização e de gerenciamento, a Figura 6 apresenta a estrutura do CELE, referente às LEs oferecidas e seus ciclos, níveis compreendidos e carga horária de cada curso.

Figura 6 - Estrutura do CELE

Curso	Ciclos	Níveis Compreendidos	Carga Horária por Nível
LÍNGUA INGLESA	Básico	01,02 e 03	60 horas
	Pré-Intermediário	04 05 e 06	60 horas
	Intermediário	07 e 08	60 horas
	Avançado	01 e 02	60 horas
	Conversação em Nível Avançado	01	60 horas
	TOEFL (Curso Preparatório)	01	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos (Básico)	01 e 02	60 horas
LÍNGUA ESPANHOLA	Básico	01,02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos (Básico)	01	60 horas
LÍNGUA FRANCESA	Básico	01,02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos	01 e 02	60 horas
LÍNGUA ITALIANA	Básico	01,02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e 07	60 horas
LÍNGUA ALEMÃ	Básico	01,02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Alemão Instrumental (Básico)	01	60 horas
LÍNGUA JAPONESA	(Básico)	01 e 02	60 horas

Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Os alunos que se matriculam no CELE seguem a sequência de cursos conforme especificado na Figura 6. Cada nível é ministrado em 1 semestre e tem carga horária de 60 horas-aula. Para concluir o curso, o

aluno deve obter 75% de frequência às aulas, e nota para aprovação é 6,0.

As normas relacionados a nota e frequência estabelecidos como critério nos CELE obedecem o que esta escrito na resolução nº 017/CUN/97, no artigo 69 § 2o e no artigo 72:

Art. 69 - A verificação do rendimento escolar compreenderá frequência e aproveitamento nos estudos, os quais deverão ser atingidos conjuntamente.

§ 2o - Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das mesmas.

Art. 72- A nota mínima de aprovação em cada disciplina é 6,0 (seis vírgula zero) (UFSC, 1997, p.15-17).

Os cursos oferecidos no projeto CELE e que não têm o idioma contemplado na graduação de Letras Estrangeiras da UFSC, por exemplo, o curso de Japonês, é acompanhado por um professor do DLLE, que fica responsável pela parte pedagógica, fazendo o acompanhamento das aulas e dos alunos professores que ministram esse idioma.

Com quatro décadas de atuação na UFSC, o CELE, com excelência no ensino de LE, apresenta algumas particularidades que vêm ao encontro de um novo contexto acadêmico plural e diversificado.

Nesse sentido, o projeto foi elaborado objetivando formalizar os procedimentos administrativos adotados e, para isso, criou critérios para seleção de aluno-professor. Desse modo, para que o aluno possa ministrar aula nos cursos, é necessário passar por uma seleção que contempla os seguintes processos: i) realização de uma prova didática sob avaliação de uma banca composta por três professores do DLLE; ii) entrevista com os três membros da banca; e iii) análise do currículo e do plano de aula. Convém pontuar que, para atuar no projeto, é pré-requisito ter vínculo com a UFSC: servidor, professor ou aluno de graduação e pós-graduação.

O CELE desenvolve, ainda, ação social, disponibilizando para alunos da graduação, professores da instituição, técnico-administrativos em educação e comunidade em geral a isenção da taxa de inscrição dos

curso de idiomas. Tal isenção pode ser exemplificada por meio de sete principais ações: i) a isenção para alunos pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*; ii) isenção para alunos pertencentes aos povos indígenas; iii) isenção para alunos pertencentes ao Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões e Saberes; iv) isenção para servidores técnicos-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham na SINTER; v) isenção para a comunidade externa; vi) isenção para bolsistas, alunos-professores que trabalham no CELE; e vii) isenção para servidores técnico-administrativos em educação da UFSC.

Essas ações podem ainda ser mais bem especificadas:

i) a isenção para alunos pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*: nesse caso, para conseguir a isenção, os alunos devem ter seu cadastro aprovado na PRAE:

O objetivo deste auxílio é conceder isenção de pagamento da taxa de inscrição nos Cursos Extracurriculares de Língua Estrangeiras (DLLE/CCE/UFSC) a estudantes regularmente matriculados nos curso presenciais de graduação da UFSC oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que não tenham concluído curso de graduação. (UFSC, 2017, p. 1);

ii) isenção para alunos pertencentes aos povos indígenas: por intermédio da Secretaria de ações afirmativas e Diversidade da UFSC, com base na Resolução Normativa n.º 008/CUn/2007, de 10 de julho de 2007, foi criado o programa de ações afirmativas que:

[...] constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade. (BOTELHO, 2007, p. 1);

iii) isenção para alunos pertencentes ao PET Conexões e saberes: o PET Conexões de Saberes comunidades populares urbanas atua na temática de Ações Afirmativas de Acesso e Permanência ao Ensino Superior, com foco em alunos de origem popular. Tem origem no Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares, que funcionou na UFSC entre os anos de 2006 e 2011, inicialmente desenvolvidos pelo MEC, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), que passou a se denominar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), junto a Instituições Públicas de Ensino Superior, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No modelo PET, esse grupo passa a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu), do MEC (UFSC, 2017);

iv) isenção para servidores técnico-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham na SINTER: com o objetivo de colaborar com a internacionalização e, consequentemente, melhorar o atendimento realizado aos alunos intercambistas estrangeiros, o CELE fornece bolsa de idiomas aos servidores técnico-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham no setor administrativo da SINTER, reparando-os para melhor atender aos estrangeiros que chegam à instituição para realizar intercâmbio;

v) isenção para a comunidade externa: contempla pessoas que pertencem à comunidade externa da UFSC que comprovem baixa renda, conforme edital:

Terá direito à isenção das taxas de matrícula para os cursos extracurriculares de idiomas a pessoa física que declarar hipossuficiência de renda, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº 1.060/50 e do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, art. 6º, VIII). (UFSC, 2014, p. 8);

vi) isenção para bolsistas, alunos-professores que trabalham no CELE: os alunos-bolsistas que trabalham na parte administrativa do projeto bem como os alunos-professores

podem fazer um curso de idiomas de forma gratuita. Essa política de isenção objetiva auxiliar os alunos envolvidos no projeto na sua formação acadêmica e na vida profissional;

vii) isenção para servidores técnico-administrativos em educação da UFSC: a PRODEGESP oportuniza a seus servidores cursos de idiomas, através do projeto CELE. Essa política faz parte do plano de capacitação dos servidores técnico-administrativos da instituição e se insere na política de internacionalização da universidade, cada vez mais aberta para o mundo.

O incentivo à formação tem como objetivo, “potencializar” o trabalhador como um ser de transformação social, buscando mecanismo para a sua autorrealização e melhoria das suas condições de trabalho (UFSC, 2011).

A iniciativa adotada pela PRODEGESP visa atender a uma demanda apresentada na UFSC, proporcionando, assim, uma melhor formação ao servidor técnico-administrativo:

[...] existem muitas áreas na Universidade que exigem o relacionamento com autoridades, professores e alunos estrangeiros, ‘o que torna imprescindível aos seus membros o traquejo, o conhecimento e a fluência em outros idiomas’. Além disso, trata-se de um requisito para a participação em cursos de mestrado e doutorado, que também alcançam os servidores da instituição. (UFSC, 2011, p. 1).

Vale assinalar que, apesar dos esforços realizados por órgãos competentes para que os alunos tenham condições igualitárias na academia, principalmente no que se refere à oportunidade, permanência e conclusão da graduação com a mesma qualidade, nota-se que essa iniciativa ainda não iguala as condições apresentadas para alunos de graduação da UFSC com maior poder aquisitivo. Contudo, acredita-se que projetos de extensão como o CELE pode contribuir e se configurar como importante elo no encurtamento dessa distância.

3 METODOLOGIA

Este capítulo contempla o percurso metodológico percorrido descrevendo o tipo do estudo e a técnica de coleta de dados para serem alcançados os objetivos propostos nesta pesquisa.

O percurso metodológico deste estudo está ancorado nas concepções de Demo (1987), o qual considera que a pesquisa é “[...] a atividade científica pela qual descobrimos a realidade” (DEMO, 1987, p. 23), e também nos fundamentamos em Andrade (1995, p. 109): “Pesquisa é o conjunto de procedimentos sistemáticos, baseado no raciocínio lógico, que tem por objetivo encontrar soluções para problemas propostos, mediante a utilização de métodos científicos.”

Nessa mesma perspectiva, Silva (2001) ressalta que a pesquisa é um conjunto de ações a serem propostas para solucionar um problema baseado em procedimentos racionais e sistemáticos. Assim, a realização da pesquisa se dá quando se tem um problema e não se têm referências para solucioná-lo.

Com base nesses autores, intenciona-se alcançar o objetivo geral desta pesquisa, ou seja, analisar as contribuições oferecidas pelo Curso Extracurricular de Línguas Estrangeiras (CELE) aos alunos que integram a PAA.

3.1 TIPO E NATUREZA DO ESTUDO

De acordo com Triviños (1987), a seleção do caminho adotado pelo pesquisador depende de algumas circunstâncias, tais como tempo e recursos humanos e financeiros disponíveis para a realização da pesquisa. Certamente essa definição se baseia pela busca dos objetivos que perseguem a tentativa de análise da realidade que se pretende alcançar e com base nos princípios teóricos primordiais que orientam a ação do pesquisador.

Conforme a classificação de Vergara (2000), segundo a qual as pesquisas se classificam quanto aos fins e quanto aos meios, esta pesquisa aqui apresentada é especificada como descritiva, aplicada e exploratória quando aos fins e, com relação aos meios de investigação, configura-se como bibliográfica, documental e estudo de caso.

As pesquisas descritivas são aquelas que expõem: “[...] características de determinada população ou de determinado fenômeno.

Podem também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” (VERGARA, 2000, p. 47).

Dessa maneira, esta pesquisa busca investigar quais são as contribuições do CELE aos alunos contemplados pela PAA, com o intuito de propor ações de gestão que visem contribuir para formação do aluno por meio do ensino de LE.

Quanto à natureza, este estudo apresenta uma pesquisa aplicada, que, segundo Vergara (2003), é aquela fundamentalmente motivada pela necessidade de resolver problemas concretos, tendo uma finalidade prática.

Assim, esta pesquisa propõe, por meio do CELE, contribuir com a PAA na UFSC, através do ensino de LE, proporcionando condições de equidades acadêmicas a alunos oriundos das políticas afirmativas.

Ainda fundamentada nas concepções de Vergara (2000), esta pesquisa é considerada como exploratória, uma vez que este estudo é realizado em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado.

Considera-se que esse ramo de estudo é relativamente recente, tendo em vista a especificidade do assunto, principalmente quanto a PAA, uma vez que foram encontrados poucos estudos correlatos ao assunto, após levantamento de dados no banco de teses e dissertações da CAPES, no qual pesquisou-se a temática cursos extracurriculares de línguas estrangeiras e alunos de política de ações afirmativas, considerando-se como limitrofes os períodos compreendidos entre janeiro de 2012 e março de 2017.

No que tange aos meios de investigação, ainda segundo as concepções de Vergara (2000), a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica, documental e estudo de caso.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica porque, através da revisão da literatura estudada, se tem sustentação da fundamentação teórica. Vergara (2000) sublinha que esse tipo de trabalho é desenvolvido em materiais publicados, como livros, jornais, isto é, material disponibilizado ao público.

Configura-se também como documental porque é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza ou com pessoas, registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações, textos informais, filmes, microfilmes, fotografias, videocliques, informações em diários e cartas pessoais, entre outros (VERGARA, 2000).

Convém destacar que a presente pesquisa utiliza como uma de suas fontes documentos arquivados no DLLE. O material selecionado foi o Nivelamento Extracurricular 2017.2, que é utilizado pelo CELE e disponibilizado na plataforma Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle).⁹

Enquadra-se, ainda, como estudo de caso pelo fato de utilizar o projeto de extensão CELE, que, por sua vez, visa a contribuir na PAA da UFSC, destinada a alunos oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*. Segundo os parâmetros de Vergara (2000), o estudo de caso é:

[...] delimitado a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade, ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo. (VERGARA, 2000, p. 42).

Esta é uma pesquisa considerada também de natureza aplicada em consonância com os princípios metodológicos de Martins (2004). A abordagem deste estudo caracteriza-se por relacionar as características de análise quantitativa e qualitativa, sendo, portanto, de enfoque quali-quantitativo, uma vez que tal abordagem: “[...] privilegia a análise de micro processo, através do estudo das ações sociais individuais grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e se caracteriza pela heterodoxia no momento da análise” (MARTINS, 2004, p. 289).

Ampliando essa perspectiva, este estudo busca, conforme supracitado, realizar uma análise dos alunos da UFSC oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* usando recursos estatísticos e mantendo também o enfoque na interpretação e nos significados dos dados obtidos. A partir dessas

⁹ O Moodle é um Ambiente Virtual de Aprendizagem que tem como base um *software* livre. O termo Moodle é um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Ambiente Modular de Aprendizagem Dinâmica Orientada a Objetos). Possui uma comunidade de desenvolvimento e muitos programadores espalhados pelo mundo, programando novas funcionalidades e melhorias sob a filosofia do *software* livre (SABBATINI, 2007).

informações, pretende-se verificar o nível de conhecimento em língua inglesa e correlacionar informações referentes a aspectos relacionados ao ensino de línguas estrangeiras.

3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Vergara (2000, p. 46) salienta que a “[...] população amostral é um conjunto de elementos que possuem as características que serão objeto do estudo”. Nesse aspecto, para determinação do universo da pesquisa, buscaram-se alunos de graduação na modalidade presencial que ingressaram na UFSC através do concurso do vestibular no semestre de 2017.1, no *campus* Florianópolis, pertencentes a famílias com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que tenham participado do Nivelamento do CELE 2017.2.

Diante da escolha do universo a ser pesquisado, foi solicitado ao Gestor do DLLE (Anexo B) acesso à plataforma Moodle UFSC, Nivelamento 2017.2, onde estão armazenadas as informações referentes aos participantes deste estudo. Os instrumentos desta pesquisa estão, portanto, nesta plataforma, quais sejam: duas enquetes, uma autoavaliação e um teste de nivelamento em inglês, que servem de base para a coleta de dados.

Assim, delimitou-se o universo da pesquisa: 51 alunos que atendem aos seguintes critérios: ter completado todas as etapas no Moodle – Nivelamento 2017.2, ou seja, de acordo com o que foi assinalado: i) duas enquetes – Parte 0 – Enquete e Parte 1 – Enquete; ii) Parte 2 – Autoavaliação; e iii) um teste de nivelamento para inglês.

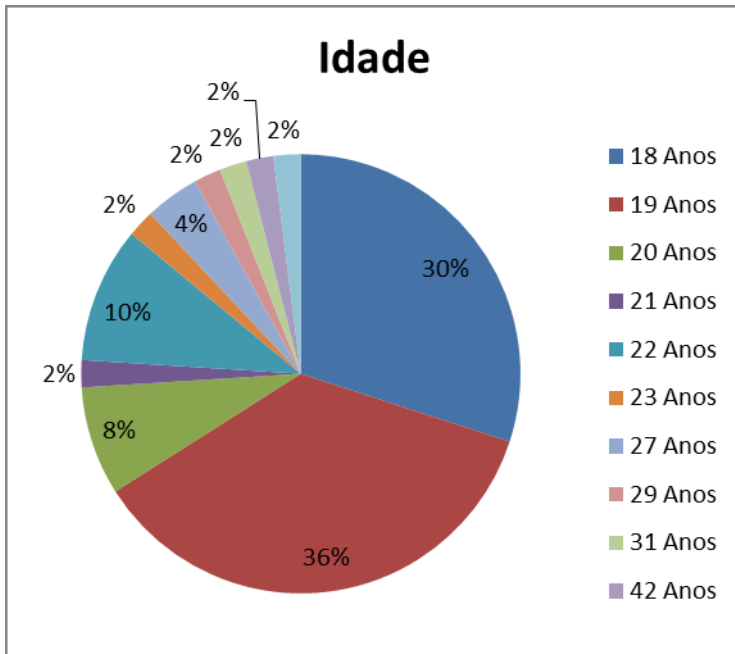
Convém ressaltar que, no Nivelamento 2017.2, estão inscritos no Moodle UFSC 404 alunos. Entretanto, destes, apenas 51 alunos completaram todas as etapas do Moodle, atendendo aos critérios pré-estabelecidos para serem participantes da pesquisa. Feitas estas considerações se chega ao perfil dos participantes deste estudo.

3.2.1 Sujeitos da pesquisa

A opção por selecionar graduandos ingressos em 2017-1, além de dar um limítrofe para a pesquisa, interessa porque este acadêmico, recém ingresso na UFSC, por conta disso, ainda não teve a oportunidade de ser contemplado com programa da UFSC, de incentivo aos processos de ensino-aprendizagem de LE.

Para melhor conhecer o perfil dos sujeitos da pesquisa utilizam-se informações retiradas do CAGR, atinentes as seguintes questões: idade, sexo, estado de origem dos participantes, de acordo com os Gráficos 1, 2 e 3, respectivamente representados nas Figuras 7, 8 e 9.

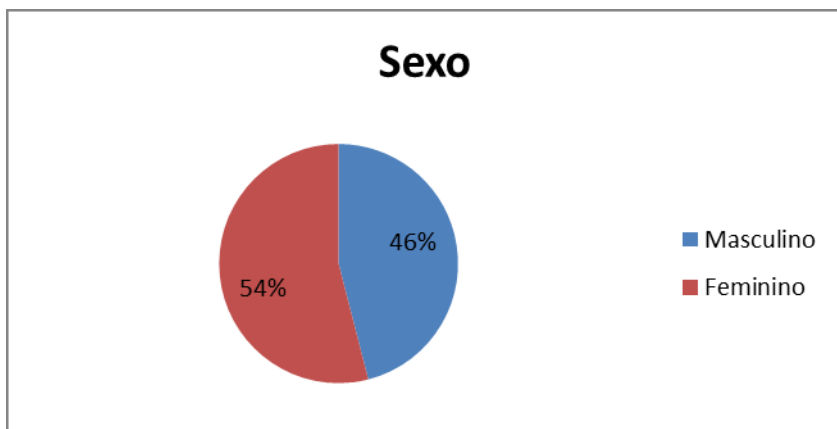
Figura 7 – Gráfico 1 - Idade dos participantes



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

No primeiro dado analisado, pode-se observar que a grande maioria dos participantes (36%) tem 19 anos, seguidos pela faixa de idade de 18 anos, que perfazem o total de 30% dos participantes. Essas duas faixas de idade são as mais expressivas nessa população pesquisada, as outras idades mencionadas dos participantes são divididas da seguinte maneira: 10% possuem 22 anos; 8% dos participantes têm 20 anos; 4% têm 27 anos; 2% têm 21 anos; 2% têm 23 anos; 2% têm 29 anos; 2% têm 31 anos; 2% têm 41 anos; e 2% têm 48 anos.

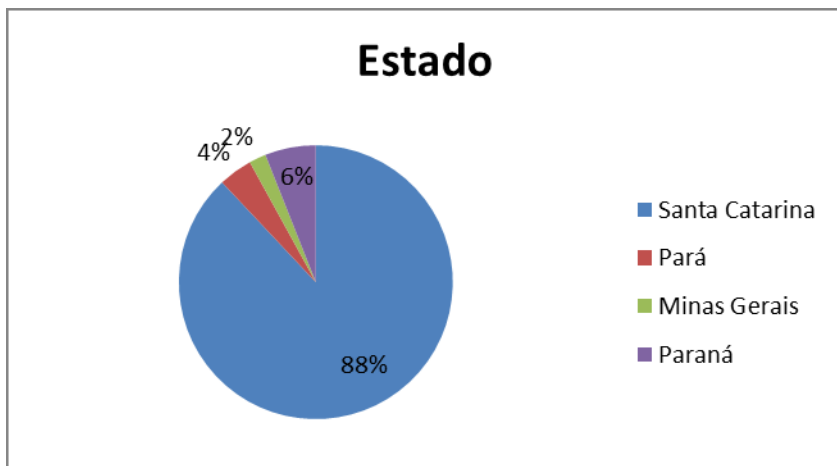
Figura 8 - Gráfico 2 – Sexo dos participantes



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Com relação ao sexo dos participantes da pesquisa, 54% informaram ser do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Observa-se, assim, uma pequena diferença entre os dois gêneros.

Figura 9 - Gráfico 3 - Estado de origem dos participantes



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

No Gráfico 3, verifica-se que, com relação ao estado de origem dos participantes, 88% pertencem ao estado de Santa Catarina; 6% têm sua origem no Paraná; 4% ao Pará; e 2% são oriundos de Minas Gerais.

Assim, fundamenta-se nas informações retiradas do CAGR para considerar o perfil dos sujeitos desta pesquisa: na sua maioria tem idade entre 18 e 19 anos, sendo o número de mulheres um pouco maior que o de homens; e a maior parte dos respondentes é natural Santa Catarina.

3.2.2 Campo da pesquisa

Com relação ao campo da pesquisa, opta-se pelo *campus* David Ferreira Lima, em Florianópolis, isto porque, ainda segundo informações correlatas ao CAGR, é no referido *campus* que se concentra a maior parte dos alunos oriundos de famílias com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*.

Para esta pesquisa, utiliza-se a forma não probabilística para escolha dos participantes, baseando-se no critério de acessibilidade e tipicidade. De acordo com Malhotra (2001), a forma não probabilística depende do critério do pesquisador com base nos seus conhecimentos para uma amostra confiável da população estudada.

Com relação ao critério de acessibilidade, Costa Neto (1998) fundamenta que esse critério não diz respeito a toda a população, uma vez que, em determinados momentos, não é possível coletar dados de toda a população. Contudo, deve-se dar continuidade à pesquisa, utilizando-se os participantes acessíveis naquele momento. No caso desta pesquisa, destacam-se os 51 participantes que cumprem aos referendados critérios preestabelecidos.

Nessa perspectiva, Vergara (2010) e Malhotra (2001) defendem que o critério de tipicidade constitui-se pela seleção de elementos que o pesquisador considera representativos, isso só será possível por conhecimento da população-alvo.

3.3 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Conforme destacado no tópico anterior, a população-alvo da pesquisa são os 51 alunos de graduação ingressantes na UFSC por meio do concurso do vestibular em 2017.1, matriculados em cursos presenciais no *campus* Florianópolis e oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*. Usou-se um

recorte temporal para a escolha da população a ser investigada, seguindo os parâmetros de Richardson (2012, p. 148):

Refere-se a esse tipo de estudo onde é coletado aos estudos de corte transversal, em que os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento.

De acordo com o exposto, os sujeitos selecionados a participarem da pesquisa são os que realizaram todas as etapas do teste de nivelamento 2017.2 do CELE, na plataforma Moodle UFSC, no período compreendido entre os dias 25/07/2017 a 04/08/2017.

4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados contribui para a definição do percurso da pesquisa. Assim, convém destacar que neste estudo foi estabelecida a forma de coleta das informações que diz respeito ao Nivelamento do CELE de 2017.2.

O teste de nivelamento do CELE de 2017.2 está subdividido em três etapas: a) duas enquetes – Parte 0 e Parte 1 (Anexo C); b) Parte 2 – Autoavaliação, que investiga como o aluno acredita estar seu atual nível comunicativo de inglês (Anexo D); e c) questões de gramática referentes ao teste de nivelamento (Anexo E): 1) testes de nivelamento para inglês níveis 2 a 8; 2) teste de nivelamento para inglês avançado e 3) teste de nivelamento em inglês nível conversação. As subdivisões do nivelamento estão exemplificadas na Figura 10.

Figura 10 - Nivelamento Extracurricular 2017.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Moodle UFSC

Nivelamento Extracurricular UFSC

Painel ▶ Espaços Colaborativos ▶ Departamentos de Ensino ▶ Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras ▶ Nivelamento 2017.2

Parte 0 e 1 - Enquete

Esta primeira parte do teste de nivelamento é referente à **Enquete**.

- PARTE 0 - Enquete
- PARTE 1 - Enquete

Parte 2 - Autoavaliação

Esta segunda parte do teste de nivelamento é referente à **Autoavaliação**.

- PARTE 2 - Autoavaliação

Parte 3 - Gramática e uso da língua inglesa

Você pode responder à última parte do teste, que é sobre **gramática e uso da língua inglesa**.

- Parte 3: Teste de nivelamento para Inglês - níveis 2 a 8 [2017/1]
- Parte 3: Teste de nivelamento para Inglês avançado [2017/1]
- Parte 3: Teste de nivelamento para Conversação em nível avançado [2017/1]

Fonte: Nivelamento (2017)

Dada a explicação da etapa de coleta de dados para esta pesquisa, passa-se ao tópico referente à análise das informações coletadas.

4.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES COLETADAS

Para a análise das enquetes, autoavaliação e teste de nivelamento, são utilizadas ferramentas de estatísticas, que dão suporte à interpretação dos dados coletados. A forma de apresentação desses resultados é mostrada por meio de tabelas, gráficos e quadros. As informações obtidas através das respostas da população-alvo são tratadas como confidenciais. Para efeito de tratamento de dados, os participantes envolvidos nesse estudo são mantidos em sigilo, para garantir o anonimato.

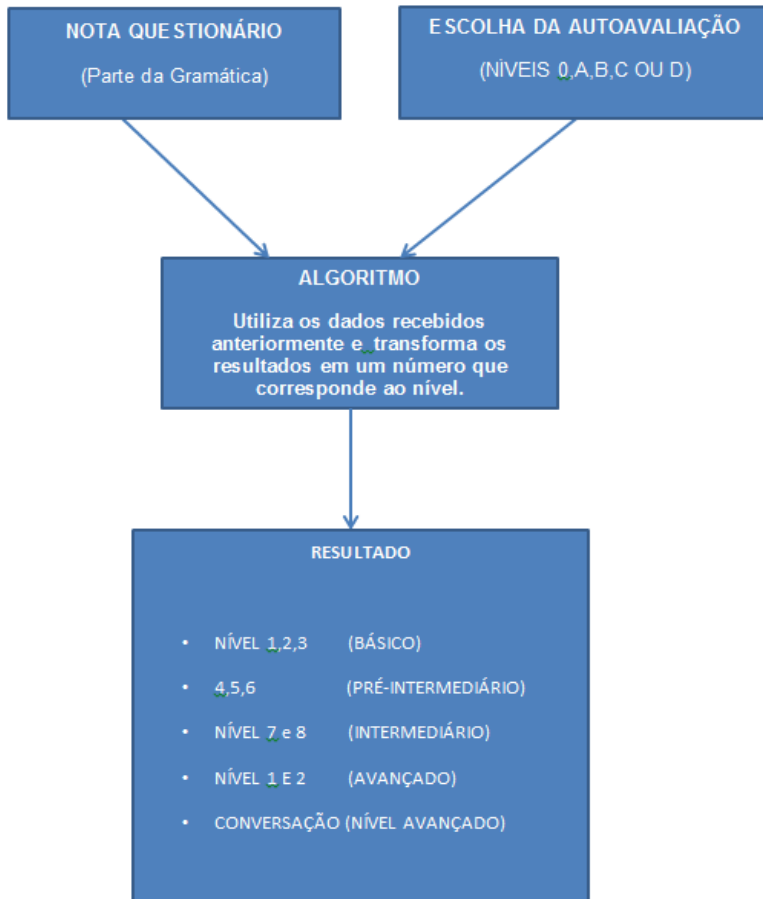
No que tange às etapas de análise das informações coletadas na autoavaliação e nos testes de nivelamentos para inglês níveis 2 a 8, teste de nivelamento para inglês avançado e teste de nivelamento em inglês nível conversação do Nivelamento 2017.2, é utilizado o algoritmo.

Para Oliveira e Boratti (1999), um algoritmo é uma sequência finita e lógica de instruções ou passos que mostram como resolver um determinado problema. Um algoritmo especifica não apenas as instruções, mas também a ordem em que elas devem ser realizadas.

Com base na sequência finita de informações, os dados correlatos à autoavaliação e aos testes de nivelamentos de inglês são colocados na fórmula algoritmo e são traduzidos para um número, que resulta em um número final. Este número final é comparado com a tabela referência para que o participante da pesquisa seja nivelado. Assim, por meio das respostas realizadas na parte 3 do nivelamento extracurricular 2017.2, o aluno é classificado conforme a ordenação. Então é possível verificar, através da tabela de níveis dos CELE (Anexo F), o nível de proficiência em língua inglesa de cada aluno.

A Figura 11 mostra como é nivelado o aluno em língua inglesa, de acordo com os procedimentos adotados para verificação do nível do participante.

Figura 11 - Resumo da sequência utilizada para resultado do nivelamento do aluno.



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

4.2 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

O alcance dos objetivos propostos está diretamente relacionado à delimitação do estudo. Segundo Magalhães e Orquiza (2002), “[...] delimitar o assunto é fixar sua extensão, abrangência e profundidade”.

Houve um recorde temporal com relação aos dados coletados dos alunos de graduação presencial: optamos pelo semestre de 2017.1 e restringimos a alunos de graduação oriundos de família com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, ingressaram na UFSC através de concurso vestibular e estavam regularmente matriculados no semestre 2017.1, em curso presenciais no *campus* professor David Ferreira Lima.

4.3 ESTUDO DOS RELATOS DOS PESQUISADOS

Nesta etapa da pesquisa, são apresentados os resultados encontrados, com base nas informações coletadas no Nivelamento 2017.2, por meio de pesquisa aplicada na plataforma Moodle UFSC – Nivelamento 2017.2, conforme critérios estabelecidos: i) duas enquetes – Parte 0 e Parte 1; ii) Parte 2 – Autoavaliação; e iii) um teste de nivelamento em inglês.

A Figura 12 mostra os participantes da pesquisa nos diversos tipos de *corpus* utilizados e as participações desse público nessas atividades. Verifica-se que a quantidade de participantes a cada instrumento da pesquisa varia de acordo com o que foi respondido por eles nas atividades mencionadas.

Figura 12 - Números de participantes dos instrumentos de coletas de dados.

Tipo de Amostra	Número de participantes	Dados concluídos	Dados não concluídos
Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular Enquete 0	51	51	00
Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular Enquete 1	48	48	00
Enquete – Auto Avaliação	49	49	
Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular Inglês níveis de 2 a 8	50	50	00
Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular em Inglês Avançado 1	04	02	02
Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular Conversação em Inglês	02	01	02

Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

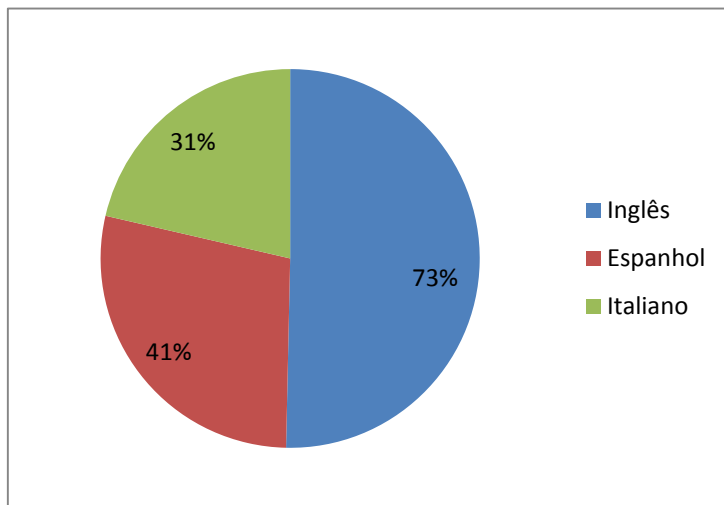
Na próxima etapa, serão analisadas as informações retiradas da Parte 0 – enquete do Nivelamento 2017.2. Das 15 questões disponibilizadas no questionário, foram selecionadas para discussão as seguintes questões: 1: Qual Língua Estrangeira (LE) você gostaria de estudar na UFSC? 2: Já frequentou cursos particulares de Língua Estrangeira? 6: Qual o seu objetivo em aprender uma Língua Estrangeira? 7: Você gostaria de fazer uma Língua Estrangeira através de cursos *online*? 8: Para você as aulas de Língua Estrangeira seriam mais interessantes se fossem? 10: Você conhece alguma política para ensino de idiomas do Governo Federal?

Vale ressaltar que a opção por selecionar estas questões se fundamenta nos objetivos específicos detalhados no Capítulo 1 deste estudo. Tais objetivos se relacionam ao contexto do CELE e do seu histórico nos processos de ensino-aprendizagem de LE.

Para facilitar o entendimento das perguntas selecionadas do nivelamento 2017.2, elas serão colocadas em ordem crescente e receberão uma nova numeração para melhorar organização do estudo.

Na pergunta 1, tinha-se como objetivo saber qual língua estrangeira o estudante gostaria de estudar na UFSC, e poderia ser assinalada uma das opções apresentadas: Alemão, Espanhol, Francês, Inglês, Italiano. Dos 51 respondentes, 73% optaram pelo inglês como primeira opção, na segunda opção, foi anotado o idioma espanhol, com 41%, e, na terceira opção, o italiano, com 31%, sendo estes os idiomas mais mencionados para esta pergunta.

Figura 13 - Gráfico 4 – 1. Qual Língua Estrangeira (LE) você gostaria de estudar na UFSC?



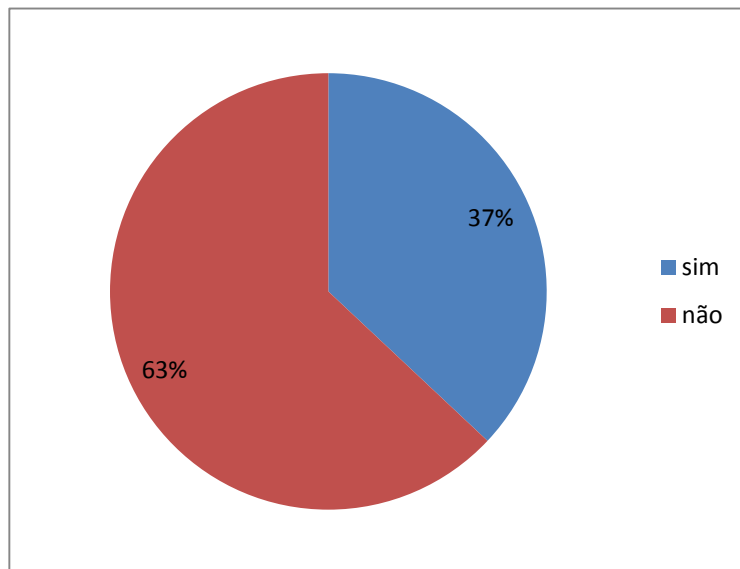
Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Com base nas informações analisadas da Enquete – Parte 0, correlatas às perguntas retiradas do Nivelamento 2017.2, observa-se que 73% dos alunos participantes da pesquisa preferem o idioma inglês para cursar na UFSC.

Esta análise sinaliza que é importante considerar o idioma inglês, ao propor ações de gestão através do CELE, com vistas a contribuir para formação de alunos da UFSC oriundos de famílias com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, por meio dos cursos de LE.

Na pergunta de número 2, tem-se a finalidade de saber se os alunos que participam da pesquisa haviam frequentado cursos particulares de línguas estrangeiras. 37% dos 51 respondentes informaram que frequentaram cursos de idiomas particulares e 63% responderam que nunca frequentaram cursos particulares de idiomas, conforme demonstrado no Gráfico 5.

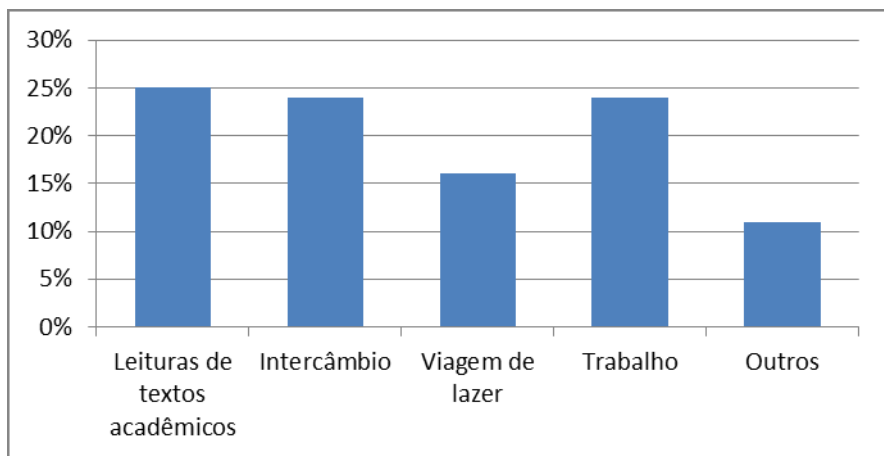
Figura 14 - Gráfico 5 – 2. Já frequentou cursos particulares de Língua Estrangeira?



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

No que tange às informações referentes à participação desses alunos em aulas particulares de LE, 63% dos alunos informaram que não frequentaram cursos particulares. Para os participantes da pesquisa, o acesso a esses cursos é, na maioria das vezes, difícil, por questões financeiras, em virtude dos altos custos apresentados para as famílias. Assim, os alunos de classes mais populares são mais facilmente excluídos do aprendizado de LE em cursos particulares.

Figura 15 - Gráfico 6 – 3. Qual o seu objetivo em aprender uma Língua Estrangeira?



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

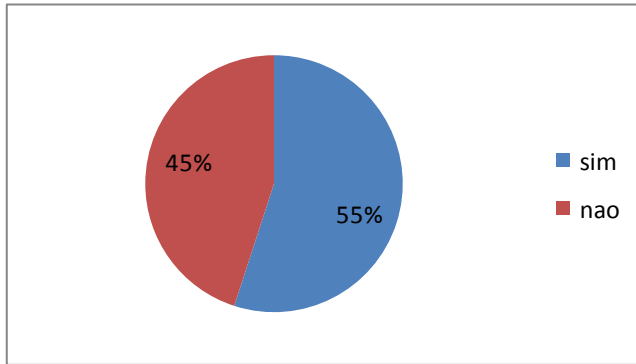
Na pergunta de número 3, tem-se como proposta saber dos participantes da pesquisa qual o objetivo de aprender uma língua estrangeira, e poderia ser marcada mais de uma alternativa. 40 participantes informaram que a leitura de textos acadêmicos seria a primeira opção, totalizando 25%. As opções intercâmbio e trabalho tiveram a votação de 39 pessoas, perfazendo um total de 24% para cada item. A opção viagem de lazer ficou com 16%, tendo 26 participantes para essa opção, e 11% dos participantes informaram outros motivos para aprender uma LE, sendo esta última alternativa referente a 18 pessoas.

Também é interessante notar que os objetivos de aprender uma LE mencionados pelos respondentes ficaram divididos em 4 pontos principais, respectivamente nesse ordem: i) leitura de textos acadêmicos; ii) trabalho; iii) intercâmbio; iv) viagem.

Nota-se um viés acadêmico para o aprendizado de uma LE, quando a opção mais votada é a leitura de textos acadêmicos, reforçando ainda mais o aprendizado em LE para alunos de graduação, especificamente da UFSC, no contexto deste estudo. Outro fator mencionado na afirmação dos respondentes é a importância da LE para

assuntos relacionados ao trabalho, pois o domínio de uma LE no ambiente de trabalho pode ser um diferencial para a inserção no ambiente de trabalho.

Figura 16 - Gráfico 7 – 4. Você gostaria de fazer uma Língua Estrangeira através de cursos on-line?

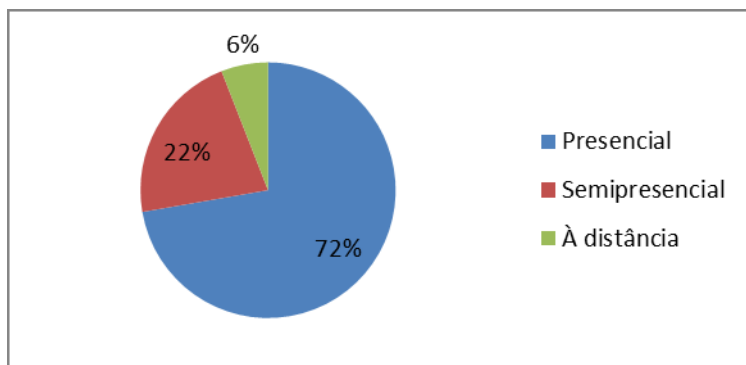


Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Para a pergunta de número 4, sobre se gostariam de realizar curso de idiomas através de curso *on-line*, as respostas obtidas pontuam que 55% dos participantes afirmam que gostariam de fazer curso de LE *on-line* e 45% responderam que não gostariam de fazer cursos *on-line*. Essa assertiva vai ao encontro da proposta aventada entre os objetivos específicos, supracitado neste estudo: propor ações de gestão através do CELE, com vistas a contribuir para formação de alunos da UFSC oriundos de famílias com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, por meio dos cursos de LE.

Na pergunta de número 5, sobre qual seria a maneira mais interessante para a apresentação das aulas de língua estrangeira, poderiam ser assinaladas as opções: a) presencial b) semipresencial c) *on-line*.

Figura 17 - Gráfico 8 – 5. Para você as aulas de Língua Estrangeira seriam mais interessantes se fossem?



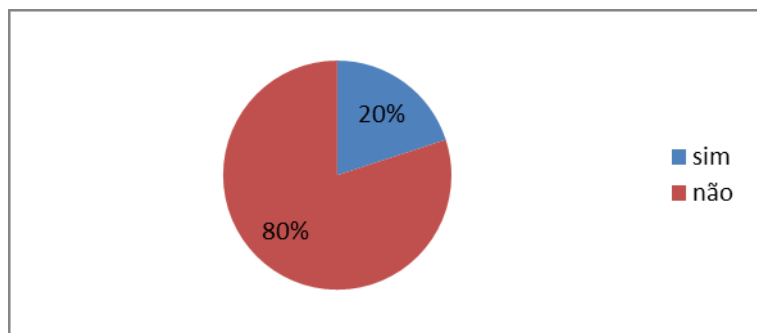
Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

A maioria dos respondentes, ou seja, 72% considera que as aulas de LE são mais interessantes quando realizadas de forma presencial e 22% escolhem a opção semipresencial. O percentual de 6% dos respondentes avalia que as aulas a distância são a maneira mais interessante de cursar uma LE. Embora a preferência por cursar a modalidade presencial seja maior do que a modalidade a distância, tal preferência não se mostra tão significativa. Ainda assim, merece reflexão, no contexto deste estudo, quando se propõe contribuir com as PAA por meio de cursos de LE.

Quando o foco da proposta for direcionado a modalidade a distância essa preferência por cursos presenciais é relevante para que se pense em um ambiente virtual dinâmico e interativo, que contraponha a crença de que para aprender uma LE é necessário uma interação presencial. Nessa perspectiva e considerando os dados desta pesquisa, é relevante que ao se propor ações de gestão voltadas ao ensino-aprendizagem através do CELE, se pense na oferta de um curso semipresencial.

Ao serem indagados, na pergunta 7, se conhecem alguma política para o ensino de idiomas do governo federal, 80% dos participantes responderam que não conhecem a política do governo federal para ensino de idiomas e 20% afirmaram estar cientes dessa ação do governo federal para o aprendizado de uma LE, conforme o Gráfico 10.

Figura 18 - Gráfico 10 – 7. Você conhece alguma política para ensino de idiomas do governo federal?

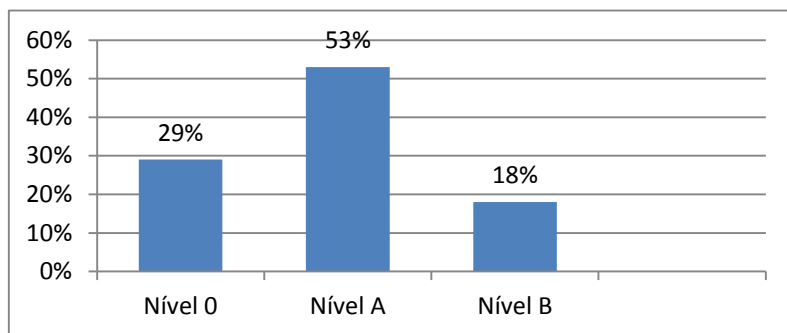


Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Considerando que esses alunos ingressam na UFSC em 2017.1 e, por esta razão têm pouco tempo na instituição, tendo como parâmetro a data desta pesquisa, as informações referentes aos programas do governo para ensino de LE são realizadas através de informações repassadas por correio eletrônico, e, conforme a informação mostrada no Gráfico 10, essas ações realizadas pelo governo não contemplam esse público, uma vez que 80% desconhecem ações governamentais para aprendizado de LE.

Feitas essas considerações passa-se a análise dos dados da Parte 2 – Autoavaliação (Anexo D). Essa etapa tem como objetivo saber como o aluno considera estar o seu conhecimento para comunicação em inglês, de acordo com o exposto na Figura 19 – Gráfico 11.

Figura 19 - Gráfico 11 – Autoavaliação para o nível comunicativo em inglês

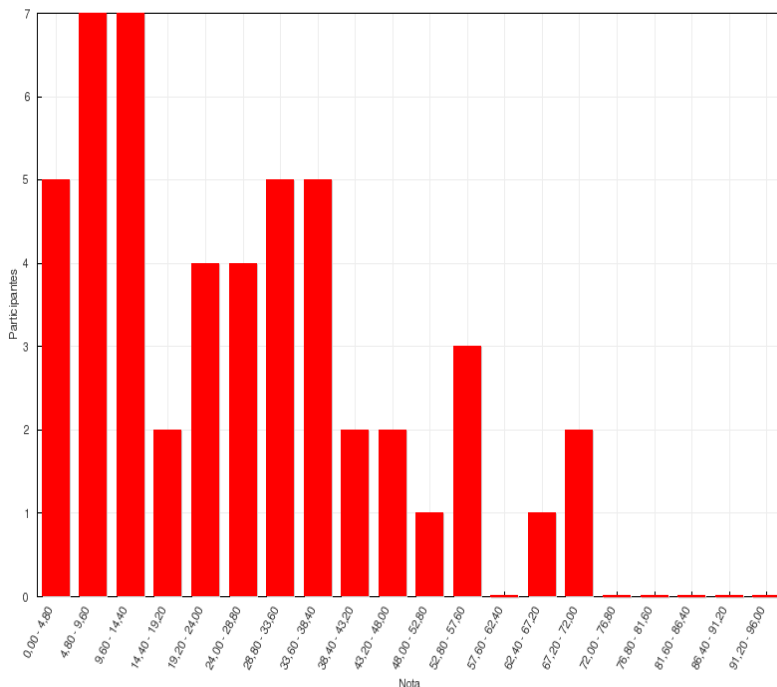


Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

As respostas referentes à autoavaliação correspondem a como os participantes da pesquisa acreditam estar seu atual nível comunicativo em inglês. Assim, 29% consideram que estão no Nível 0, ou seja, não dispõem de habilidades na língua para propósitos práticos. Já 53% dos respondentes acreditam estar no Nível A, ou seja, estão aptos a, por exemplo, situações simples e rotineiras de negócios e viagens e a fazer e responder perguntas curtas. E 18% se classificam no Nível B, e consideram, portanto, que conseguem desenvolver atividades nessa LE como: participar ativamente em conversas na LE; aprovar e rejeitar propostas; compreender textos simples; usar o telefone, etc.

Passa-se, então, à última etapa da pesquisa: Parte 3 – Gramática e uso da língua inglesa, que se subdivide em temáticas: i) testes de nivelamento para inglês níveis 2 a 8; ii) teste de nivelamento para inglês avançado; e iii) teste de nivelamento em inglês nível conversação (Anexo E). Os dados estão dispostos na Figura 20.

Figura 20 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento 2 a 8.

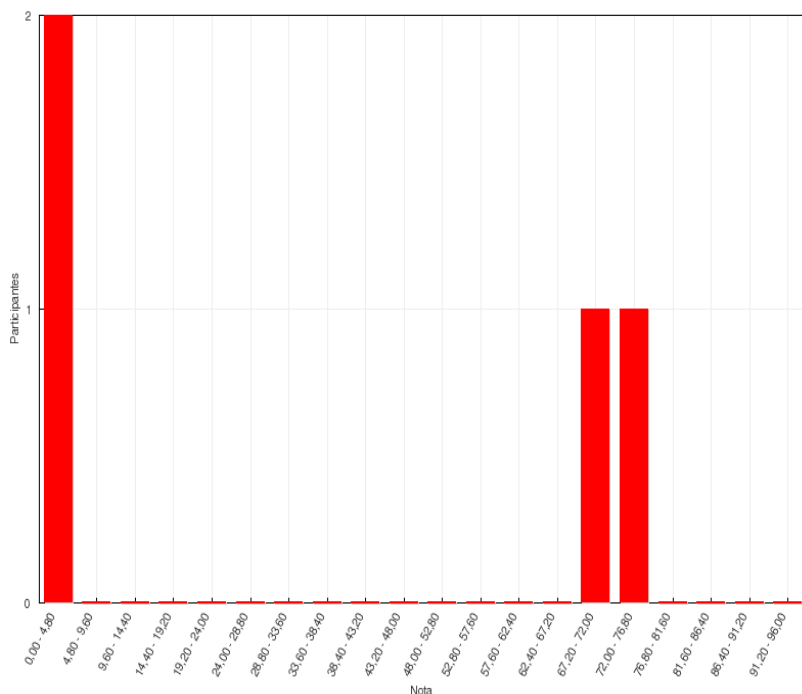


Fonte: Nivelamento (2017).

Nessa última etapa, 50 participantes realizaram a parte 1 do teste de gramática correspondente aos níveis 2 a 8, com média geral de acertos equivalentes a 25,78.

A parte 2 desse teste de nivelamento é para inglês avançado, e os resultados obtidos se exemplificam na Figura 21:

Figura 21 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento de inglês – avançado.

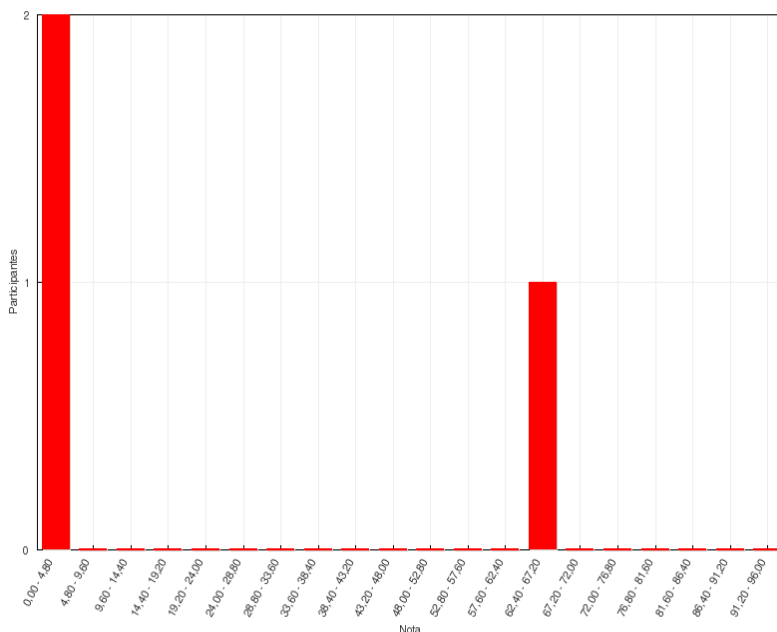


Fonte: Nivelamento (2017).

Na etapa do inglês avançado, 2 participantes abriram o teste e não realizaram nenhuma atividade. O mencionado teste foi concluído por 2 participantes, que obtiveram como média geral 73,50.

A terceira etapa do teste compreende o teste de nivelamento em inglês nível conversação. Os dados desta etapa se verificam na Figura 22.

Figura 22 - Média dos acertos dos alunos classificados no nivelamento de inglês - conversação.



Fonte: Nivelamento (2017).

Nesta terceira e última etapa da pesquisa houve 2 participantes que abriram a prova desse nivelamento e não responderam a nenhuma pergunta, por este motivo, a Figura 22 demonstra que tal etapa foi concluída por apenas 1 participante, que obteve como nota geral 67.

Passadas as supracitadas etapas do teste de nivelamento do CELE de 2017.2, os participantes da pesquisa foram classificados de acordo com a proficiência segundo as análises desses testes de nivelamento e, as mencionadas análises estão baseadas na ferramenta de estatística algoritmo, (Anexo G).

Posteriormente, esses dados são traduzidos e interpretados para um número, resultando em uma classificação final, que estabelece os níveis de cada participante, de acordo com a Figura 23.

Figura 23 - Classificação no Teste de Nivelamento CELE 2017.2

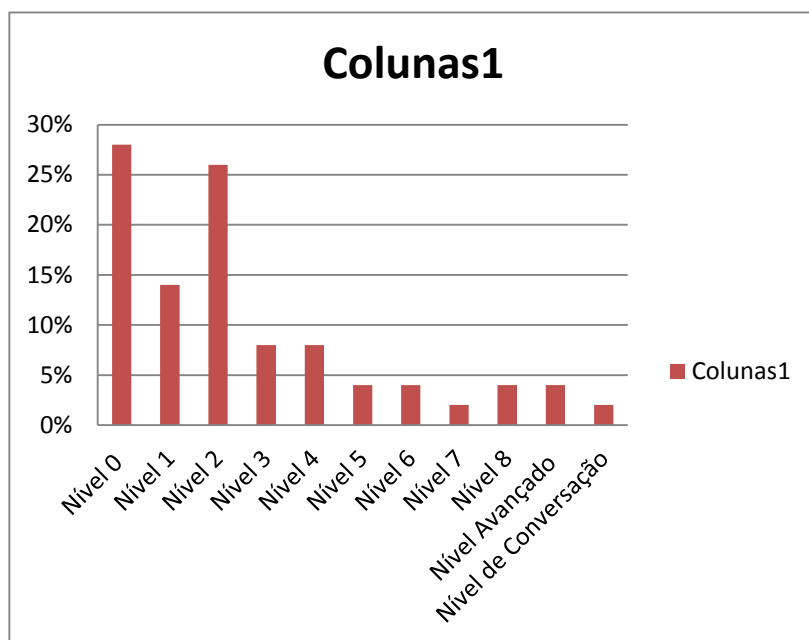
NOME COMPLETO	CPF	AUTO	2-8	AVAN	CONV	>RESULT	NÍVEL
		Nível 0	2	-	-	2	0
		Nível A	2	-	-	2	0
		Nível 0	7	-	-	7	0
		Nível 0	8	0	0	8	0
		Nível 0	11	-	-	11	0
		Nível 0	7	-	-	7	0
		Nível 0	11	-	-	11	0
		Nível 0	10	-	-	10	0
		Nível 0	2	-	-	2	0
		Nível A	-	-	-	0	0
		Nível A	0	-	-	0	0
		Nível 0	5	-	-	5	0
		Nível 0	8	-	-	8	0
		Nível 0	7	-	-	7	0
		Nível 0	24	-	-	24	1
		Nível A	13	-	-	13	1
		Nível A	13	-	-	13	1
		Nível A	7	-	-	7	1
		Nível A	11	-	-	11	1
		Nível A	7	-	-	7	1
		Nível 0	22	-	-	22	1
		Nível A	20	-	-	20	2
		Nível A	18	-	-	18	2
		Nível A	29	-	-	29	2
		Nível A	29	-	-	29	2
		Nível A	29	-	-	29	2
		Nível 0	36	-	-	36	2
		Nível A	23	-	-	23	2
		Nível A	15	-	-	15	2
		Nível A	28	-	-	28	2
		Nível A	31	-	-	31	2
		Nível A	26	-	-	26	2
		Nível A	25	-	-	25	2
		Nível A	20	-	-	20	2
		Nível B	33	-	-	33	3
		Nível A	39	-	-	39	3
		Nível A	39	-	-	39	3
		Nível A	36	-	-	36	3
		Nível B	38	-	-	38	4
		Nível A	46	-	-	46	4
		Nível A	51	0	0	51	4
		Nível B	34	-	-	34	4
		Nível A	57	-	-	57	5
		Nível B	45	-	-	45	5
		Nível B	57	-	-	57	6
		Nível B	57	-	-	57	6
		Nível B	69	-	-	69	7
		Nível B	66	71	67	71	8
		Nível B	70	76	-	76	8

Fonte: Nivelamento (2017).

Nessa tabela classificatória, os nomes e os CPFs dos participantes deste estudo foram preservados. A classificação é fundamentada nas respostas dos testes de autoavaliação e das questões de gramática: inglês níveis 2 a 8; inglês avançado e inglês nível conversação, de acordo com o número de acertos nas provas, resultando em um número final que é correlacionado com a tabela (Anexo F), direcionando o nível do participante de proficiência em língua inglesa.

Os referidos níveis de proficiência dos respondentes desta pesquisa estão exemplificados na Figura 24, Gráfico 14.

Figura 24 - Gráfico 14 – Classificação dos participantes referente ao seu nível de proficiência em língua inglesa.



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017).

Os resultados encontrados com base na autoavaliação e na parte de gramática, após terem sido traduzidos e correlacionados com o Anexo F, são os seguintes: no nível 0, estão 28% dos participantes da

pesquisa; 14% ficaram classificados no nível 1; os participantes classificados no nível 2 ficaram com 26%; já os níveis 3 e 4 tiveram a mesma porcentagem: 8%; no nível 5, 4% dos participantes; no nível 6 foram classificados 4%; no nível 7, 2%; e, no nível 8, 4% dos participantes. O nível avançado de inglês teve 2 participantes, que perfazem um total de 4%; e o nível de conversação, 1 participante, correspondendo a 2% do total.

5. CONCLUSÃO

Esta etapa destina-se a pontuar reflexões com base na pesquisa realizada, mostrando também a possibilidade de realização de trabalhos futuros, especialmente os que têm como linha de abordagem Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras e alunos oriundos de políticas de ações afirmativas.

Esta pesquisa teve como principal objetivo verificar as contribuições oferecidas pelo CELE aos alunos que integram a PAA da UFSC. Foram utilizados os métodos bibliográfico e documental para se chegar aos resultados encontrados por meio de análises dos dados do Nivelamento Extracurricular UFSC 2017.2, obtidos no Moodle UFSC.

Para se chegar a um dos objetivos específicos, utilizou-se o relato de professores e gestores do DLLE. Foram coletadas informações no período em que o autor deste trabalho atuou como servidor no DLLE. Dessa maneira, as histórias relatadas serviram como referencial teórico do trabalho.

A experiência profissional adquirida ao longo desse período de atuação no DLLE contribuiu para padronizar as ações do projeto junto à UFSC, objetivando pontuar a sua atuação junto à comunidade universitária.

Na realização desta pesquisa também foi possível identificar aspectos relacionados a LE dos alunos da PAA da UFSC ingressantes no semestre 2017.1. Assim, verificou-se também o nível de proficiência em língua inglesa desses alunos. Por fim, as reflexões realizadas na pesquisa serviram para propor ações de gestão para a qualificação dos alunos dos programas de Políticas de Ações Afirmativas, por meio de cursos de Língua Inglesa.

Com o objetivo de atender ao primeiro dos objetivos específicos: contextualizar o CELE através da sua história na UFSC, organizaram-se as informações que estavam com o pesquisador durante o período em que trabalhou no projeto CELE, especificamente 20 anos, onde conseguiu reunir informações adquiridas através de conversas informais com alguns gestores e professores desse projeto que comentavam como se deu o início do projeto e algumas situações ocorridas naquela época, resultando, assim, de uma parte histórica registrada e sistematizada nesta pesquisa.

Ainda com base na experiência do pesquisador na administração/execução do projeto, podem-se contextualizar as

contribuições do projeto para a UFSC ao longo desse período de atuação no DLLE. Também foi possível padronizar algumas ações desenvolvidas no CELE com alguns órgãos da UFSC, estabelecendo parceria, evidenciando maior interação entre os setores e oportunizando o caráter institucional a essas atividades, fazendo com que continuem acontecendo, independentemente da vontade de cada gestor.

Atendendo ao segundo objetivo traçado para esta pesquisa, qual seja, identificar aspectos relacionados a LE dos alunos das PAA da UFSC ingressantes no semestre 2017.1, verificou-se que o inglês como LE é o idioma de maior interesse entre os participantes, contudo, a maioria desses estudantes não frequentou cursos particulares de LE em sua vida escolar.

Ainda assim, houve um equilíbrio quando os participantes deste estudo responderam sobre o objetivo de aprender uma LE. Leituras de textos acadêmicos, intercâmbio e trabalho foram os mais mencionados, fato que não era esperado, visto que, com a internacionalização da IES, e por esse ser um assunto bem atual, acreditava-se que o intercâmbio seria o objetivo mais procurado. Entretanto, com os dados da pesquisa, verificou-se a importância de se aprender uma LE, seja no contexto universitário, seja na vida profissional.

Outra conclusão a que se chega, com base no que foi respondido pelos participantes da pesquisa, é que existe preferência por cursos *on-line*. No entanto, quando questionados sobre qual modalidade seria mais interessante para as aulas de LE, aproximadamente 70% responderam que preferiam aulas na modalidade presencial. Por essa razão, acreditamos que o oferecimento de cursos *on-line*, aliado ao atendimento presencial com tutores, pode ser uma boa alternativa para auxiliar na formação dos alunos, visto que 94% desses alunos têm acesso à internet nas suas residências, e a oferta de cursos *on-line* seria oportuno, pois as atividades poderiam ser feitas em suas casas.

Quanto ao terceiro objetivo desta pesquisa: verificar o nível de proficiência em inglês dos alunos participantes deste estudo, a amostra selecionada para essa etapa da pesquisa sugere que, ao se autoavaliarem, a maioria dos participantes acredita que o seu atual nível comunicativo em inglês equivale ao Nível A, e, assim, estão aptos a atividades como comunicar-se em situações simples e rotineiras de negócios e viagens e a fazer e responder perguntas curtas.

Entretanto, avançando um pouco mais na pesquisa, chega-se a resultados que sinalizam que os alunos de graduação da UFSC,

participantes da PAA, os quais são oriundos de família com renda mensal bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, chegam à UFSC com o nível de conhecimento em língua inglesa básico, ainda que tenham o inglês como idioma de preferência.

Cumprindo com o quarto objetivo da pesquisa: propor ações de gestão para os alunos de PAA, foi possível conhecer as necessidades identificadas nessa população: a proposta de oferta de um curso semipresencial de inglês, seguindo a estrutura de atividades *on-line*, através da plataforma *Moodle*, aliado a suporte com tutores para atendimento presencial, tendo como prioridades os níveis iniciais. Isto porque esta pesquisa demonstra que a população investigada, na sua grande maioria, concentra-se nos níveis iniciais de inglês.

A intenção de propor tal curso é atender aos alunos da PAA da UFSC. Sendo assim, objetiva-se que as ações desse programa estejam dispostas no CAGR e na plataforma Moodle UFSC, que são ambientes dos quais os alunos já têm conhecimento, facilitando, assim, a interação que ocorrerá no processo de ensino-aprendizagem, por meio da interface do computador e demais mídias móveis e da internet.

Convém pontuar, ainda, que o referido curso objetiva atender também os alunos calouros, visto que, ao ingressarem na instituição, poderão, desde o início do cotidiano acadêmico, ter a possibilidade de aprender e/ou aprimorar uma LE, de modo geral, e o inglês como LE, de forma particular.

Conclui-se que as iniciativas do governo para oferta de cursos de LE nas IES são relevantes; contudo, essas ações ainda não conseguem alcançar de forma equalizadora os alunos oriundos da PAA. Ressalta-se que iniciativas para oportunizar, aos alunos da PAA da UFSC, o aprendizado de uma LE são ações que devem permear as pautas dos gestores dessa instituição. Nessa perspectiva, a busca por parcerias na própria instituição pode ser uma solução, visto que, especificamente na UFSC, o DLLE, com sua *expertise* nos processos de ensino-aprendizagem de LE, em conjunto com as ações de extensão, pode contribuir na formação desses alunos e, como consequência, na melhoria da qualidade da instituição.

Conforme foi verificado nesta pesquisa, os alunos oriundos de PAA da UFSC, pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*. Dessa maneira, essas ações de extensão para esse público precisam ser institucionais e gratuitas, de forma a alcançar esse público.

Para a realização de trabalhos futuros, indica-se que a oferta do curso proposto contemple outros *campi* da UFSC. Por fim, considera-se que outro estudo que poderia ser abordado seria a identificação do nível de proficiência em inglês dos alunos matriculados nos cursos de pós-graduação da UFSC, visto que alguns programas de pós-graduação exigem a proficiência em uma LE como pré-requisito para participação nos seus editais.

REFERÊNCIAS

- ABREU e Lima, Denise Martins et al. **O programa Inglês sem Fronteiras e a política de incentivo à internacionalização do ensino superior brasileiro**. In: SARMENTO, Simone; ABRE e Lima, Denise Martins; MORAES Filho, Waldenor Barros. Do Inglês sem Fronteiras ao Idioma sem Fronteiras: A construção de uma política linguística para a internacionalização. Belo Horizonte: Editora Ufmg, 2017. p. 1-100.
- ALMEIDA, W. M. USP para todos? **Estudantes com desvantagens socioeconômicas e educacionais e fruição da universidade pública**. Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, jan./abr. 2010 p.315,316.
Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a17.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1995.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Programa de expansão, excelência e internacionalização das universidades federais**. Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1360930928PEEXIU.pdf> Acesso em: 10 jun. 2017.
- BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003, p. 37-52.
- BELLONI, Isaura. Avaliação da universidade: por uma proposta de avaliação consequente e compromissada política e cientificamente. In: VIEIRA, Sofia Lerche, et al. **A universidade em questão**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 55-70.
- BOTELHO, Prof. Lúcio José. **Resolução Normativa nº 008/cun/2007, de 10 de julho de 2007**. Cria o "programa de ações afirmativas" da Universidade Federal de Santa Catarina.2007. Disponível em:<http://www.vestibular2010.ufsc.br/resolucao_acoes_afirmativas.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível

em:<<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2-f00c1b0b2a0e.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

_____. **Lei Federal n.º 12.711/2012 ('Lei de Cotas')**. Brasília:

Presidência da República, 2012. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002. Brasília: **Diário Oficial da União**, de 05/10/1988.

_____. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. **Decreto nº 7642, de 13 de dezembro de 2011**. Programa Ciência Sem Fronteiras. Brasília, Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rede Nacional de Extensão. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Renex, 2012. p.15. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 23 mar.2017.

_____. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Rede Nacional de Extensão. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Renex, 2012. p. 9. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. EDITAL Nº 67/ Brasília, 2017. Disponível em <
http://isf.mec.gov.br/images/pdf/2017/edital_67_19062017.pdf>.
 Acesso em: 13out. 2017.p.5

_____. Ministério da Educação. **Programas do MEC voltados à formação de professores**. Brasília, 2013. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores>.
 Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. Ministério da Educação Mec. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014**. Brasília,2015. 85 p. Disponível em:
 <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>
 Acesso em: 02 abr. 2017.

_____. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília-DF, 2005.

CAMPOS, A; CANAVEZES, S.; **Introdução a Globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça. Departamento de Formação da CGTP-IN, abril 2007.

CANCLINI, Néstor Garcia. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003, p.42.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob a nova perspectiva**. Rev. Bras. Educ. 2003, nº 24 p.5-15.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. 16. ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher,1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves ,1986.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica. **Cadernos de Pesquisa**, Brasília, v. 35, n. 124, p.11-32, abr. 2005. Disponível em:
 <<http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S010157420050>

00100002&pid=S010015742005000100002&pdf_path=cp/v35n124/a0235124.pdf&lang=pt >. Acesso em: 19 maio 2017.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Ed. Atlas, 1987.p.23.

FINARDI, K; ORTIZ, R. Globalization, Internationalization and Education: What is the connection? In: IJAEDU- **International E-Journal of Advances in Education**, Vol. I, Issue 1, 2015. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Kyria_Finardi/publication/282890402_Globalization_Internationalization_and_Education_What_is_the_Connection/links/56b1d03608ae5ec4ed4a1bc0/Globalization-Internationalization-and-Education-What-is-the-Connection.pdf>. Acesso em: 29 Mar. 2017.

FONAPRACE: **20 Anos - 1987-2007**. [n. I.]: Fonaprace, 2007. Disponível em:<<https://fonapracenacional.files.wordpress.com/2014/08/fc3b3rum-nacional-dos-prc3b3-reitores-de-assuntos-estudantis-e-comunitc3a1rios-20-anos3.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

GACEL, J.ÁVILA, R. **Universidades latinoamericanas frente el reto de la internacionalización**. En Casa del Tiempo 1 (9): 2-8.mp. 2009.

HEIDMANN, F. G.; SALM, J. F. (Org.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3 ed, 2014. p. 23-49.

HELD, D.; MCGREW, A. et al. **Global Transformations: Politics, Economics and Culture**, Cambridge, Polity Press, 1999.

LIMA, R. **Gestão dos Projetos Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras e Laboratório de Proficiências (UFSC/CCE/DLLE)**. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83121/Trabajoli mA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 23 Mar. 2017.

MAGALHÃES, L. E. R.; ORQUIZA, L. M. **Metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos**. 1. ed. Curitiba: FESP, 2002.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MELLO, A. F. de; ALMEIDA FILHO, N. de; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de Pesquisa em Educação: Universidade e Desenvolvimento**, Blumenau, v. 4, n. 3, p.292-302, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1718/1164>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

MOODLE. **Inglês instrumental online**,2014: O Disponível em: <<http://https://grupos.moodle.ufsc.br/course/view.php?id=351>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MOROSONI, M.C, **Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior** – conceitos e práticas. *Educar*, Curitiba, n.288 p. 107-124, 2006.

NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. de S.; RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 29, n. 103, p.355-376, ago. 2008.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão Universitária no Brasil uma Revisão Conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de. **Conceitual da extensão universitária na América latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.p. 57-72.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa**. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti (Org.). *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: Unb, 2003. p. 53-84. Disponível em: <<http://www.veramenezes.com/ensino.htm>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. Disponível em: <<http://escritoriopiloto.org/sites/default/files/documentos/Nogueira,%20>

Maria%20das%20Dores.%20Extens%C3%A3o%20Universit%C3%A1ria%20no%20Brasil%20-%20uma%20revis%C3%A3o%20conceitual.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

_____. **Políticas de extensão universitária brasileira.** 1 ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

NOVASKI, E.; WERNER, M. P. **Abordagem cultural na aula de língua estrangeira.** 2011. Disponível em: <http://www.dacex.ct.utfpr.edu.br/14bordagem_cultural.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

OLIVEIRA, Á. B. de; BORATTI, I. C. **Introdução à Programação – Algoritmos.** Florianópolis: Bookstore, 1999.

REIS, Elaine Cristina; MARTINS, Adriano;
INTERNACIONALIZAÇÃO NA UFSC: **Análise Do Programa Inglês Sem Fronteiras E Do Curso Extracurricular De Inglês.** 2015.
Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136136/101_00252.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 nov. 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. Colaboradores José Augusto de Souza Peres et. al. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/226198537/01-Richardson-Pesquisa-Social-MCtodos-e-TCcnicas-pdf-PdfCompressor-643562>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SABBATINI, R. M. E. **Ambiente de ensino e aprendizagem via Internet: a Plataforma Moodle.** Instituto EduMed, 2007. p.1. Disponível em: <<http://www.ead.edumed.org.br/file.php/1/PlataformaMoodle.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

SANTOS, B. de S. **A universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p.195. Disponível em: <<http://josenorberto.com.br/SANTOS,%20Boaventura%20de%20Souza>>

.%20Pela%20M%C3%A3o%20de%20Alice%20o%20social%20e%20o%20pol%C3%ADtico%20na%20p%C3%B3s-modernidade.pdf.>. Acesso 19 abr. 2016.

_____. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3ª ed. Florianópolis: Revista Atual, 2001. 121 p. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. Acesso em: 02 fev.2017.

SILVA, F. L. e. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública.** Estudos Avançados, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a15.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

SILVEIRA, M. M. da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras.** 2012. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, Pelotas-RS. 2012.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior.** 2002. Disponível em: <http://www.uces.br/site/midia/arquivos/processo_internacionalizacao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. **Brazil's Science Without Borders Program.** Washington, 31 maio 2015. Disponível em: <<https://www.insidehighered.com/blogs/world-view/brazilsscience-without-borders-program>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TRAGTENBERG, M. H. R.; (Org.). **Programa de Ações Afirmativas (PAA) para ampliação do acesso à Universidade Federal de Santa Catarina com diversidade socioeconômica e étnico-racial: avaliação do período 2008-2012 e proposta de revisão.** CAA/PAA/UFSC. 2012. Disponível em: <

afirmativas.ufsc.br/files/2013/06/ufsc_relatorio_cotas_2008-2012.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.

TRAGTENBERG, Marcelo; BASTOS, João Luiz Dornelles; PERES, Marco Aurélio. **Políticas de ampliação do acesso e diversidade socioeconômica e étnico-racial na Universidade Federal de Santa Catarina**. 2013. Disponível em: <http://acoes-afirmativas.ufsc.br/files/2013/03/2006-09-30-artigo-pagina-comissao.pdf>). Acesso em: 01 out. 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: visão e ação**: Conferência Mundial sobre Educação Superior. 1998. Paris, 9 de outubro de 1998. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educacao/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 01 dez. 2014.

UFSC. Estatuto nº 1234, de 3 de novembro de 1978. **Estatuto da UFSC**. Florianópolis, Disponível em: <<http://legislacao.paginas.ufsc.br/files/2012/01/ESTATUTO-revisado-18-01-2012.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. 2011. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2011/08/prdhs-divulga-lista-de-selecionados-para-cursos-extracurriculares-de-idiommas/>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE). Disponível em: <<http://http://www.lle.cce.ufsc.br/cursos>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

_____. **Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2011. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2017/03/Edital-04-2017-Isen%C3%A7%C3%A3o-de-pagamento-de-passes-para-refei%C3%A7%C3%B5es-no-RU-2017.1.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

_____. EDITAL N.º 04/2017/PRAE, DE 6 DE MARÇO DE 2017. (2017). Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2011/10/Regimento-Vigente-Portaria-2413-2013-GR-Texto.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. Resolução Normativa nº 88/CUN/2016, de 25 de outubro de 2016. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <proex.ufsc.br/files/2016/11/ResolucaoNormativa_88_Extensao.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. CELE - CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, 2014. Disponível em: <http://www.coursexextra.com/uploads/edital/edital_j6dbi_2017_02_23_10_23_17.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2016.

_____. **Estatuto da UFSC**. Florianópolis: Ufsc, 2011. p.8. Disponível em: <http://estrutura.ufsc.br/files/2011/04/estatuto_ufsc_agosto2008.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____. Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras. **Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras**. Florianópolis: Ufsc, 2014.

_____. Relatório de Atividades da UFSC. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://prograd.ufsc.br/files/2012/03/Relat%C3%B3rio20111.pdfVersaoFinal.pdf>>. Acesso em: 18 jul.2015.

_____. **Guia do Aluno Espanhol**. Florianópolis, LLE/CCE/UFSC, 2009. Disponível em: <<https://ead.ufsc.br/espanhol/files//03/guia-do-aluno-espanholAVEArevisado-REEDI%C3%87%C3%83O.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Notícias da UFSC. Florianópolis, 2017. Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2017/07/ufsc-e-a-quinta-melhor-federal-brasileira-em-ranking-de-universidades-latino-americanas/>>. Acesso em: 05 out.2017.

_____. Pet Conexões e saberes. Disponível em: <<http://petcs.paginas.ufsc.br/historico/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Pet Letras. Disponível em: < <http://petletras.paginas.ufsc.br/pet-idiomas-2/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Isenção alimentação**. Disponível em: <<http://http/prae.ufsc.br/isencao-alimentacao/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). **Apresentação**. Disponível em: <<http://http://proex.ufsc.br/apresentacao/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Moradia Estudantil**. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/moradia-estudantil-e-auxilio-moradia/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. 2016. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Auxílio Creche**. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/auxilio-creche/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Isenção de pagamento da taxa de inscrição nas atividades esportivas do Centro de Desportos**. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2016/08/Resultado-Edital-025-PRAE-2016-%E2%80%93Isen%C3%A7%C3%A3o-Taxas-Atividades-Esportivas.pdf/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Resolução Normativa Nº 015/CUn/2007, de 27 agosto de 2007. Cria o “Programa Bolsa-Permanência” para os alunos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC. Conselho Universitário, 2007. Disponível em: <http://prae.ufsc.br/files/2013/06/2007.10.18-Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-15.CUn_2007-Programa-BolsaPerman%C3%A4ncia-UFSC.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Resolução Normativa Nº 017/CUn/97, de 30 setembro de 1997. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC. Disponível em: <[http://notes.ufsc.br/aplic/leis.nsf/0325638e006c665f8325632d006a99b5/d795a29a3834ad848325786300500129/\\$FILE/Res%2017-CUn-1997.pdf](http://notes.ufsc.br/aplic/leis.nsf/0325638e006c665f8325632d006a99b5/d795a29a3834ad848325786300500129/$FILE/Res%2017-CUn-1997.pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. Resolução Normativa Nº 32/CUn/2013, de 27 agosto de 2013. Cria o Programa Bolsa Estudantil-UFSC. UFSC. Conselho Universitário, 2013. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2011/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Normativa-32-CUn-BolsaEstudantil.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. **site** 2016. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2017/03/Edital-02-Isen%C3%A7%C3%A3o-de-pagamento-de-inscri%C3%A7%C3%A3o-de-cursos-extracurriculares-de-idomas-2017.1.pdf>>. Acesso 01 mar. 2017.

_____. **Relatório Anual PRAE – 2015**. 2015. Disponível em: <<http://prae.ufsc.br/files/2013/06/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-PRAE-20151.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

_____. Portal da Reitoria. **Exposição UFSC 45 anos**. Florianópolis: UFSC, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXOS

ANEXO A: APROVAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NOS CURSOS EXTRACURRICULARES

Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares (ENOCE)

Esta seção do PPC do Curso de Letras - Inglês tem como fundamentação legal o disposto na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 (Casa Civil), e a Resolução nº 014/CUN/2011: 25/out/2011 (em revisão) da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares (ENOCE) é aquele desenvolvido como atividade opcional ou complementar que proporciona ao aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso, de realizar atividades pré-profissionais na área de sua formação, e que quando formalizadas, junto à Instituição de Ensino, será acrescida à carga horária regular e obrigatória, dando direito ao aluno de computar as horas de estágio como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (ACCs) e aproveitar atividade de estágio para o desenvolvimento do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Os Cursos Extracurriculares constituem-se campo de estágio desde sua criação na década de 70, pois apresentam as condições necessárias para proporcionar a(o) aluno(a) estagiário(a) a oportunidade de desenvolver atividades pré-profissionais que complementam sua formação como professor(a) de língua estrangeira. Como projeto de extensão do Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE), os Cursos Extracurriculares se encontram devidamente registrados junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atendendo a umos, técnicos-administrativos em educação, professores e toda a comunidade externa à UFSC.

Em relação às atribuições e competências do ENOCE, a duração do estágio não poderá exceder a (2) dois anos, exceto quando se tratar de estágio a portador de deficiência (art.11 da Lei nº 11.788/2008).

O professor orientador do estágio não obrigatório deverá:

- orientar o estagiário sobre o fluxo do procedimento administrativo e o devido preenchimento do Termo de Compromisso de Estágio – TCE;
- responsabilizar-se pelo acompanhamento e avaliação das atividades do aluno-estagiário;
- participar de reuniões sistemáticas com os Coordenadores dos Cursos Extracurriculares;
- zelar pelo cumprimento das cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio – TCE, em conformidade com a Lei 11.788 de 25.09.2008 para que não caracterize vínculo empregatício do estagiário com a parte concedente do estágio, para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária;
- orientar o estagiário na confecção do Relatório de acompanhamento e avaliação do estágio, com descrição resumida das atividades desenvolvidas, correspondente aos períodos de avaliação do desempenho.

O estagiário deverá:

- cumprir as cláusulas do Termo de Compromisso de Estágio – TCE;



Lincoln P. Fernandes
Prof. Lincoln P. Fernandes
Chefe do DLLE/CCER/UFSC
Portaria nº 1110/2014/GR

ANEXO B: SOLICITAÇÃO PARA ACESSO A PLATAFORMA MOODLE

SOLICITAÇÃO

Eu Adriano Martins mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, solicito ao Gestor do DLLE, a autorização para ter acesso a plataforma Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular UFSC 2017.2, para que possa utilizar os dados armazenados neste ambiente para o corpus da minha pesquisa.

Esta pesquisa está sob a supervisão do Professor Dr. Claudio José Amante (PPGAU/UFSC), tem o objetivo de analisar as contribuições dos Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras a alunos de Políticas de Ações Afirmativas na Perspectiva da Internacionalização da Educação Superior.

Os resultados do presente estudo poderão ser publicados, sendo que na condição de pesquisador responsável, será mantido o anonimato dos estudantes envolvidos na referida pesquisa. Em caso de dúvida, pode contatar o responsável pela pesquisa: Mestrando: Adriano Martins, E-mail para contato: martinsdlle@gmail.com Orientador: Prof. Dr. Claudio José Amante. E-mail para contato: claudiof020461@gmail.com

Atenciosamente,

Adriano Martins

AUTORIZAÇÃO

Após ter lido as informações acima,

Eu, Marcos Morgado _____,

Chefe do DLLE, autorizo a acesso a plataforma Moodle UFSC Nivelamento Extracurricular UFSC 2017.2, para a pesquisa do aluno do PPGAU/UFSC Adriano Martins.

Local e data: 14 de setembro de 2017 _____

Assinatura: _____


 Prof. Marcos A. Morgado da Oliveira
 Chefe do DLLE/ICCE/UFSC
 Portaria nº 1536/2016/GR

ANEXO C: DUAS ENQUETES – PARTE 0 – ENQUETE; PARTE 1 - ENQUETE

PARTE 0

Página 1

PARTE 0 - Enquete

O teste de nivelamento de proficiência de língua inglesa tem quatro partes e você deverá realizá-las na sequência apresentada.

Você terá 80 minutos para realizar as quatro partes.

Vamos para a primeira parte da **enquete**.

Responda as questões abaixo.

- 1 *** Qual Língua Estrangeira (LE) você gostaria de estudar na UFSC? Assinale a ordem de preferência, sendo 1 a mais importante e 5 a menos importante.

	1	2	3	4	5
Alemão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espanhol	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Francês	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Inglês	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Italiano	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

- 2 *** Em qual turno você gostaria de fazer um curso de LE na UFSC?

- Matutino
 Vespertino
 Noturno

- 3 *** Já frequentou cursos particulares de Língua Estrangeira?

- Sim Não

Página 2

- 4 *** Qual Língua Estrangeira você cursou?

- Alemão
 Espanhol
 Francês
 Inglês
 Italiano
 Outros

- 5 *** Quanto tempo você frequentou o curso?

- Menos de 6 Meses
 6 meses

- 1 ano
- Mais de 1 ano

Página 3

6 * Qual o seu objetivo em aprender uma Língua Estrangeira? (Mais de uma alternativa pode ser marcada)

- Leituras de textos acadêmicos
- Intercâmbio
- Viagem de lazer
- Trabalho
- Outros

7 * Você gostaria de fazer uma Língua Estrangeira através de cursos online?

- Sim
- Não

8 * Pra você as aulas de Língua Estrangeira seriam mais interessantes se fossem:

- Presencial
- Semipresencial
- À distância

9 * Você tem acesso à Internet em casa?

- Sim
- Não

10 * Você conhece alguma política para ensino de idiomas do Governo Federal?

- Sim
- Não

11 * Você participa ou já participou de alguma atividade de extensão na UFSC?

- Sim
- Não

Página 4

12 * Conhece alguma política de ensino de Língua Estrangeira oferecida na UFSC?

- Sim
- Não

13 * Conhece o projeto de extensão CELE (Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras) da UFSC?

- Sim
- Não

14 * Conhece o programa de isenção na inscrição dos (Cursos Extracurriculares de Línguas Estrangeiras) do CELE/UFSC?

- Sim
- Não

15 * Assinale a alternativa que melhor descreve a sua situação:

- Não trabalho e meus gastos são financiados pela família
- Trabalho e recebo ajuda da família
- Trabalho e me sustento
- Trabalho e contribuo com o sustento da família
- Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família
- Outros

Enquete

PARTE I - Enquete

O teste de nivelamento de proficiência de língua inglesa tem quatro partes e você deverá realizá-las na sequência apresentada.

Você terá 80 minutos para realizar as quatro partes.

Vamos para a segunda parte da **enquete**.

Responda as questões abaixo.

1 * Você já fez algum teste de nivelamento de inglês?

Sim Não

2 * O objetivo de um teste de nivelamento é (escolha a melhor opção):

Escolher... ▾

3 * Você já participou de testes onde você deveria parar de responder quando as questões vão além do nível de conhecimento?

Sim Não

4 * Você já realizou uma auto-avaliação?

Sim Não

5 * Você acho que se auto-avaliar é:

Escolher... ▾

Por favor, caso tenha respondido a todas as questões apresentadas, clique em "**Enviar enquete**" para salvar as suas respostas e volte à página principal do curso para responder às perguntas da **Parte 2: autoavaliação**.

Fechar esta janela

ANEXO D: PARTE 2 – AUTOAVALIAÇÃO

PARTE 2 - Autoavaliação

Agora que você já respondeu às questões iniciais, vamos passar para terceira parte do teste: a *auto-avaliação*. Esta terceira etapa serve para saber como você acredita estar seu atual nível comunicativo em inglês.

Por favor, leia todas as opções começando pelo nível zero e assinale, entre as alternativas apresentadas, aquela que contém o nível que melhor lhe descreve.

- **Nível 0:** Minhas habilidades na língua são, para propósitos práticos, zero.
- **Nível A:** Eu consigo me fazer entender em nível básico, em situações simples e rotineiras de negócios e viagens. Eu consigo fazer e responder perguntas curtas. Eu entendo quando as pessoas falam clara e vagarosamente, incluindo ao telefone. Eu posso falar de forma geral no passado. No entanto, eu ainda me sinto inseguro nessas situações.
- **Nível B:** Eu consigo participar ativamente em conversas na língua estrangeira. Eu consigo não somente falar sobre o passado, mas também sobre planos e expectativas para o futuro. Eu consigo dar elogios e críticas, assim como aprovar e rejeitar propostas. Eu entendo textos simples, tal como matérias de jornais. Eu estou me tornando mais confiante em usar o telefone, mas eu ainda tenho que ficar pensando nas palavras que vou usar com frequência.
- **Nível C:** Eu consigo discutir qualquer assunto e expressar pontos de vista e suposições com variados. Eu consigo verbalizar minhas habilidades profissionais em situações de negócio, porém meu domínio do idioma ainda não me deixa inteiramente seguro. Eu consigo trabalhar em projetos com falantes fluentes e consigo entender tudo o que é dito em reuniões e apresentações. Eu leio e compreendo textos desafiadores.
- **Nível D:** Eu me sinto seguro em todas as situações de comunicação na língua alvo, por exemplo, fazer parte de uma negociação complexa. Erros não são frequentes. Eu consigo discutir assuntos difíceis ao telefone e retirar informações detalhadas de noticiários na TV e no rádio. Eu consigo formular qualquer tipo de texto, dando a devida atenção as peculiaridades idiomáticas.

- Nível 0
- Nível A
- Nível B
- Nível C
- Nível D

ANEXO E: QUESTÕES DE GRAMÁTICA REFERENTE AO TESTE DE NIVELAMENTO

English Placement Test

Stage one

1. Is Mary in room 12? – Yes, is.
 2. Is this your mobile? – No, it .
 3. This is Mike. He's New York.
 4. Cardiff? – It's in Wales.
 5. Which language in Liechtenstein?
 6. The hotel room a coffee machine.
 7. – It's very big.
 8. How much a cup of coffee in London?
-
9. The meeting is ___?___ Friday ___?___ the morning.
 - on / at
 - at / on
 - in / at
 - on / in
 10. What on weekends?
 11. She work at eight, every weekday morning.
 12. What to drink? – Mineral water, please.
-

13. that report now?
14. Shall we meet in the restaurant? – Yes, in the restaurant.
15. What time your work last Friday?
16. Have you got any brothers and sisters? – one brother and two sisters.
17. Does Germany produce a lot of machines? – Yes, Germany produces machines.
18. The man repairs the machines is on vacation.
19. The company's doing . Profits are up.
20. Their products are than ours.
21. I'm afraid we don't have parts for that model.
22. I'd like a copy of it.
23. What time the office tomorrow?
24. What's the plan? When meet the Queen next summer?
25. The engineers speak Arabic.
26. Barry McKenzie in Australia.
27. If we a profit, we'll have a big party.
28. you ever basketball?
- Did / played
- Have / played
- Had / played
- Have / play
-

29. Hello, could I speak to Alice Johnson, please? –
30. She always does her homework. Why ___? ___ she ___? ___ it yet?
- did / do
- has / done
- hasn't / done
- has / doing
31. He is responsible the accounts.
32. I'm sorry, but you smoke in the office.
33. Everyone knows he's good the staff.
34. She works ___? ___ but also very ___? ___.
- fast / efficient
- fast / efficiently
- fastly / efficiently
- more fast / efficient
35. At inlingua, lessons only by native speakers.
36. The tickets in the last half hour.
37. The directors can give a holiday at any time.
38. He said he me as soon as he was ready.
39. I my email, when everything froze.
40. If I enough money, I'd go on a world cruise.
41. He for them since January.
42. Let's go into the living room, ?
-

43. Green energy sources developed.
44. Mr. Harald Schmidt is not a colleague .
45. Before I became a trainer, I work as a salesman.
46. The managers didn't realize that somebody sensitive information.
47. Before we purchased the company, it a lot of money.
48. You can't use her car you have permission.
49. I'm responsible all our raw materials.
50. I think we should consider the offer, but we rush into a decision.
51. I ___?___ the company in 2002. I love it here and now I ___?___ here for 10 years.
- joined / worked
- joined / have been working
- had joined / have been working
- had joined / been working
52. Have you drawn ___?___ the budget yet? – No, what do we need to budget ___?___?
- up / for
- on / for
- on / with
- up / with
53. You can't access the network without a password.
It if you have the password.
54. They're thinking more staff.
-

55. You must wear protective equipment in this area.

It at all times.

56. We don't do the copying ourselves. We by a copying firm.

57. I don't know the answer at the moment.

58. The new machine isn't bad, but we're not satisfied with it.

59. I'll let you know as soon as the meeting .

60. "At the end of this week, on this project for three years.

61. I wish I his advice.

62. By the end of the month, we the project.

63. I would recommend the contract.

64. Before he bought the restaurant, it money.

65. Would you mind that?

66. We're all on holiday next week so we've decided the meeting to August 15.

67. It wasn't easy, but in the end I convince them.

68. You should drive more carefully. – What do you mean?

I carefully!

69. If that happen, the consequences would be serious.

70. We wouldn't have had the information if it the Internet.

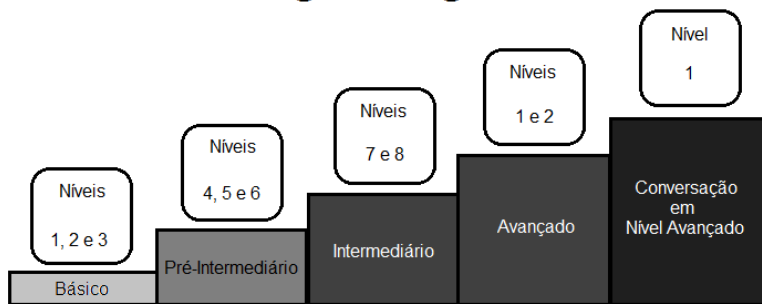
71. The equipment wrong. It's impossible!

72. I feel efficiency is important, and I'm improve it.
73. What start date do you have in mind? When are you starting the project?
74. Do you have any other hobbies surfing the internet?
75. We're not sure if this is a really good idea. There's a over it.
76. Could you send me the report? If so, is it possible me today?
77. When did you first suspect there was a problem? When did you of the situation?
78. The device is like a PDA. You could a hand held computer.
79. I don't think that solution would work. it would have any effect.
80. I took on the position as a challenge. My decision money.
81. This will be the fourth increase. Taxes are to be raised . I don't agree with it.
82. The company is by far the best. It's the competition.
83. No wonder I got lost. I didn't know the area and, , it was really foggy.
84. By the end of this month, phase two of the project.
-
85. Only certain people to access this area.
86. refer to the extent to which a company is environmentally friendly.
-

87. The new CAD software was , So they decided to stick with their existing package.
88. Would you like to go? – , under the circumstances.
89. I forgot her birthday. , she was hardly pleased.
90. Tell us what you hope to achieve in your career? What do you ?
91. Facebook is easy to use. I'm on it all the time.
92. All our decision making democratic discussion.
93. This weather is set to get worse. Apparently it's going to tomorrow.
94. The new rules should prevent staff too hard.
95. Buying a property represents the greatest expense most people face.
96. The next step is to explain my proposal and try to sell it – to my superiors.

ANEXO F: TABELA DE NÍVEIS DOS CELE

Língua Inglesa



ANEXO G: ALGORITMO

```

1 <?php
2 include "conn.php";
3 $sql = "SELECT c.nm_candidato,c.cd_candidato,av.cpf,av.resposta,n.2_8,n.avancado,
4 n.conv_avancado,n.leit FROM nivelamento_autoav av, nivelamento_notas n, candidato c
5 WHERE av.cpf = n.cpf AND av.cpf = c.nr_cpf AND c.cd_prova = '246'
6 order by av.resposta";
7 $query = mysqli_query($link,$sql);
8
9 if($query === FALSE) {
10     die(mysqli_error());
11 }
12
13 $a = 0;
14
15 //ECHO "<PRE>";
16 //print_r($query);
17 //echo "</pre>";
18 while($data = mysqli_fetch_assoc($query))
19 {
20     $nivel = '';
21     echo "<br>";
22     echo "<pre>";
23     //echo $data['cd_candidato'] . " -> ";
24     if ($data['2_8'] == '-') {
25         $data['2_8'] = '-1';
26     }
27     if ($data['conv_avancado'] == '-') {
28         $data['conv_avancado'] = '-1';
29     }
30     if ($data['avancado'] == '-') {
31         $data['avancado'] = '-1';
32     }
33     if (($data['leit'] == '-') OR ($data['leit'] == '0')) {
34         $data['leit'] = '-1';
35     }
36
37     print_r($data);
38
39     switch ($data['resposta']) {
40         case '1':
41             if(($data['2_8'] >= 0 && $data['2_8'] <= 4) ||
42                 ($data['avancado'] >= 0 && $data['avancado'] <= 4) ||
43                 ($data['conv_avancado'] >= 0 && $data['conv_avancado'] <= 4) ||
44                 ($data['leit'] >= 0 && $data['leit'] <= 4)) {
45                 $nivel = '0';
46             } elseif (($data['2_8'] >= 5 && $data['2_8'] <= 13) ||
47                 ($data['avancado'] >= 5 && $data['avancado'] <= 13) ||
48                 ($data['conv_avancado'] >= 5 && $data['conv_avancado'] <= 13) ||
49                 ($data['leit'] >= 5 && $data['leit'] <= 13)) {
50                 echo "aaaa";
51                 $nivel = '0';
52             } elseif (($data['2_8'] >= 14 && $data['2_8'] <= 23) ||
53                 ($data['avancado'] >= 14 && $data['avancado'] <= 23) ||
54                 ($data['conv_avancado'] >= 14 && $data['conv_avancado'] <= 23) ||
55                 ($data['leit'] >= 14 && $data['leit'] <= 23)) {
56                 $nivel = '1';
57             } elseif (($data['2_8'] >= 24 && $data['2_8'] <= 33) ||
58                 ($data['avancado'] >= 24 && $data['avancado'] <= 33) ||
59                 ($data['conv_avancado'] >= 24 && $data['conv_avancado'] <= 33) ||
60                 ($data['leit'] >= 24 && $data['leit'] <= 33)) {
61                 $nivel = '1';
62             } elseif (($data['2_8'] >= 34 && $data['2_8'] <= 41) ||
63                 ($data['avancado'] >= 34 && $data['avancado'] <= 41) ||
64                 ($data['conv_avancado'] >= 34 && $data['conv_avancado'] <= 41) ||
65                 ($data['leit'] >= 34 && $data['leit'] <= 41)) {
66                 $nivel = '2';
67             } elseif (($data['2_8'] >= 42 && $data['2_8'] <= 49) ||

```

```

135         } elseif (($data['2_8'] >= 57 && $data['2_8'] <= 62) ||
136             ($data['avancado'] >= 57 && $data['avancado'] <= 62) ||
137             ($data['conv_avancado'] >= 57 && $data['conv_avancado'] <= 62) ||
138             ($data['leit'] >= 57 && $data['leit'] <= 62)) {
139             $nivel = '5';
140         } elseif (($data['2_8'] >= 63 && $data['2_8'] <= 70) ||
141             ($data['avancado'] >= 63 && $data['avancado'] <= 70) ||
142             ($data['conv_avancado'] >= 63 && $data['conv_avancado'] <= 70) ||
143             ($data['leit'] >= 63 && $data['leit'] <= 70)) {
144             $nivel = '6';
145         } elseif (($data['2_8'] >= 71 && $data['2_8'] <= 76) ||
146             ($data['avancado'] >= 71 && $data['avancado'] <= 76) ||
147             ($data['conv_avancado'] >= 71 && $data['conv_avancado'] <= 76) ||
148             ($data['leit'] >= 71 && $data['leit'] <= 76)) {
149             $nivel = '7';
150         } elseif (($data['2_8'] >= 77) ||
151             ($data['avancado'] >= 77) ||
152             ($data['conv_avancado'] >= 77) ||
153             ($data['leit'] >= 77)) {
154             $nivel = '8';
155         }
156         break;
157     case '3':
158         if (($data['2_8'] >= 0 && $data['2_8'] <= 4) ||
159             ($data['avancado'] >= 0 && $data['avancado'] <= 4) ||
160             ($data['conv_avancado'] >= 0 && $data['conv_avancado'] <= 4) ||
161             ($data['leit'] >= 0 && $data['leit'] <= 4)) {
162             $nivel = '0';
163         } elseif (($data['2_8'] >= 5 && $data['2_8'] <= 13) ||
164             ($data['avancado'] >= 5 && $data['avancado'] <= 13) ||
165             ($data['conv_avancado'] >= 5 && $data['conv_avancado'] <= 13) ||
166             ($data['leit'] >= 5 && $data['leit'] <= 13)) {
167             $nivel = '1';
168         } elseif (($data['2_8'] >= 14 && $data['2_8'] <= 23) ||
169             ($data['avancado'] >= 14 && $data['avancado'] <= 23) ||
170             ($data['conv_avancado'] >= 14 && $data['conv_avancado'] <= 23) ||
171             ($data['leit'] >= 14 && $data['leit'] <= 23)) {
172             $nivel = '2';
173         } elseif (($data['2_8'] >= 24 && $data['2_8'] <= 33) ||
174             ($data['avancado'] >= 24 && $data['avancado'] <= 33) ||
175             ($data['conv_avancado'] >= 24 && $data['conv_avancado'] <= 33) ||
176             ($data['leit'] >= 24 && $data['leit'] <= 33)) {
177             $nivel = '3';
178         } elseif (($data['2_8'] >= 34 && $data['2_8'] <= 41) ||
179             ($data['avancado'] >= 34 && $data['avancado'] <= 41) ||
180             ($data['conv_avancado'] >= 34 && $data['conv_avancado'] <= 41) ||
181             ($data['leit'] >= 34 && $data['leit'] <= 41)) {
182             $nivel = '4';
183         } elseif (($data['2_8'] >= 42 && $data['2_8'] <= 49) ||
184             ($data['avancado'] >= 42 && $data['avancado'] <= 49) ||
185             ($data['conv_avancado'] >= 42 && $data['conv_avancado'] <= 49) ||
186             ($data['leit'] >= 42 && $data['leit'] <= 49)) {
187             $nivel = '5';
188         } elseif (($data['2_8'] >= 50 && $data['2_8'] <= 56) ||
189             ($data['avancado'] >= 50 && $data['avancado'] <= 56) ||
190             ($data['conv_avancado'] >= 50 && $data['conv_avancado'] <= 56) ||
191             ($data['leit'] >= 50 && $data['leit'] <= 56)) {
192             $nivel = '5';
193         } elseif (($data['2_8'] >= 57 && $data['2_8'] <= 62) ||
194             ($data['avancado'] >= 57 && $data['avancado'] <= 62) ||
195             ($data['conv_avancado'] >= 57 && $data['conv_avancado'] <= 62) ||
196             ($data['leit'] >= 57 && $data['leit'] <= 62)) {
197             $nivel = '6';
198         } elseif (($data['2_8'] >= 63 && $data['2_8'] <= 70) ||
199             ($data['avancado'] >= 63 && $data['avancado'] <= 70) ||
200             ($data['conv_avancado'] >= 63 && $data['conv_avancado'] <= 70) ||
201             ($data['leit'] >= 63 && $data['leit'] <= 70)) {
202             $nivel = '7';
203         } elseif (($data['2_8'] >= 71 && $data['2_8'] <= 76) ||

```

```

273 case '5':
274     if (($data['2_8'] >= 0 && $data['2_8'] <= 4) ||
275         ($data['avancado'] >= 0 && $data['avancado'] <= 4) ||
276         ($data['conv_avancado'] >= 0 && $data['conv_avancado'] <= 4) ||
277         ($data['leit'] >= 0 && $data['leit'] <= 4)) {
278         $nivel = '0';
279     }
280     elseif (($data['2_8'] >= 5 && $data['2_8'] <= 13) ||
281         ($data['avancado'] >= 5 && $data['avancado'] <= 13) ||
282         ($data['conv_avancado'] >= 5 && $data['conv_avancado'] <= 13) ||
283         ($data['leit'] >= 5 && $data['leit'] <= 13)) {
284         $nivel = '1';
285     }
286     elseif (($data['2_8'] >= 14 && $data['2_8'] <= 23) ||
287         ($data['avancado'] >= 14 && $data['avancado'] <= 23) ||
288         ($data['conv_avancado'] >= 14 && $data['conv_avancado'] <= 23) ||
289         ($data['leit'] >= 14 && $data['leit'] <= 23)) {
290         $nivel = '2';
291     }
292     elseif (($data['2_8'] >= 24 && $data['2_8'] <= 33) ||
293         ($data['avancado'] >= 24 && $data['avancado'] <= 33) ||
294         ($data['conv_avancado'] >= 24 && $data['conv_avancado'] <= 33) ||
295         ($data['leit'] >= 24 && $data['leit'] <= 33)) {
296         $nivel = '3';
297     }
298     elseif (($data['2_8'] >= 34 && $data['2_8'] <= 41) ||
299         ($data['avancado'] >= 34 && $data['avancado'] <= 41) ||
300         ($data['conv_avancado'] >= 34 && $data['conv_avancado'] <= 41) ||
301         ($data['leit'] >= 34 && $data['leit'] <= 41)) {
302         $nivel = '4';
303     }
304     elseif (($data['2_8'] >= 42 && $data['2_8'] <= 49) ||
305         ($data['avancado'] >= 42 && $data['avancado'] <= 49) ||
306         ($data['conv_avancado'] >= 42 && $data['conv_avancado'] <= 49) ||
307         ($data['leit'] >= 42 && $data['leit'] <= 49)) {
308         $nivel = '5';
309     }
310     elseif (($data['2_8'] >= 50 && $data['2_8'] <= 56) ||
311         ($data['avancado'] >= 50 && $data['avancado'] <= 56) ||
312         ($data['conv_avancado'] >= 50 && $data['conv_avancado'] <= 56) ||
313         ($data['leit'] >= 50 && $data['leit'] <= 56)) {
314         $nivel = '6';
315     }
316     elseif (($data['2_8'] >= 57 && $data['2_8'] <= 62) ||
317         ($data['avancado'] >= 57 && $data['avancado'] <= 62) ||
318         ($data['conv_avancado'] >= 57 && $data['conv_avancado'] <= 62) ||
319         ($data['leit'] >= 57 && $data['leit'] <= 62)) {
320         $nivel = '7';
321     }
322     elseif (($data['2_8'] >= 63 && $data['2_8'] <= 70) ||
323         ($data['avancado'] >= 63 && $data['avancado'] <= 70) ||
324         ($data['conv_avancado'] >= 63 && $data['conv_avancado'] <= 70) ||
325         ($data['leit'] >= 63 && $data['leit'] <= 70)) {
326         $nivel = '8';
327     }
328     elseif (($data['2_8'] >= 71 && $data['2_8'] <= 76) ||
329         ($data['avancado'] >= 71 && $data['avancado'] <= 76) ||
330         ($data['conv_avancado'] >= 71 && $data['conv_avancado'] <= 76) ||
331         ($data['leit'] >= 71 && $data['leit'] <= 76)) {
332         $nivel = 'av1';
333     }
334     elseif (($data['2_8'] >= 77) ||
335         ($data['avancado'] >= 77) ||
336         ($data['conv_avancado'] >= 77) ||
337         ($data['leit'] >= 77)) {
338         $nivel = 'av2';
339     }
340 }
341 break;
342 default:
343     $nivel = '0';
344 break;

```

```

273 case '5':
274     if (($data['2_8'] >= 0 && $data['2_8'] <= 4) ||
275         ($data['avancado'] >= 0 && $data['avancado'] <= 4) ||
276         ($data['conv_avancado'] >= 0 && $data['conv_avancado'] <= 4) ||
277         ($data['leit'] >= 0 && $data['leit'] <= 4)) {
278         $nivel = '0';
279     } elseif (($data['2_8'] >= 5 && $data['2_8'] <= 13) ||
280         ($data['avancado'] >= 5 && $data['avancado'] <= 13) ||
281         ($data['conv_avancado'] >= 5 && $data['conv_avancado'] <= 13) ||
282         ($data['leit'] >= 5 && $data['leit'] <= 13)) {
283         $nivel = '1';
284     } elseif (($data['2_8'] >= 14 && $data['2_8'] <= 23) ||
285         ($data['avancado'] >= 14 && $data['avancado'] <= 23) ||
286         ($data['conv_avancado'] >= 14 && $data['conv_avancado'] <= 23) ||
287         ($data['leit'] >= 14 && $data['leit'] <= 23)) {
288         $nivel = '2';
289     } elseif (($data['2_8'] >= 24 && $data['2_8'] <= 33) ||
290         ($data['avancado'] >= 24 && $data['avancado'] <= 33) ||
291         ($data['conv_avancado'] >= 24 && $data['conv_avancado'] <= 33) ||
292         ($data['leit'] >= 24 && $data['leit'] <= 33)) {
293         $nivel = '3';
294     } elseif (($data['2_8'] >= 34 && $data['2_8'] <= 41) ||
295         ($data['avancado'] >= 34 && $data['avancado'] <= 41) ||
296         ($data['conv_avancado'] >= 34 && $data['conv_avancado'] <= 41) ||
297         ($data['leit'] >= 34 && $data['leit'] <= 41)) {
298         $nivel = '4';
299     } elseif (($data['2_8'] >= 42 && $data['2_8'] <= 49) ||
300         ($data['avancado'] >= 42 && $data['avancado'] <= 49) ||
301         ($data['conv_avancado'] >= 42 && $data['conv_avancado'] <= 49) ||
302         ($data['leit'] >= 42 && $data['leit'] <= 49)) {
303         $nivel = '5';
304     } elseif (($data['2_8'] >= 50 && $data['2_8'] <= 56) ||
305         ($data['avancado'] >= 50 && $data['avancado'] <= 56) ||
306         ($data['conv_avancado'] >= 50 && $data['conv_avancado'] <= 56) ||
307         ($data['leit'] >= 50 && $data['leit'] <= 56)) {
308         $nivel = '6';
309     } elseif (($data['2_8'] >= 57 && $data['2_8'] <= 62) ||
310         ($data['avancado'] >= 57 && $data['avancado'] <= 62) ||
311         ($data['conv_avancado'] >= 57 && $data['conv_avancado'] <= 62) ||
312         ($data['leit'] >= 57 && $data['leit'] <= 62)) {
313         $nivel = '7';
314     } elseif (($data['2_8'] >= 63 && $data['2_8'] <= 70) ||
315         ($data['avancado'] >= 63 && $data['avancado'] <= 70) ||
316         ($data['conv_avancado'] >= 63 && $data['conv_avancado'] <= 70) ||
317         ($data['leit'] >= 63 && $data['leit'] <= 70)) {
318         $nivel = '8';
319     } elseif (($data['2_8'] >= 71 && $data['2_8'] <= 76) ||
320         ($data['avancado'] >= 71 && $data['avancado'] <= 76) ||
321         ($data['conv_avancado'] >= 71 && $data['conv_avancado'] <= 76) ||
322         ($data['leit'] >= 71 && $data['leit'] <= 76)) {
323         $nivel = 'av1';
324     } elseif (($data['2_8'] >= 77) ||
325         ($data['avancado'] >= 77) ||
326         ($data['conv_avancado'] >= 77) ||
327         ($data['leit'] >= 77)) {
328         $nivel = 'av2';
329     }
330     break;
331     default:
332         $nivel = '0';
333     break;

```

```

234
235
236 switch ($nivel) {
237     case '0':
238         $codturma = '116';
239         break;
240     case '1':
241         $codturma = '1';
242         break;
243     case '2':
244         $codturma = '2';
245         break;
246     case '3':
247         $codturma = '6';
248         break;
249     case '4':
250         $codturma = '7';
251         break;
252     case '5':
253         $codturma = '8';
254         break;
255     case '6':
256         $codturma = '9';
257         break;
258     case '7':
259         $codturma = '10';
260         break;
261     case '8':
262         $codturma = '11';
263         break;
264     case 'av1':
265         $codturma = '52';
266         break;
267     case 'av2':
268         $codturma = '16';
269         break;
270
271     default:
272         $codturma = '116';
273         break;
274 }
275 echo "
276 Candidato: " . $data['nm_candidato'] . " - AV: " . $data['resposta'] . " - 2-8: "
277 . $data['2_8'] . " - Avanc: " . $data['avancado'] . " - Conv: "
278 . $data['conv_avancado'] . " - Leit: " . $data['leit'] . " - Nivel: " . $nivel;
279 $a = $a+1;
280 //echo "<h3>.$nivel." - cod: ". $codturma . "</h3>";
281 $insert = "INSERT INTO candidato_has_resultado
282 (cd_lingua,cd_candidato,nm_resultado,cd_prova,cr_codigo)
283 VALUES ('1','.$data['cd_candidato'],'.$codturma','$246','$codturma.')";
284 $result_insert = mysqli_query($link,$insert);
285 /*if ($result_insert) {
286     echo "<b>Inserido</b>";
287 } else {
288     echo "<b>NÃO INSERIDO</B>";
289 }*/
290
291
292 }
293 echo "<hr><h1>FIM!";
294 echo $a;
295 ?>

```

Fonte: DLLE, U

APÊNDICES

APÊNDICE 1: PROJETO DE EXTENSÃO CURSOS EXTRACURRICULARES DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (CELE)

1. Histórico

O surgimento do CELE é resultado do esforço e da iniciativa dos professores do Departamento de Letras da UFSC, que ao iniciarem o projeto de implementação da Pós-Graduação em Letras-Inglês, em 1970, tiveram a ideia de implementar um curso de idiomas, com dois principais propósitos: o primeiro, oferecer à comunidade, cursos de LE de bom nível a um preço módico; e o segundo, oportunizar bolsas aos alunos da Pós-Graduação do Curso de Mestrado em Língua Inglesa.

Desse modo, o valor recebido pelo aluno da Pós-Graduação em Língua Inglesa que atuava como professor bolsista serviria para custear as despesas com aluguel, alimentação, etc. Isto porque, na ocasião, havia uma demora para que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fornecesse o credenciamento do curso da PPGI e o mencionado programa não dispunha de bolsa para seus alunos que, naquela época, em sua maioria, eram originários de outros estados, mais especificamente, do nordeste e viam no projeto cursos extracurriculares uma possibilidade de ter uma renda para a manutenção das suas despesas na cidade, essa oportunidade possibilitou, além de uma renda extra, experiência na área de atuação profissional do aluno-professor.

Assim sendo, no início do Curso, as atividades realizadas no projeto restringiam-se ao ensino do idioma inglês. Nesta época eram recorrentes as reclamações correlatas à falta de qualidade das aulas ministradas, ocasionando bastante preocupação para os responsáveis do projeto. Esse foi um dos motivos que motivaram uma das professoras do DLLE, Prof.^a Alba da Silveira, a lecionar, gratuitamente, aulas de italiano. Em seguida, outra professora do departamento, do curso de alemão, Ingeburg Dekker, teve a mesma iniciativa e começou a ministrar aulas de alemão gratuitas.

Com o intuito de solucionar o problema apresentado no início do projeto, referente à ministração de aula e objetivando aprimorar o nível didático pedagógico, foi estabelecido que, em cada idioma ofertado como curso extracurricular pelo DLLE, tivesse pelo menos um

professor deste departamento ministrando aula no curso extracurricular. Isto porque, acreditava-se que o convívio dos alunos bolsistas com os professores do DLLE e as consequentes trocas de experiências didático pedagógicas entre eles oportunizariam a melhora da qualidade do Curso.

A estratégia de promover mudanças na metodologia do Curso por meio da inclusão de professores do Departamento para lecionar no Projeto juntos aos alunos da PPGI, foi exitosa e o Curso passou a ter reconhecimento da comunidade acadêmica. Assim, outros idiomas começaram a ser inseridos no projeto: espanhol e francês; dando visibilidade maior a essa atividade de extensão na UFSC, fato que contribuiu para o crescimento do projeto, ocasionado também uma mudança na estrutura do CELE.

Desde o início do Curso, os alunos matriculados no projeto de extensão CELE pagavam uma taxa de inscrição que, naquela época, eram administradas pelo Departamento Artístico Cultural (DAC), que tinha a responsabilidade de gerenciar os recursos arrecadados e realizar os pagamentos aos alunos-professores. Com o crescimento do projeto, em 1981 os recursos financeiros eram de responsabilidade da chefia do DLLE, e gerenciados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), que passou a ser a responsável pelos pagamentos dos alunos-professores e docentes do DLLE.

Com uma dimensão maior que a inicial, o projeto vislumbrava suporte administrativo aprimorado. Nesta época, a estrutura administrativa do projeto funcionava dentro da secretaria do DLLE, e um servidor técnico-administrativo da UFSC, lotado no Centro de Comunicação e Expressão (CCE), atuava no DLLE e trabalhava no projeto de extensão em concomitância com suas tarefas administrativa do Departamento.

O projeto CELE era coordenado por um professor do DLLE, indicado pelo Colegiado, que tinha as seguintes atribuições: registrar semestralmente o projeto de extensão no sistema da PROEX; assinar e encaminhar à FAPEU a relação de pagamentos dos professores que atuavam no projeto; fazer relatório final e realizar reuniões com professores de línguas estrangeiras do DLLE para tratar de assuntos relacionados a questões didático-pedagógicas dos CELE.

As inscrições para os cursos ofertados pelo CELE eram realizadas manualmente, isto é, as pessoas interessadas em frequentar os cursos de idiomas dirigiam-se ao DLLE para realizar a matrícula nos cursos ofertados. O DLLE contava apenas com um servidor técnico-administrativo para o atendimento dos alunos que queriam ingressar no curso. Desse modo, muitas vezes, era preciso distribuir senhas e se formavam grandes filas, o que gerava uma longa espera no atendimento, acarretando inúmeras reclamações aos órgãos centrais da UFSC.

No início dos anos 90, a procura pelos cursos de idiomas da UFSC cresceu muito, demandando um esforço enorme na organização das matrículas que ainda eram feitas presencialmente. Nesta época, o Projeto contava com um número muito maior de pessoas envolvidas: alunos-bolsistas, servidores técnico-administrativos e professores, que trabalhavam em regime de mutirão para atender as demandas apresentadas nas matrículas destes cursos. No entanto, apesar dos esforços dispensados, as filas ainda continuavam enormes, sinalizando que havia necessidade de reestruturar o sistema de inscrições.

O procedimento de matrícula preocupava os gestores do DLLE e o colegiado, pois devido à boa qualidade didática dos cursos oferecidos, a procura aumentava gradativamente. As pessoas interessadas, na sua maioria, alunos da UFSC começaram a chegar cada vez mais cedo na UFSC para conseguir uma vaga nos cursos. Muitos deles chegavam no dia anterior e passavam a noite inteira na fila para conseguir matrícula nos cursos e seus respectivos dias e horas desejados. Com vistas a proporcionar maior estrutura aos cursistas, algumas ações foram colocadas em prática: a abertura do prédio mais cedo e a contratação de seguranças.

Entretanto, estas medidas não supriam as necessidades dos cursistas, por esta razão, em 1999, as matrículas passaram a ser realizadas *online*, solucionando alguns dos problemas mencionados anteriormente. Entretanto, esse novo modelo de inscrições não funcionou da maneira que se esperava, gerando problemas no *site* da UFSC: na primeira inscrição realizada no modo *online*, a quantidade de acessos simultâneos à página de matrícula foi tão grande que o *site* da UFSC ficou inoperante.

Ainda com matrícula *online*, em outros períodos subsequentes de inscrições de matrículas do CELE, alguns problemas técnicos de acesso remoto continuaram a ocorrer e as respostas disponibilizadas pela Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC), naquela época, não foram rápidas e suficientes, levando a coordenação do CELE a optar por hospedar o *site* de matrículas fora da UFSC, numa empresa privada, contratada até a presente data.

2. A Organização Dos Cursos

O projeto de extensão atende: a comunidade universitária (alunos, professores, servidores técnico-administrativos), comunidade da cidade de Florianópolis e arredores, com a oferta de cursos de LE.

Idiomas Oferecidos: alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês e português para estrangeiros.

O corpo docente: é constituído por alunos de programas de Pós-Graduação em Letras da UFSC, a saber: PPGI, PGL, PGL e PGET.

Fazem parte do projeto, bolsistas que atuam na organização do Curso, realizando tarefas rotineiras como matrículas e rematrículas, no início de cada semestre, registro e divulgação de notas finais, transferências de turmas durante o semestre, contato com alunos e professores sobre assuntos diversos, atendimento no laboratório de línguas estrangeiras e nas salas ambientes, auxiliam os professores e a coordenação geral na preparação de relatórios e material didático, além de outras tarefas.

3. Pesquisas Realizadas No Projeto

Além de oferecer aulas de línguas estrangeiras o CELE também possibilita a realização de pesquisas na área, tanto por parte dos professores do DLLE, como por mestrandos, doutorandos e graduandos que se valem do espaço para desenvolver estudos oportunizados por meio da coleta de dados ali aplicada.

Esse tipo de situação, em que os dados de pesquisa são colhidos por meio de avaliações de produção e percepção em LE, programas de treinamento e aplicação do material e metodologias de ensino, enriquece as aulas e o aprendizado dos alunos do projeto, das graduações e pós-

graduações, sendo que a receptividade por parte das turmas-alvo é sempre bastante positiva.

Convém pontuar que o espaço do CELE serve de campo para os estagiários desenvolverem suas atividades, possibilita condições para o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras e as teorias aprendidas nas disciplinas da graduação dos cursos de Letras servem de fundamentação para as práticas desenvolvidas em sala de aula do CELE.

Ademais, tais iniciativas estão em consonância com o regimento interno do Projeto de Extensão CELE, aprovado em reunião do colegiado do dia 28 de abril 2014 e que tem dois principais objetivos:

a) suprir a demanda social em termos de capacitação e proficiência em línguas estrangeiras; b) promover o desenvolvimento de atividades acadêmico-científicas, por meio de investimentos em prol da pesquisa, do ensino de extensão, graduação e pós-graduação; viabilizar ambientes adequados à realização de pesquisas com vistas ao aprimoramento do ensino e aprendizagem de LE; promover investimentos de ordem social para a difusão e valorização das LE junto à comunidade; c) investir em publicação, aquisição de material bibliográfico e de suporte ao ensino. (UFSC, 2014, p. 1)

O referido regimento contempla a composição do quadro administrativo, tempo de permanência nos cargos administrativos, atribuições de coordenadores, composição de alunos-professores do projeto, destinação dos recursos financeiros e das remunerações e isenções das taxas.

As atividades do CELE estão sob a responsabilidade de uma comissão de professores do DLLE, composta por um coordenador geral, um coordenador de área para cada idioma, conforme está previsto no regimento interno:

[...] O Coordenador Geral, que deverá ser o chefe do DLLE; um coordenador de área para cada língua; para exercer funções do Coordenador Geral ou de coordenador de área, os professores deverão cumprir as seguintes exigências: pertencer à categoria DE, estar envolvido em

atividades de ensino, pesquisa e extensão e, eventualmente, administração. O Coordenador de área exercerá funções administrativas e pedagógicas relativas à sua área de atuação (respectiva língua) no projeto; a escolha dos Coordenadores de área do Projeto será por votação na área de atuação do professor no DLLE. (UFSC, 2014, p.2)

4. Estágio Não Obrigatório Nos Cursos Extracurriculares

No dia 12 de dezembro do ano de 2014, na 9ª reunião do Colegiado do DLLE, foi aprovado o estágio não obrigatório nos Cursos Extracurriculares (Anexo A). Esta seção do Projeto Político do Curso de Letras-Inglês (PPC) tem fundamentação legal na lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (casa Civil) e a resolução nº 014/CUN/2011, de 25 out/2011(em revisão) da UFSC. A esse respeito o Estágio Não Obrigatório nos Cursos Extracurriculares (ENOCE) propõe:

O ENOCE é aquele desenvolvido como atividade opcional ou complementar que proporciona ao aluno regularmente matriculado e com frequência efetiva no curso, de realizar atividades profissionais na área de sua formação, e que quando formalizadas, junto à instituição de ensino, será acrescida à sua carga horária, regular e obrigatória, dando direito ao aluno de computar as horas de estágio como atividades, Acadêmico-Científico-Cultural (ACCs) e aproveitar a atividade de estágio para o desenvolvimento do seu trabalho de conclusão de curso (TCC). (UFSC, 2014, p.1)

5. Organização dos Cursos

O CELE está organizado em cursos presenciais e a distância que são divididos da seguinte maneira: 1) curso presencial de idiomas; 2) curso de inglês *online*; 3) curso *online* de leitura em inglês; e que estão detalhados na Figura 2.

Organização do CELE



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017)

Os cursos a distância ministrados através do projeto CELE são divididos em inglês online e Leitura inglês online. O curso de inglês online surgiu da necessidade da UFSC através da Prodegesp e a sua coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) em oferecer cursos de idiomas nos campi de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville, com o intuito de capacitar seus servidores em língua inglesa, contribuindo para internacionalização da instituição.

O curso é composto de dois módulos Inglês online 1 e 2 que usam plataforma Moodle UFSC, as atividades que estão dispostas nesta plataforma contam com auxílio de tutores online, que atuam na correção de atividades e interação através de atividades de conversação.

O curso tem a duração de 1 semestre, por nível, equivalente a 60h/aula cada, são trabalhadas 6 unidades de estudos, sendo que estas unidades serão realizadas online e com correção automática para que o aluno consiga acompanhar a sua evolução ao longo do curso.

O curso de Leitura em Inglês online usa a plataforma Moodle UFSC, seu surgimento aconteceu através da procura da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que tinha o interesse de oferecer cursos de Inglês em todos os seus campi, como no seu quadro de cursos.

de graduação não consta o curso de letras estrangeiras buscaram a parceria com a UFSC para realizar essa oferta.

As atividades do curso de Leitura online são realizadas todas na plataforma Moodle, o formato deste curso não precisa da instrução de tutores para auxiliar na execução das tarefas.

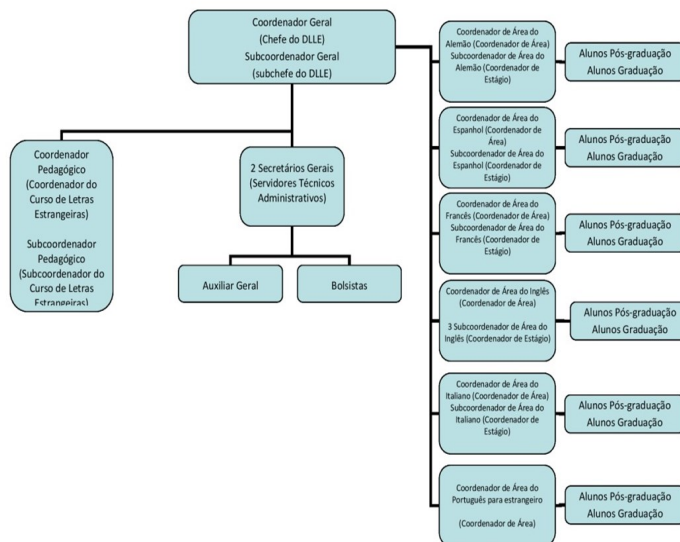
O curso tem como foco a introdução e desenvolvimento de estratégias de leitura e estudo de estruturas básicas da língua inglesa tendo como objetivo:

Apresentar estratégias de leitura, tais como uso de conhecimento prévio, skimming e scanning; Promover a habilidade de prática de leitura em língua inglesa; Introduzir estruturas básicas da língua inglesa, tais como afixos, grupos nominais e verbais; Apresentar diferentes gêneros textuais, promovendo a compreensão de estruturas retóricas diversas e ampliação do vocabulário. (MOODLE,2014).

6. Quadro Administrativo do CELE

Dada à organização do CELE, convém pontuar a forma com que os cursos são gerenciados com base no seu quadro administrativo, conforme se verifica na Figura 3.

Figura 25 - Quadro Administrativo do CELE



Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017)

A coordenação geral e a subcoordenação ficam sob a responsabilidade do chefe e sub chefe do DLLE que tem a função de definir as diretrizes geral do projeto, coordenar todo início e fim do semestre, organizar reunião com os outros coordenadores, são responsáveis pelo emprego dos recursos financeiros do projeto.

A coordenação pedagógica do projeto é administrada pelo Coordenador e Subcoordenador do Curso de Letras Estrangeiras, tendo como principal função atuação juntos aos coordenadores de área do CELE.

Para exercer funções de Coordenador e Subcoordenador de área do CELE, os professores de DLLE devem pertencer a categoria de DE, estar envolvidos em atividade de ensino pesquisa e extensão, e, eventualmente, administração. Para atuar nessa função estes professores serão escolhidos por votação na área do DLLE onde atuam.

A função de secretário do CELE são de responsabilidade de 2 servidores técnicos administrativos da UFSC, que contam com apoio de

1 auxiliar geral a ser contratado em regime de 40 horas e bolsistas administrativos.

Os alunos de graduação Pós-graduação integram o corpo docente do projeto são os alunos-professores que ministram as aulas nos curso dos CELE .Os professores efetivos da UFSC e os professores aposentados não podem ministrar aula neste projeto.

7. Estrutura Dos Cursos

Além dos modelos de organização e de gerenciamento do CELE, a Figura 4 apresenta a estrutura do CELE, oferecido pelo DLLE referente às LEs oferecidas e seus ciclos, níveis compreendidos e carga horária de cada curso.

Figura 26 - Estrutura do CELE

Curso	Ciclos	Níveis Compreendidos	Carga Horária por Nível
LÍNGUA INGLESA	Básico	01, 02 e 03	60 horas
	Pré-Intermediário	04, 05 e 06	60 horas
	Intermediário	07 e 08	60 horas
	Avançado	01 e 02	60 horas
	Conversação em Nível Avançado	01	60 horas
	TOEFL (Curso Preparatório)	01	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos (Básico)	01 e 02	60 horas
LÍNGUA ESPANHOLA	Básico	01, 02 e 03	60 horas
	Intermediário	4 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos (Básico)	01	60 horas
LÍNGUA FRANCESA	Básico	01, 02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos	01 e 02	60 horas
LÍNGUA ITALIANA	Básico	01, 02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e 07	60 horas
	Leitura e Interpretação de Textos	01 e 02	60 horas
LÍNGUA ALEMÃ	Básico	01, 02 e 03	60 horas
	Intermediário	04 e 05	60 horas
	Avançado	06 e conversação	60 horas
	Alemão Instrumental (Básico)	01	60 horas
LÍNGUA JAPONESA	(Básico)	a 01 e 02	60 horas

Fonte: Figura desenvolvida pelo autor (2017)

8. Normas para aprovação nos Cursos Extracurriculares

Os alunos que se matriculam nos CELE seguem a sequência de cursos conforme especificado na figura 4. Cada nível é ministrado em 1 semestre com a carga horária de 60 horas-aula, para concluir o curso o aluno deve obter 75% de frequência às aulas, sendo 6 a nota para aprovação.

Os cursos oferecidos no projeto CELE e que não tem o idioma contemplado na graduação de Letras Estrangeiras da UFSC, como por exemplo o curso de Japonês, é acompanhado por um professor do DLLE que fica responsável pela parte pedagógica, fazendo o acompanhamento das aulas e dos professores que ministram esse idioma.

9. Critérios Para Escolha De Alunos-Professor

Com quatro décadas de atuação na UFSC, o CELE, com excelência no ensino de LE, apresenta algumas particularidades que vêm ao encontro de um novo contexto acadêmico plural e diversificado.

Nesse sentido, o projeto foi elaborado objetivando formalizar os procedimentos administrativos adotados, e, para isso, criou critérios para seleção de aluno-professor. Desse modo, para que o aluno possa ministrar aula nos cursos é necessário passar por uma seleção que contempla os seguintes processos: i) realização de uma prova didática sob avaliação de uma banca composta por três professores do DLLE; ii) entrevista com os três membros da banca; e iii) análise do currículo e do plano de aula. Convém pontuar que para atuar no projeto é pré-requisito ter vínculo com a UFSC: servidor, professor ou aluno de graduação e pós-graduação.

10. A Distribuição De Bolsas De Estudos

O CELE ainda desenvolve ação social disponibilizando para alunos da graduação, professores da instituição, técnicos administrativos em educação e comunidade em geral a isenção da taxa de inscrição dos cursos de idiomas. Tal isenção pode ser exemplificada por meio de sete principais ações: i) a isenção para alunos pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*; ii) isenção para alunos pertencentes aos povos indígenas; iii) isenção para

alunos pertencentes ao Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões e Saberes; iv) isenção para servidores técnicos-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham na SINTER; v) isenção para a comunidade externa; vi) isenção para bolsistas, alunos-professores que trabalham no CELE; e vii) isenção para servidores técnico-administrativos em educação da UFSC. Estas ações podem ainda serem mais bem especificadas:

i) a isenção para alunos pertencentes à família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita*: neste caso, para conseguir a isenção, os alunos devem ter seu cadastro aprovado na PRAE:

O objetivo deste auxílio é conceder isenção de pagamento da taxa de inscrição nos Cursos Extracurriculares de Língua Estrangeiras (DLLE/CCE/UFSC) a estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação da UFSC oriundos de família com renda familiar bruta mensal de até 1,5 salário mínimo *per capita* e que não tenham concluído curso de graduação. (UFSC, 2017, p.1)

ii) isenção para alunos pertencentes aos povos indígenas: Por intermédio da Secretaria de ações afirmativas e Diversidade da UFSC, com base na resolução Normativa nº008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007, foi criado o programa de ações afirmativas que:

[...] constitui-se em instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e de estímulo à permanência na Universidade (BOTELHO, 2007, p.1)

As ações afirmativas preparam os alunos para o seu acesso nos cursos de graduação da Universidade, seu artigo 5º traz algumas diretrizes que norteiam suas ações:

I – divulgação, nas escolas e nos meios de comunicação, do "Programa de Ações Afirmativas" na perspectiva de

inclusão socioeconômica e étnico-racial no ensino superior; II – apoio às atividades de extensão da Universidade na área de ações afirmativas. III – oferta de Curso Pré-Vestibular, priorizando o acesso aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino; IV – ampliação da oferta de vagas no Curso Pré-Vestibular da Universidade. (BOTELHO, 2007, p.1)

iii) isenção para alunos pertencentes ao PET Conexões e saberes: o PET Conexões de Saberes comunidades populares urbanas, atua na temática de Ações Afirmativas de Acesso e Permanência ao Ensino Superior, com foco em alunos de origem popular. Tal programa tem origem no Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares, que funcionou na UFSC entre os anos de 2006 e 2011, inicialmente, desenvolvidos pelo Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), que passou a se denominar SECADI, junto a Instituições Públicas de Ensino Superior, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No modelo PET, este grupo passa a ser gerido pela Secretaria de Educação Superior (SESu), do MEC (UFSC, 2017).

iv) isenção para servidores técnico-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham na SINTER: com o objetivo de colaborar com a internacionalização e conseqüentemente, melhorar o atendimento realizado aos alunos intercambistas estrangeiros, o CELE fornece bolsa de idiomas aos servidores técnico-administrativos e alunos-bolsistas que trabalham no setor administrativo da SINTER, reparando-os para melhor atender aos estrangeiros que chegam à instituição para realizar intercâmbio.

v) isenção para a comunidade externa: contempla pessoas que pertencem à comunidade externa da UFSC que comprovem baixa renda, conforme edital:

Terá direito à isenção das taxas de matrícula para os cursos extracurriculares de idiomas a pessoa física que declarar hipossuficiência de renda, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição da República e da Lei nº

1.060/50 e do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, art. 6º, VIII). (UFSC, 2014, p.8)

vi) isenção para bolsistas, alunos-professores que trabalham no CELE: os alunos-bolsistas que trabalham na parte administrativa do projeto bem como os alunos-professores, podem fazer um curso de idiomas de forma gratuita. Essa política de isenção objetiva auxiliar os alunos envolvidos no projeto na sua formação acadêmica e na vida profissional.

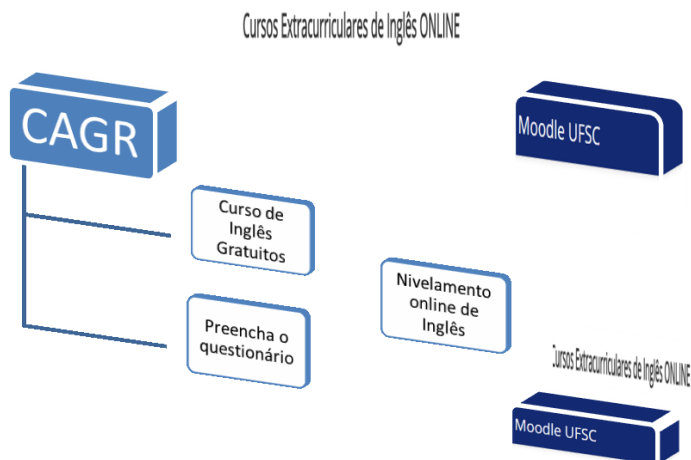
vii) isenção para servidores técnico-administrativos em educação da UFSC: a PRODEGESP oportuniza a seus servidores cursos de idiomas, através do projeto CELE. Essa política faz parte do plano de capacitação dos servidores técnico-administrativos da instituição e se insere na política de internacionalização da Universidade, cada vez mais aberta para o mundo.

O incentivo a formação tem como objetivo, “potencializar” o trabalhador como um ser de transformação social, buscando mecanismo para a sua auto realização e melhoria das suas condições de trabalho. (UFSC, 2011)

A iniciativa adotada pela PRODEGESP esta Pró-Reitoria visa atender uma demanda apresentada na UFSC, com o intuito de proporcionar uma melhor formação ao servidor técnico administrativo:

[...] existem muitas áreas na Universidade que exigem o relacionamento com autoridades, professores e alunos estrangeiros, “o que torna imprescindível aos seus membros o traquejo, o conhecimento e a fluência em outros idiomas”. Além disso, trata-se de um requisito para a participação em cursos de mestrado e doutorado, que também alcançam os servidores da instituição. (UFSC, 2011, p. 1)

Esquema para implantação dos cursos de Inglês

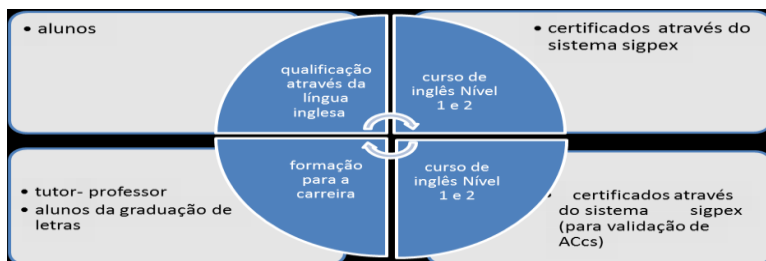


O objetivo deste curso é atender aos alunos de graduação da UFSC que ingressam através cotas, oriundos de família com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimos, oportunizando desta forma aprendizado em língua inglesa.

Esta iniciativa pretende atender um maior número de alunos através de cursos semipresenciais, buscando de esta maneira contribuir para formação acadêmica e profissional destes alunos.

O curso é oferecido no nível 1 e 2, através da plataforma moodle ufsc, neste primeiro momento este curso está sendo oferecido em 2 módulos. Além das aulas, uma serie de materiais *online*, como livros, exercícios, atividades para treino oral ,dicionários e testes.

O grande diferencial deste curso e a possibilidade de da interação com tutores-professores, que estarão disponíveis para atendimento online e disponíveis também de forma presencial.



O curso de Inglês Online Nível 1 oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) conta com professores-tutores, vinculados ao Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) da UFSC matriculados no curso de graduação em Inglês.

Os alunos contarão com acesso ilimitado à plataforma de estudos, MOODLE, onde encontrarão materiais preparados especificamente para o curso e contarão também com professores-tutores que os auxiliarão no decorrer do curso, tirando eventuais dúvidas e possibilitando o melhor aproveitamento do aprendizado aluno.

O curso terá duração de 1 semestre para cada nível, equivalente a 60h/aula, nas quais serão trabalhadas 6 unidades de estudos, sendo que estas serão realizadas online e com correção automática para que o aluno consiga acompanhar a sua evolução ao longo do curso.

Também um dos objetivos deste curso é contribuir para os alunos de letras Estrangeiras, oferecendo a oportunidade de utilizar a tutoria nos cursos on-line para validação de ACCs, conforme informado novo regimento e diretrizes para registro de atividades acadêmico-científico-culturais (accs):

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os Cursos de Letras Línguas Estrangeiras (LLE) – Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano –, Licenciatura e Bacharelado, buscam, além da questão profissional, promover e incentivar uma sólida formação científica, cultural e crítica, concebendo-a como necessária para uma formação menos homogênea, a partir da qual se considera os interesses individuais dos estudantes.

Neste contexto de formação com currículo único para cada curso – em termos de carga-horária e disciplinas obrigatórias –, a participação em Atividades Acadêmico-científico-culturais (ACC), além de ser uma exigência do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC),¹⁰ propicia ao estudante de Letras a possibilidade de se envolver em atividades, projetos e eventos acadêmicos que atendam a seus interesses para além do currículo obrigatório. Entende-se que, a partir do envolvimento em diferentes oportunidades formativas oferecidas pela Universidade, o estudante é levado a estabelecer relações de convivência social, em exercícios de responsabilidade individual e coletiva.

Em termos concretos, apesar da possibilidade de escolhas quanto ao tipo de atividades das quais deseja participar, o estudante de Letras Línguas Estrangeiras, visando à integralização curricular – requisito básico para sua conclusão de curso –, deve atentar para algumas diretrizes no que diz respeito às ACC, sobre as quais versa a seção adiante.

2 DIRETRIZES PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS ACC

Como mencionado na seção anterior, o cumprimento de Atividades Acadêmico-científico-culturais é uma exigência do Ministério da Educação referente a alguns Cursos de Graduação – o que inclui a área de Letras. Para integralizar seu currículo, em termos de cumprimento de ACC, o estudante deve estar atento às seguintes diretrizes:

- (i) os Cursos de Letras Línguas Estrangeiras (LLE) – Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano, Licenciatura e Bacharelado – estabelecem o

¹⁰ Considera-se, por exemplo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada – Resolução n. 02, de 01 de julho de 2015. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em fevereiro/2017.

cumprimento de 240 horas-aula (200 horas-relógio) de ACC;

- (ii) as 240 horas-aula de ACC, indicadas no item anterior, devem ser distribuídas em duas das três instâncias universitárias (Ensino, Pesquisa e/ou Extensão);
- (iii) as atividades devem apresentar relação com a área em formação do estudante. No caso de situações diferentes, caberá ao estudante argumentar, em seu memorial, sobre a forma como concebe a relação da atividade com o curso que frequenta e deseja integralizar. São reservadas ao coordenador a apreciação e a manifestação sobre a validação das atividades;
- (iv) as horas de atividades devem ser registradas em UM memorial acadêmico, cujas diretrizes são apresentadas na parte II, deste documento, e entregues à coordenação de área até o final da **sétima** fase do Curso (considerar os tópicos xii e xiii, adiante).
- (v) com vistas aos dois últimos itens aqui descritos, o estudante deve considerar que o máximo de carga-horária apresentada em cada instância deve ser de 120 horas-aula. Por exemplo: ainda que o estudante possa ter 240 horas-aula de participação em atividades de Extensão, só poderá considerar em seu memorial 120 horas-aula; as outras 120 podem ser, em sua totalidade, de Pesquisa ou de Ensino, ou, ainda, apresentar 60 horas-aula em cada uma destas duas últimas instâncias;
- (vi) complementando o item (v), jamais serão validadas as 240 horas-aula cumpridas em apenas uma das três instâncias universitárias;

- (vii) no memorial, o estudante deverá relatar, a partir de linguagem crítica e acadêmica, as atividades de que participou durante os **sete** primeiros semestres – considerando as orientações apresentadas na parte II deste documento.
- (viii) o memorial deve estar organizado a partir de subseções independentes para cada instância, ou seja, se o estudante tiver 60 horas-aula em duas das três instâncias (Pesquisa e Ensino, por exemplo) e 120 horas-aula em outra (Extensão, por exemplo), cada uma dessas instâncias deverá ser explanada em uma subseção (considerar orientações na parte II deste documento);
- (ix) ao memorial, devem estar anexas as cópias dos certificados das atividades descritas;
- (x) no âmbito do que define o item (ix), caberá ao estudante assegurar-se da certificação das atividades das quais participa, buscando guardar todos os certificados das atividades acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão em que esteve envolvido;¹¹
- (xi) após ter recebido do estudante o memorial, caberão ao coordenador de área a avaliação e a aprovação do referido documento. O coordenador de área entregará à coordenação geral o parecer favorável à inclusão da disciplina LLE9710, código que corresponde à disciplina de ACC. Caso haja algum problema no memorial, é de responsabilidade do coordenador de área orientar o estudante quanto à correção/complementação do documento;

¹¹ Os certificados de atividades internas à UFSC costumam ser emitidos via sistema <http://www.certificado.prpe.ufsc.br/>.

- (xii) o cumprimento da disciplina LLE7910 (código das 240 horas-aula de ACC) é pré-requisito para a integralização do currículo;
- (xiii) em atenção ao item (xii), a etapa de conclusão da disciplina LLE7910, ou seja, a entrega e aprovação do memorial, deve acontecer até o final da sétima fase;
- (xiv) o coordenador de área deverá registrar formalmente a entrega do memorial, ou via entrega de um protocolo carimbado e assinado ao aluno, ou via carimbo e assinatura em uma segunda cópia do(s) documento(s) que ficará(m) de posse deste.
- (xv) Graduados em outros Cursos de Letras Línguas Estrangeiras, ingressos a partir de Editais de transferências e retornos, ou via outros sistemas, devem cumprir as 240 horas-aula de ACC, podendo validar até 60 horas-aula de extensão e 60 de pesquisa, já consideradas no curso anterior. Nesse cômputo, serão consideradas atividades cumpridas ao longo da formação anterior, em um prazo máximo de cinco anos. As demais 120 horas-aula devem ser cumpridas dentro do curso atual, garantindo a circulação do estudante em atividades extras relacionadas a sua nova área de formação.
- (xvi) No que tange ao item (xvi), caberá ao estudante redigir essas especificidades de forma clara no memorial, documentando a carga-horária revalidada.

Importa ressaltar que, em termos de quantificação de carga-horária, os itens contemplados neste documento referem-se à hora-aula (50 minutos). Deve-se considerar que certificados com especificação de horas – 4 horas, por exemplo –, fazem referência à hora-relógio. Os estudantes devem atentar para essa questão na redação de seu memorial, a ser avaliado pelo coordenador de área.

Vale destacar, ademais, que alunos de permanência Bacharelado > Licenciatura (e vice-versa) não precisam cumprir 240 horas em cada habilitação; uma vez inserido o código LLE7910 em seu histórico, esse vale para ambas as habilitações.



INGLÊS ONLINE: NÍVEL 1

PLANO DE CURSO

Ementa: Introdução à compreensão e produção oral e escrita em língua inglesa por meio de tarefas que proporcionam o uso da língua em situações reais.

Objetivos: Desenvolver as habilidades linguísticas, comunicativas e discursivas necessárias para a interação em língua inglesa, em situações reais de comunicação por meio de tarefas diversas.

Conteúdos:

- Learning how to use the virtual environment (Moodle); Introducing the course; Getting to know the course participants;
- Giving personal information;
- Describing places;
- Describing clothes and appearance;
- Asking about and describing current activities;
- Talking about routines and family life;

- Describing accommodation options;
- Talking about travelling plans and experiences.

Metodologia: Interações por meio de fórum (atividade assíncrona) e bate-papo em pequenos grupos pelo Skype (atividade síncrona agendada com os professores-tutores, de acordo com calendário disponibilizado no Moodle); gravações de atividades orais com envio de arquivo pela Plataforma Moodle; atividades online para o desenvolvimento linguístico (ex.: enquetes; questionários (quizzes)).

Avaliação: Os alunos serão avaliados por meio de sua participação e desempenho nas atividades obrigatórias e complementares disponibilizadas na Plataforma Moodle, listadas no quadro abaixo e devidamente sinalizadas no Moodle:

Datas	Módulos	Atividade	Peso na nota final
	Módulo Introdutório	Atividade de Interação M1 (3%) Atividade(s) de Foco na Forma M1 (3%) Atividades complementares M1 (2%)	8%
	Módulo 1	Atividade de Interação 1 (5%) Atividade de Foco na Forma 1 (5%) Atividades complementares 1 (2%)	12%
	Módulo 2	Atividade de Interação 2 (5%) Atividade de Foco na Forma 2 (5%) Atividades complementares 2 (2%)	12%
	Módulo 3	Atividade de Interação 3 (5%) Atividade de Foco na Forma 3 (5%) Atividades complementares 3 (2%)	12%
	Módulo 4	Atividade de Interação 4 (5%) Atividade de Foco na Forma 4 (5%) Atividades complementares 4 (2%)	12%
	Módulo 5	Atividade de Interação 5 (5%) Atividade de Foco na Forma 5 (5%) Atividades complementares 5 (2%)	12%
	Módulo 6	Atividade de Interação 6 (5%) Atividade de Foco na Forma 6 (5%) Atividades complementares 6 (2%)	12%
	Módulo de Revisão e Avaliação	Avaliação Oral Final: Avaliação Escrita Final	20%

Bibliografia

HULL, J., PROCTOR, S. (2012). Interchange Intro Fourth Edition (student's book, teacher's edition, CD-Roms). (3rd Edition). Cambridge: Cambridge University Press.

MILLER, S. (2006). (2nd Ed.). Targeting pronunciation: communicating clearly in English. Boston: Houghton Mifflin.
 MURPHY, R., SMALZER, W. R. (2002). Basic grammar in use: Reference and practice for students of English, 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press.

MURPHY, R. (2007). Essential Grammar in Use with Answers: A Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English / Third Edition. Cambridge University Press.

SCHMIDT, J. (2009). North Star: Focus on listening and speaking (Basic/low intermediate). (3rd Ed.). White Plains, NY: Addison-Wesley Longman/Pearson Education.



INGLÊS ONLINE: NÍVEL 2

PLANO DE CURSO

Ementa: Introdução à compreensão e produção oral e escrita em língua inglesa por meio de tarefas que proporcionam o uso da língua em situações reais do mundo do trabalho.

Objetivos: Desenvolver as habilidades linguísticas, comunicativas e discursivas necessárias para a interação em língua inglesa, em situações reais de comunicação por meio de tarefas diversas.

Conteúdos:

Planning a business trip

Looking for job offers and applying for a job Preparing a CV / Resume / online profile Having a job interview

Working Places

Relationships in working places

Job-related topics (leadership, time management)

Metodologia: Interações por meio de fórum (atividade assíncrona) e bate-papo em pequenos grupos pelo Skype (atividade síncrona agendada com os professores-tutores, de acordo com calendário disponibilizado no Moodle); gravações de atividades orais com envio de arquivo pela Plataforma Moodle; atividades online para o desenvolvimento linguístico (ex.: enquetes; questionários (quizzes)).

Importante: Todos os alunos devem ter uma conta do Skype e disponibilizar seu nome de usuário no Perfil do Moodle.

Avaliação: Os alunos serão avaliados por meio de sua participação e desempenho nas atividades obrigatórias e complementares disponibilizadas na Plataforma Moodle, listadas no quadro abaixo e devidamente sinalizadas no Moodle:
Bibliografia

Datas	Módulos	Atividade	Peso na nota final
	Módulo Introdutório	Atividade de Interação M1 (3%) Atividade(s) de Foco na Forma M1 (3%) Atividades complementares M1 (2%)	8%
	Módulo 1	Atividade de Interação 1 (5%) Atividade de Foco na Forma 1 (5%) Atividades complementares 2 (2%)	12%
	Módulo 2	Atividade de Interação 2 (5%) Atividade de Foco na Forma 2 (5%) Atividades complementares 3 (2%)	12%
	Módulo 3	Atividade de Interação 3 (5%) Atividade de Foco na Forma 3 (5%) Atividades complementares 4 (2%)	12%
	Módulo 4	Atividade de Interação 4 (5%) Atividade de Foco na Forma 4 (5%) Atividades complementares 5 (2%)	12%
	Módulo 5	Atividade de Interação 5 (5%) Atividade de Foco na Forma 5 (5%) Atividades complementares 6 (2%)	12%
	Módulo 6	Atividade de Interação 6 (5%) Atividade de Foco na Forma 6 (5%) Atividades complementares 7 (2%)	12%
	Módulo de Revisão e Avaliação	Avaliação Oral Final: Avaliação Escrita Final	20%

HULL, J., PROCTOR, S. (2012). Interchange 1 Fourth Edition (student's book, teacher's edition, CD-Roms). (3rd Edition). Cambridge: Cambridge University Press.

MILLER, S. (2006). (2nd Ed.). Targeting pronunciation: communicating clearly in English. Boston: Houghton Mifflin.
MURPHY, R., SMALZER, W. R. (2002). Basic grammar in use:

Reference and practice for students of English, 2nd ed. Cambridge:
Cambridge University Press.

MURPHY, R. (2007). *Essential Grammar in Use with Answers: A Self-Study Reference and Practice Book for Elementary Students of English / Third Edition*. Cambridge